



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**OS IDOSOS E OS ESPAÇOS DE MEMÓRIA:
UM ESTUDO SOBRE A PRAÇA 14 DE JANEIRO NA CIDADE DE MANAUS**

LÍBNA DA SILVA NASCIMENTO

MANAUS – AM

2022

LÍBNA DA SILVA NASCIMENTO

**OS IDOSOS E OS ESPAÇOS DE MEMÓRIA:
UM ESTUDO SOBRE A PRAÇA 14 DE JANEIRO NA CIDADE DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia. Orientadora: Profa. Dra. Paola Verri de Santana.

MANAUS-AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

N244i	Nascimento, Libna da Silva Os idosos e os espaços de memória : um estudo sobre a Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus / Libna da Silva Nascimento . 2022 173 f.: il. color; 31 cm. Orientadora: Paola Verri de Santana Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas. 1. Praça 14 de Janeiro. 2. Usos. 3. Idosos. 4. Memória. I. Santana, Paola Verri de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título
-------	--

O que passou, passou, mas o que passou luzindo,
resplandecerá para sempre.

(Goethe)

DEDICATÓRIA

A minha avó Luíza Oliveira (*in memoriam*) por sua dedicação a minha criação, educação e desenvolvimento pessoal; à minha mãe Lúcia Maria da Silva Nascimento, por tudo que fez e faz por mim, à minha filha Letícia Nascimento por todo amor e carinho.

AGRADECIMENTO

A Deus pelo dom da vida.

A minha avó Luíza Oliveira (*in memoriam*), pelas incansáveis noites que orou por mim, pelos anos dedicados à minha a minha criação, educação e ricos ensinamentos.

A minha mãe Lúcia Maria da Silva Nascimento que enfrentou sozinha o desafio de criar, educar, amar e conduzir no melhor caminho três filhos.

A minha filha Letícia Nascimento de Paula, com quem compartilho diariamente momentos bons e ruins, que esteve ao meu lado durante todo o período do mestrado, me incentivando, me ajudando e que não me deixou desistir, me fez acreditar que era possível realizar o sonho de concluir o mestrado em geografia.

Aos meus irmãos Lídce Nascimento e Adonias Nascimento, que me incentivaram e ajudaram nesta caminhada.

As amigas Samira de Paula e Sideny de Paula pelo incentivo a prosseguir com meus estudos.

A minha orientadora professora Dr^a Paola Verri de Santana, que esteve ao meu lado, me apoiando nos momentos mais difíceis, me orientando, me acolhendo, encorajando e compartilhando saberes.

Aos idosos que participaram da pesquisa, abrindo seus lares, seus corações, memórias e compartilharam ricas experiências de vida, em tempos de pandemia. A eles, minha eterna gratidão.

Aos colegas do mestrado em geografia, ao colega e amigo Fernando Monteiro Melo, pelas conversas, indicações de leituras, livros, artigos e conhecimento compartilhado.

Ao professor Dr. José Aldemir de Oliveira (*in memoriam*), que me incentivou a retornar a academia, a retornar aos meus estudos, a não perder a esperança, a acreditar sempre.

Aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas nas Cidades da Amazônia – NEPECAB, a Gercicley que sempre nos acolheu;

Ao professor Dr Geraldo Alves pelas aulas, pelas sugestões de leitura, pelas orientações.

Aos professores do Programa de Pós – Graduação em Geografia – PPGEQG, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A secretária do Programa de Pós – Graduação em Geografia – PPGEOG, senhora Graça Luzeiro, sempre atenciosa, dedicada e prestativa.

A Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC), que em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), oportunizou a realização de um sonho antigo.

Meus agradecimentos a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Departamento de Geografia (DEGEOG).

A todos o meu reconhecimento, obrigada!

RESUMO

As praças são espaços públicos que representam um referencial urbano marcado pela convivência humana, sendo recinto histórico e cultural urbano que acompanha o surgimento e o desenvolvimento das cidades. Sob este enfoque, o presente estudo teve como objetivo geral analisar a representação histórica, cultural, social e lúdica da Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus, particularmente a partir da memória dos idosos que a conheceram em um passado mais distante. Tratou-se de um estudo exploratório-descritivo envolvendo uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, realizada junto a um grupo de sete idosos que residem no bairro da Praça 14 de Janeiro, na cidade de Manaus. A obtenção dos dados ocorreu por meio de um roteiro de conversas semiestruturadas. Como resultado identificou-se que a representatividade histórica e cultural da Praça 14 de Janeiro se revela por meio de muitos acontecimentos importantes como as festas de aniversário do bairro; os desfiles de escolas de samba pelas ruas principais; a Festa de São Benedito, na Comunidade do Quilombo do Barranco; o Projeto Praça Iluminada, que acontecia aos domingos, trazendo cantores de Manaus e de outros estados do Brasil e festivais folclóricos. No campo político, destacam-se acontecimentos que marcam a história da praça como os comícios do Gilberto Mestrinho e do Plínio Coelho, do ex-prefeito Jorge Teixeira, Fabio Lucena e Amazonino Mendes. No que tange a representação social e lúdica, este logradouro público, tem grande significado, especialmente para os moradores mais antigos, por ter sido espaço de vivências juvenis; desenvolvimento de crenças religiosas; experiências culturais, como apreciar e dançar na escola de samba do bairro, enfim para suas interações sociais, que hoje fazem parte de suas memórias onde guardam a lembrança de amigos que já morreram, da primeira igreja católica construída de madeira, do sino que tocava pela manhã chamando os fiéis, do concurso de Boneca Viva, dos arraiais, das festas juninas, do novenário de Fátima, do encontro dos bois-bumbás rivais, do futebol que acontecia todas as tardes, das competições entre crianças, das corridas pedestres e de ciclistas, do parque que ficava na frente da igreja, entre tantas outras reminiscências.

Palavras-chave: Praça 14 de Janeiro. Usos. Idosos. Memória.

ABSTRACT

Squares are public spaces that represent an urban reference marked by human coexistence, being an urban historical and cultural precinct that accompanies the emergence and development of cities. Under this approach, the present study had as general objective to analyze the historical, cultural, social and playful representation of Praça 14 de Janeiro in the city of Manaus, particularly from the memory of the elderly who knew it in a more distant past. It was an exploratory-descriptive study involving a field research with a qualitative approach, carried out with a group of seven elderly people who live in the neighborhood of Praça 14 de Janeiro, in the city of Manaus. Data collection took place through a script of semi-structured conversations. As a result, it was identified that the historical and cultural representation of Praça 14 de Janeiro is revealed through many important events such as the neighborhood's birthday parties; the samba school parades through the main streets; the Festa de São Benedito, in the Quilombo do Barranco Community; the Praça Iluminada Project, which took place on Sundays, bringing singers from Manaus and other Brazilian states and folk festivals. In the political field, events that mark the history of the square stand out, such as the rallies by Gilberto Mestrinho and Plínio Coelho, ex-mayor Jorge Teixeira, Fabio Lucena and Amazonino Mendes. In terms of social and recreational representation, this public place has great significance, especially for older residents, as it was a space for youth experiences; development of religious beliefs; cultural experiences, such as enjoying and dancing at the neighborhood samba school, in short, for their social interactions, which today are part of their memories where they keep the memory of friends who have died, of the first Catholic church built of wood, of the bell that tolled for morning calling the faithful, the Boneca Viva contest, the arraiais, the June festivals, the Fátima novena, the meeting of rival bois-bumbás, the football that took place every afternoon, the competitions between children, the pedestrian and cyclist races , from the park that was in front of the church, among many other reminiscences.

Keywords: 14 de Janeiro Square. Uses. Seniors. Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução de Manaus	46
Figura 2: Cidade de Manaus antiga: avenida Sete de Setembro em 1865	47
Figura 3: Imagem de Manaus em 1920	49
Figura 4: Bueiro construído no decorrer do processo para aterrar o Igarapé do Espírito Santo	50
Figura 5: Avenida Eduardo Ribeiro em 1896	51
Figura 6: Construção do Teatro Amazonas (1883 -1896)	53
Figura 7: Praça da Saudade em 1968	64
Figura 8: Praça da Saudade na atualidade	64
Figura 9: Praça da Matriz em 1890	67
Figura10: Praça da Matriz na atualidade	67
Figura 11: Praça Heliodoro Balbi	69
Figura 12: Largo dos Remédios, 18 1856	72
Figura 13: Praça dos Remédios antiga.....	72
Figura 14: Praça dos remédios na atualidade	72
Figura 15: Igreja de Nossa Senhora dos Remédios	72
Figura 16: Largo de São Sebastião	75
Figura 17: Igreja Nossa Senhora de Fátima em construção, 1940	90
Figura 18: Santuário de Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Manaus	91
Figura 19: Mapa da comunidade Quilombola do Barranco de São Benedito	95
Figura 20: Momento festivo da Festa de São Benedito	97
Figura 21: O andor de São Benedito	98
Figura 22: Mapa de localização do bairro Praça 14 de Janeiro	102
Figura 23: Mapa Praça 14 de Janeiro e seus entornos	102
Figura 24: Área central do bairro Praça 14 de Janeiro	104
Figura 25: Praça 14 de Janeiro (antiga praça N.S. de Fátima) na atualidade	106
Figura 26: Área externa da igreja onde ocorrem os eventos	108
Figura 27: Acesso ao Santuário de N. S. de Fátima	108
Figura 28: Área externa da igreja de N. S. de Fátima	108
Figura 29: Quadra Esportiva Comunitária	109
Figura 30: Grêmio Recreativo Escola de Samba Vitória Régia	108
Figura 31: Lanche Kantão	108

Figura 32: O cruzeiro e o Cristo Redentor	108
Figura 33: Bancas de tacacá e guloseimas	108
Figura 34: Boxes de venda de comidas	108
Figura 35: Av. Japurá (fundos da Igreja N. S. de Fátima e parte lateral da Quadra da Escola de Samba Vitória Régia)	109
Figura 36: Rua Jonathas Pedrosa (lateral à Igreja)	109
Figura 37: Parada de ônibus, localizada na Avenida Tarumã	109

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Linha do tempo da evolução de Manaus	45
Quadro: 2: Perfil dos participantes	123

LISTA DE TABELA

Tabela 1: População do bairro Praça 14 de Janeiro por sexo e idade – 2010	103
Tabela 2: População acima de 60 anos – Manaus	116

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO INICIAL: COMO TUDO COMEÇOU	14
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – 1 OS ESPAÇOS PÚBLICOS, A PAISAGEM, OS LUGARES, AS PRAÇAS: O SIGNIFICADO DE CADA UM NA SOCIEDADE HUMANA	24
1.1. Dos espaços públicos	24
1.2 Da paisagem	28
1.3 Dos lugares	33
1.4 As cidades: História, simbolismo e transformações	37
1.5 A cidade de Manaus: passado e presente	44
1.6 Manaus e suas praças: um passeio pela história das praças antigas De Manaus – Praça da Saudade, Praça da Matriz, Praça Heliodoro Balbi, dos Remédios e Largo de São Sebastião	60
1.6.1 A Praça da Saudade	61
1.6.2 A Praça da Matriz	65
1.6.3 A Praça Heliodoro Balbi (antiga Praça da Polícia)	68
1.6.4 A Praça dos Remédios	70
1.6.5 O Largo de São Sebastião	73
1.7 As praças – Lugares de encontro	75
CAPÍTULO 2 – A DESCONSTRUÇÃO DO BAIRRO PRAÇA 14 DE JANEIRO	84
2.1 A trajetória da pesquisa	86
2.2 Instrumento de coleta de dados	87
2.3 Área de estudo	88
2.3.1 O bairro, sua história e tradições	88
2.3.2 A Praça 14 de Janeiro: paisagens e entornos.....	105
CAPÍTULO 3 – O ENVELHECER, A MEMÓRIA E A RELAÇÃO DO IDOSO COM AS PRAÇAS	111
3.1 Interpretando o envelhecer	111
3.2 O idoso na sociedade: a luta pela integração	114
3.3 A memória, os idosos e o tempo das praças	118

3.4 O passado revivido: a Praça 14 de Janeiro na memória dos idosos	123
3.4.1 Perfil dos participantes	123
3.4.2 Os questionamentos	124
3.4.2.1 Os espaços públicos e suas transformações na atualidade: um olhar sobre a cidade de Manaus	124
3.4.2.2 Falando sobre a forma de uso das praças	128
3.4.2.3 O discurso sobre as praças e sua importância para a preservação de traços e vestígios da memória social	131
3.4.2.4 Considerações sobre a Praça 14 de Janeiro	134
3.4.2.5 Examinando as lembranças marcantes da Praça 14 de Janeiro	136
3.4.2.6 Relembrando acontecimentos históricos da Praça 14 de Janeiro	139
3.4.2.7 Opinando sobre a praça 14 de Janeiro e as pessoas na atualidade.....	142
3.4.2.8 As praças em tempo de pandemia e isolamento social	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	153
ANEXO IV / APÊNDICE A: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	17

APRESENTAÇÃO INICIAL: COMO TUDO COMEÇOU

A memória é um dos elementos mais importantes nas atividades humanas, significa lembranças, retenção de ideias adquiridas ou situações vivenciadas, recordação, A memória guarda fatos que influenciaram toda uma vida, como de pessoas que há muito não se vê, de lugares onde se viveu. Conforme Lopes (2011, p. 2): “falar de memória significa falar de algo puro, de um tesouro que espera ser descoberto”.

E por falar em memória, desejo aqui registrar lembranças antigas da minha vida, antes de iniciar a longa narrativa sobre a representação social, histórica, cultural e lúdica da Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus, a partir da memória dos idosos que a conheceram em um passado mais distante.

Começo dizendo que o desejo de ser professora surgiu quando eu ainda era criança e já fantasiava a vida de professora. Minha prima era a diretora escolar, eu era a professora, ministrava aulas para meus dois irmãos, sete primos e dois vizinhos. Era uma fantasia de criança, mas tudo funcionava como uma escola de verdade, tínhamos o quadro negro, o giz, os livros, cadernos, lápis, canetas, as sabatinas de matemática e a hora da merenda, que era muito aguardada porque sempre tínhamos uma merenda deliciosa feita por minha avó.

Mas esse forte desejo de ser professora teve um elemento inspirador: o exemplo de minha mãe, que era professora e diariamente eu acompanhava seu enorme empenho para exercer suas atividades com muita dedicação, com seu jaleco branco, sua bolsa recheada de material escolar que ela trazia para casa para fazer correção; outras vezes eram materiais para fazer lembrancinhas para datas comemorativas.

Nos anos de 1975 a 1977, passei a acompanhar o trabalho de minha mãe mais de perto, pois comecei a estudar na escola onde ela lecionava, o Grupo Escolar Primeiro de Maio, que ficava localizado no bairro Praça 14 de Janeiro, bairro onde morávamos. Lá observava também as outras professoras e me encantava com o que elas faziam. Na sala dos professores tinha um mimeógrafo a álcool, no qual as

professoras faziam cópias de nossas atividades avaliativas e atividades de artes. Além de ministrar aulas, essas professoras também cuidavam dos alunos, promoviam atividades que transformavam a escola em uma grande família.

Nas segundas-feiras tínhamos a hora cívica, todos os alunos ficavam perfilados no pátio da escola e cantavam o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Amazonas. As datas comemorativas eram celebradas com sucesso, as mães aguardavam com expectativa as comemorações alusivas ao Dia das Mães, também comemorávamos a Páscoa, Dia do Trabalhador.

Estas datas eram comemoradas na Igreja Nossa Senhora de Fátima, que fica na Praça 14 de Janeiro, o padre, a diretora escolar e as professoras faziam uma parceria e estas celebrações ocorriam durante as missas. Por essa época havia grande entrosamento da comunidade escolar com a comunidade do bairro, e isso se tornava ainda mais intenso nas épocas de desfiles cívicos que ocorriam pelas ruas do bairro.

Na metade da década de 1970 e início da década de 1980, as escolas Luizinha Nascimento, Plácido Serrano, Santa Luzia e Primeiro de Maio, se concentravam na Praça 14 de Janeiro, com os pelotões de estudantes devidamente uniformizados, levando balões coloridos e bandeirinhas do Amazonas e Brasil, acenando para os moradores, com um sorriso largo no rosto. Algumas vezes, acompanhados por uma parte da Banda Marcial da Polícia Militar, desfilávamos pela Avenida Tarumã, rua Duque de Caxias, Boulevard Álvaro Botelho Maia e retornávamos pela rua Emílio Moreira. Era dia de celebração, dia de festa.

A escola era acolhedora, era o meu lugar, era o nosso lugar. Na escola fazíamos amizades que levamos para vida inteira. Lembro-me que quando terminavam as aulas do Grupo Escolar Luizinha Nascimento, nós íamos para a Praça 14 de Janeiro, brincar no parquinho. Brincávamos um pouco e em seguida íamos para nossas casas. Eu tive a possibilidade de estudar em três grupos escolares, localizados no bairro da Praça 14 de Janeiro, sendo eles: Primeiro de Maio (1975 a 1976), Luizinha Nascimento (1977) e Plácido Serrano (1978 e 1979).

O tempo passou, eu cresci, prestei vestibular para Licenciatura Plena em Geografia (1987), na antiga Universidade do Amazonas (UA), atual Universidade Federal do Amazonas (UFAM). No quinto período da graduação (1989), fui selecionada para ministrar aulas, em escolas da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (Seduc), por meio do chamado Regime Especial, que hoje equivale Processo Seletivo Simplificado (PSS). Como tive o privilégio de escolher a escola onde ia trabalhar, tive a alegria de iniciar minha carreira no magistério público, justamente na escola que fui aluna, no Colégio Primeiro de Maio (1989) e mais tarde na Escola Estadual Luizinha Nascimento (2006).

Outra grande satisfação nisso tudo era o fato de trabalhar na comunidade onde eu morava. Concluída a graduação (1991), passei em concurso público da Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC), no ano de 1991 e fui lotada na Escola Estadual Primeiro de Maio. Novamente minha história se cruzando com a Escola Primeiro de Maio, onde trabalhei durante 25 anos com muita alegria.

Mas faltava na minha carreira acadêmica a realização de um projeto antigo: o mestrado em geografia. Na busca da concretização desse objetivo fiz um curso de especialização em Turismo e Gestão Territorial, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em 2001, porém o mestrado teve que esperar.

Em 2017, fiz disciplinas como aluna especial do Mestrado em Geografia, em 2019, fui aprovada no exame de seleção do Mestrado de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e Desporto (SEDUC). Na atualidade me sinto realizando este sonho antigo, que demorou tanto a se concretizar, por isso estou vivendo essa experiência com grande expectativa e satisfação.

Quanto aos motivos que me levaram a escolher a temática do estudo, resumidamente posso dizer que a decisão de escrever sobre a Praça 14 de Janeiro surgiu do desejo de prestar um tributo, uma homenagem à Praça 14 de Janeiro, pois sou moradora do bairro, fui professora de duas escolas da comunidade e porque sou estudante de geografia e a geografia, que estuda sobre espaços públicos, muito me ajudou e impulsionou a seguir por este caminho.

Quanto ao porquê de escolher os idosos, ocorreu por conta da importância deles para a sociedade. Queria que a pesquisa fosse enriquecida com suas vozes e suas memórias, pois eles têm muito a dizer, mas nem sempre são ouvidos, quase sempre são deixados de lado. Assim, neste trabalho, decidir dar voz e ouvido a eles. No que se refere à razão da escolha da praça e os idosos, eu queria escutar o idoso dialogando com o tempo através das lembranças, então usei a Praça 14 de Janeiro para aguçar a memória do idoso.

Assim, ao escolher como objeto de estudo, o espaço público, optei pela Praça 14 de Janeiro, com a intenção também de fazer um resgate da memória dos moradores, resgate do passado histórico, das manifestações culturais, das festas, dos encontros, das quermesses, das brincadeiras. Foi a oportunidade que tive para prestar minha homenagem a comunidade da Praça 14 de Janeiro, um espaço que desde sua idealização é marcada por convívios culturais e sociais.

Trata-se, portanto, de um lugar que ao longo dos tempos ofereceu eventos e revela uma geografia constituída de objetos e ações e de paisagens que sempre causaram impressões emocionais às pessoas que a frequentaram e cada uma dessas pessoas, certamente possui uma percepção diferenciada deste lugar e de suas paisagens que conforme Santos (2014) é formada pelos fatos do passado e do presente.

Neste sentido, a Geografia tem papel fundamental na concepção do olhar sobre as ações dos agentes sociais e seus efeitos no local. Assim, o espaço urbano é constituído por formas e estruturas espaciais exercendo diversificadas funções no cotidiano da cidade, desta feita, ao mesmo tempo que as formas e estruturas espaciais são fruto da ação da sociedade mediada pelo trabalho, essa sociedade também se organiza em função dessas formas e estruturas do espaço, numa relação dialética entre sociedade e espaço. Outrossim, o espaço urbano é revelador das ações sociais pretéritas e presentes, as quais estão nele materializadas, aspectos estes que podem ser observados no bairro da Praça 14 de Janeiro.

INTRODUÇÃO

É por meio do espaço público que se toma conhecimento de uma cidade, pois é nele que se aprende a caminhar e a conhecer uma dada localidade. Segundo Santos (1994, p. 16), é pelo lugar que se rever o mundo ajustando as próprias interpretações, uma vez que nele, o recôndito, o permanente e o real triunfam. “O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural”, assinala o autor.

O espaço urbano, objeto de estudo de geógrafos, antropólogos, sociólogos, psicólogos, filósofos, urbanistas e arquitetos, é o espaço vivido, produto das relações dos homens e constituído ao longo de sua existência. Segundo Pádua (2010), o mundo da fábrica, o mundo da vida familiar, o mundo da rua e o mundo do lazer se realizam como espaço urbano, formando a unidade da vida cotidiana nas metrópoles.

Desse modo, a cidade e o espaço urbano, passam a integrar a paisagem geográfica, enquanto parte fundamental de um espaço social complexo e pleno de contradições que de forma simultânea motiva e obstaculiza o desenvolvimento e reprodução das relações sociais de produção a nível geral, num movimento de construção de novos espaços e destruição / apropriação de espaços pretéritos (LIMONAD, 1999).

Neste contexto destacam-se as praças, que não significam somente espaço da “ociosidade”, das conversas para “matar” o tempo. As praças são também locais de lazer, de troca de ideias, de encontros intencionais ou não; lugar de permanência, de acontecimentos e de práticas sociais significativas. São lugares essenciais e imprescindíveis para a cidade, com valor artístico, cultural, histórico e até sentimental, porque existe sempre uma geração que se lembra com saudade dos acontecimentos ali vivenciados, e que foram ficando na memória.

Nos comentários de Ferrara (2007) as praças, implantadas em espaço normalmente retangular, contidas entre ruas, é o coração da cidade. Marcada pelo fluxo diário de pessoas, representa centro de irradiação física, possibilidade concreta de deslocamentos e como enfatiza a autora, é exatamente por isso que não permite

criar raízes, ou seja, é ponto obrigatório, porém de passagem. Praças em áreas periféricas da cidade representam centralidade para a vizinhança em bairros distantes do centro.

Considerada como espaço urbano, as praças, afirma Caldeira (2007, p. 4) “representam espaços de sociabilidade propício ao encontro e ao convívio. Na cultura ocidental, esses espaços têm desenvolvido um papel essencial”.

Presenças marcantes nas cidades, as praças, portanto, são espaços livres e públicos de grande importância para a sociabilidade das pessoas que habitam tanto as pequenas localidades como os grandes centros urbanos. Por conta das transformações pelas quais passa a sociedade, estes logradouros públicos já não têm a mesma utilidade do passado e nem conta com usuários habituais ou rotineiros. Porém, permanece sendo espaço que abriga uma linguagem simbólica, lugar que gerações transformaram em extensões de seus lares e de seus afazeres sociais, culturais e políticos, viveram e reviveram sentimentos e emoções (FERRARA, 2007).

Em Manaus, as inúmeras praças espalhadas guardam história, com muitas delas sendo espaço de momentos marcantes de manifestações artísticas, sociais, políticas e culturais da cidade; outras, como afirmam os teóricos, carregam as “marcas de um passado que ainda hoje se faz presente”.

Desse modo, como citam Novaes (2011) e Caldeira (2007), as praças se impõem como símbolo urbano, espaço de eventos históricos, espaço agregador, ou local de confluência, não podendo ser concebidas tão somente no contexto de sua dimensão física e formal, uma vez que tem forte significado social, espaço vivido, onde a vida acontece.

São estas premissas que servem de pano de fundo para o desenvolvimento deste estudo, que levantou a seguinte questão de pesquisa a seguinte indagação: *Qual a representação histórica, cultural, social e lúdica da Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus, particularmente a partir da memória dos idosos que a conheceram em um passado mais distante?*

Tendo em conta esta indagação, parte-se do pressuposto de que as praças, são espaços que se alicerçam por meio do vínculo das relações entre os indivíduos e o meio social, em um processo de permanente construção e reconstrução, enquanto a memória, mais do que apenas reviver o passado, é um instrumento decisivo para unificar e aproximar, no mesmo espaço histórico e cultural, as imagens lembradas, que não são criações individuais, mas representações sugeridas por situações vividas coletivamente pelo indivíduo em seu meio social.

No caso das praças na cidade de Manaus, que remetem ao simbolismo e a arquitetura de vários povos, como o francês, o inglês e o português, além do indígena, também apresentam o testemunho dos indivíduos que viram as mudanças socioculturais do espaço manauara acumuladas pelo tempo e é exatamente por meio do olhar dos moradores mais antigos, que se buscou traçar o norte que conduziu a presente investigação.

Assim sendo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar representação histórica, cultural, social e lúdica da Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus, particularmente a partir da memória dos idosos que a conheceram em um passado mais distante, tendo como metas mais específicas:

- Abordar a temática envolvendo os espaços públicos, com um enfoque especial sobre a cidade de Manaus, focalizando suas transformações e ordenação na atualidade;

- Especificar os diferentes usos e formas de apropriação das praças na cidade de Manaus por seus frequentadores, identificando a forma como esses espaços são importantes para garantir a preservação de traços e vestígios da memória social

- Apontar a representação histórica, cultural, social e lúdica da Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus, destacando as situações interativas dos antigos frequentadores e suas relações sociais com este espaço, a partir de suas memórias.

Quanto a metodologia, trata-se de um estudo exploratório-descritivo envolvendo uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, realizada junto a um grupo de sete idosos que residem no bairro da Praça 14 de Janeiro, na cidade de Manaus. Fez-se uso também da técnica observação participante, uma metodologia,

segundo Mónico et al. (2017), bastante adequada para o pesquisador apreender, compreender e intervir nos diversos contextos em que se move, uma vez que a observação passa a fazer parte no meio onde as pessoas se envolvem. Além disso, explica a autora, esta metodologia proporciona aproximação maior ao cotidiano dos sujeitos e suas representações sociais, da sua dimensão histórica, sociocultural.

No caso deste estudo, os contatos com os idosos aconteceram na própria residência dos participantes, com encontros antecipadamente agendados. As reuniões com todos eles aconteceram pela parte da tarde. As salas, os pátios e as varandas das casas serviram de cenário para as conversações que fluíam prazerosas e enriquecida pela simpatia dos idosos que com naturalidade forneciam as informações correlatas à investigação do estudo. Evidentemente que se teve todo o cuidado de seguir todos os protocolos de segurança, por conta da pandemia.

Vale dizer que a escolha desses idosos ocorreu tanto porque eles se mostraram dispostos a colaborar voluntariamente com a pesquisa, como também porque são pessoas nascidas e criadas no bairro lócus da pesquisa, com profundo conhecimento de sua cultura e tradições, o que favoreceu o resgate da representação histórica, cultural, social e lúdica da Praça Nossa Senhora de Fátima, hoje denominada Praça 14 de Janeiro. Muitos deles buscaram na memória lembranças de sua infância, dos arraiais, das quermesses, das pastorinhas, das homenagens a São Benedito, dos festejos de Cosme e Damião, do surgimento da escola de samba Vitória Régia e de tantos outros acontecimentos que marcaram suas vidas no passado.

Desse modo, contando com a cordial cooperação desse grupo de sete idosos, procedeu-se a coleta dos dados, que foi amparada por conversas semiestruturadas que, em decorrência da pandemia, foram realizadas seguindo todos os protocolos de segurança impostos pela Organização Mundial de Saúde, como uso de máscara, uso de álcool gel e mantendo distanciamento entre os participantes.

No campo teórico, a leitura analítica de muitas obras importantes foi sumamente valiosa para o desenvolvimento deste estudo, podendo-se destacar dentre elas o artigo “Espaço-tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano” de José Aldemir de Oliveira, que ganhou destaque como um

estudioso fascinado pela Amazônia e que se debruçou no estudo do espaço urbano e suas temporalidades, um pensador das cidades e suas realidades.

A tese de doutorado intitulada “La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)”, de Otoni Moreira de Mesquita, que propõe uma discussão a respeito da reforma urbana que ocorreu em Manaus na última década do século XIX. As obras “A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção” e “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional”, de Milton Santos, geógrafo e intelectual que é considerado como aquele que defendeu uma nova abordagem para o campo da Geografia e que na área da geografia crítica e humana ampliou seus conhecimentos em variados temas como a cidadania, o território, a demografia, as migrações e a geografia urbana.

Novos aprendizados foram obtidos também com leitura do livro “Espaços públicos de lazer em Manaus: o papel das políticas públicas”, do professor Vanderlan Santos Mota, que trata do lazer como uma necessidade social importante. A obra “Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60”, do professor e historiador José Vicente de Souza Aguiar.

Além desses estudiosos, outros autores contribuíram para o aperfeiçoamento deste estudo como Yi-Fu Tuan, um dos fundadores da geografia humanista e sua obra “Espaço e Lugar”; Bertha Koiffmann Becker, geógrafa brasileira e seu artigo “Surto de Crescimento de Manaus”; Ecléa Bosi, professora e escritora brasileira que em seu livro “Memória e sociedade – Lembranças de velhos”, faz uma análise do discurso dos idosos por meio da reconstrução da sua memória familiar e grupal, discutindo também a inserção dessa população na sociedade; Ana Fani Alessandri Carlos, uma das autoridades em geografia urbana no Brasil e suas obras “O lugar no/do mundo” e “O Espaço Urbano”, finalmente o filósofo marxista Henri Lefebvre e seu livro “O direito à cidade”.

Quanto a estrutura, o presente estudo encontra-se dividido em três capítulos, com esta introdução. No primeiro capítulo, que contempla a revisão da literatura, traça-se um panorama sobre os espaços urbanos, a paisagem e os lugares em suas realidades e práticas sociais, e uma reflexão sobre as cidades, sua história e transformações a partir da industrialização e do acelerado crescimento urbano

trazendo na sequência uma abordagem sobre a Cidade de Manaus, traçando uma linha do tempo dentro de sua história, contemplando mais adiante um aporte teórico sobre as praças, inclusive as praças históricas de Manaus, como a Praça da Saudade, Praça da Matriz, Praça Heliodoro Balbi, Praça dos remédios e Largo de São Sebastião.

O segundo capítulo é dedicado à metodologia do estudo, no qual se faz a exposição das escolhas metodológicas que orientam a pesquisa, trazendo um panorama sobre o bairro da Praça 14 e sua praça, objeto de estudo desta investigação. O terceiro capítulo, que mostra as etapas envolvendo a interpretação e análise dos dados, apresentando os resultados obtidos e apontando sua relevância com os objetivos traçados, traz inicialmente, uma análise sobre os idosos, delineando os diferentes aspectos que envolvem a complexidade e a ambiguidade que revestem a velhice e a importância desta população na preservação da memória, das tradições. Finalmente as considerações finais, que tratam das análises mais amplas observadas pela pesquisadora.

CAPÍTULO 1 – OS ESPAÇOS PÚBLICOS, A PAISAGEM, OS LUGARES, AS PRAÇAS: O SIGNIFICADO DE CADA UM NA SOCIEDADE HUMANA

Os espaços urbanos das grandes cidades da sociedade moderna são constantemente submetidos a processos de construção e reconfiguração e isso ocorre porque a urbanização moderna, como mostram as diversas abordagens que tratam do assunto, encontra-se profundamente atrelada à industrialização e ao capitalismo. Como observa Santos (1994, p. 44), o espaço urbano, por meio da fluidez e rapidez assume outros sentidos que o tornam diferentes dos tempos de outrora. “O espaço dos fluxos e os fluxos do espaço estão mais próximos da vida contemporânea, onde a informação e o conhecimento transformam-se em valores expressivos da sociedade de consumo e de massas”, assinala o autor.

Neste universo inserem-se as praças que também passam por transformações, seja nos seus arranjos arquitetônicos originais, por meio de processos de revitalização que lhes dão novos contornos, seja no significado da função social que tinham no passado. Mas as praças, a despeito das transformações sofridas, permanecem sendo lugares de encontro, ponto de referência e de continuidades históricas, como é o caso da Praça 14 de Janeiro, uma das praças mais antigas de Manaus, que foi no passado muito movimentada por pessoas que circulavam pelos seus espaços, ora apreciando as festas religiosas, as manifestações culturais, ora apenas passeando e namorando.

Nesta parte, dedicada ao aporte teórico do estudo, traça-se um panorama sobre os espaços públicos, a paisagem e os lugares, bem como também a respeito das cidades, focalizando a cidade de Manaus e seus lugares de memória como as praças que fazem parte da memória dos idosos, que são detentores de uma história social desenvolvida.

1.1. Dos espaços públicos

As chances de compreensão do espaço geográfico como produto histórico e social oferece perspectivas para a análise das relações sociais, a partir de sua materialização social. Essa afirmação é feita por Carlos (2007) ao declarar que as

relações sociais se realizam verdadeiramente por meio de uma articulação espaço-tempo, que oferece luz ao plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar.

Ao situar o lugar como a porção do espaço apropriado para a vida, Carlos (2007) cita o bairro, a praça, a rua, o pequeno comércio que se expande nas metrópoles, aproximando seus habitantes, podendo ser mais do que locais de troca de mercadorias, pois possibilitam encontros, vivências sociais

A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço, pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança o ato de ir as compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida / reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade (CARLOS, 2007, p. 30).

Os lugares descritos pela autora citada como o espaço que o homem habita, que diz respeito a sua vida cotidiana, que ganha significado à medida que vai sendo usado, espaço palpável, real, concreto, são também lugares de lazer, de descanso, trabalho e deslocamento, ponto de passagem do ir e vir das pessoas. O bairro da Praça 14 de Janeiro, rico em cultura e tradições é também este lugar, com seus pontos de passagem, seus comércios, suas ruas largas e movimentadas, que foram um dia caminhos de igarapés e terrenos apinhados de árvores, que com o tempo foram cedendo espaço para as largas avenidas e modernas edificações.

O espaço público, portanto, como afirmam Freitas e Ferreira (2011, p. 3) é marcado pela dinâmica construída nas relações sociais das pessoas com o espaço de vivência, que se impõem sobre o território, deixando suas marcas movidas por afazeres e saberes, em um proativo processo histórico de relação com o lugar. “O espaço urbano essencialmente congrega as ações da sociedade que o cria e recria na medida das ações e intenções sobre ele”, salientam os autores.

Corroborando com esta assertiva, Andrade e Baptista (2015, p. 130) comentam que os espaços públicos são espaços de interações sociais de um tipo específico, ou seja, são abertos a todos e oferecem possibilidade de interações com desconhecidos. Distinto, portanto, dos espaços privados, restritos aos familiares e

aos conhecidos. “Esses dois ingredientes dos espaços públicos [...] convergem para uma relativa imprevisibilidade das interações”, assinalam os autores.

Essa também é a opinião de Rosaneli *et al.* (2016, p. 362), quando afirma que o espaço pode ser concebido por meio de sua representação, pois tem ligação com seu objetivo original, do qual resultam suas formas de reprodução. “O espaço vivido significa o mundo experimentado pelos seres humanos em sua vida cotidiana”, assevera o autor, esclarecendo ainda que a longevidade de um determinado espaço público se vincula à possibilidade permanente de apropriação, viabilizada ao público usuário, significando dizer que quanto maior a apropriação, mais intensa será a aceitação social desse espaço e por mais tempo sua identidade morfológica será preservada.

Discorrendo sobre o processo de reprodução do espaço na contemporaneidade, Carlos (2007, p. 13) afirma que uma nova racionalidade vem se delineando, uma vez que o espaço das grandes metrópoles revela um novo modelo de circulação. “O aumento da velocidade das comunicações, ligando lugares e pessoas em rede e permitindo um acesso mais rápido, à informação produz, contraditoriamente, o espaço do isolamento”, frisa a autora, que ensejando outros comentários diz:

A metrópole cortada por vias de trânsito rápido, baseada na circulação sobre pontes e viadutos cada vez mais modernos, representa o vazio no cheio, caracterizado pela tendência à impossibilidade do uso dos espaços públicos e, como consequência, pelo distanciamento do indivíduo em relação aos lugares de realização da vida (CARLOS, 2007, p. 13).

Essas observações levam ao entendimento de que as novas formas de apropriação do espaço público nas grandes cidades, sinaliza para criação de relações vazias e produção de distanciamento e de estranhamento que segundo Carlos (2007, p. 14) é produzido pela rapidez das transformações que obrigam as pessoas a se readaptarem continuamente em um “espaço sempre cambiante que esvazia o uso e empobrece as relações sociais na cidade”.

Mas o que leva as pessoas a se distanciarem dos locais públicos como os parques, as praças? Algumas ideias e teorias consideram que isso vem ocorrendo

por conta de ocupações irregulares, depredações, sujeira e violência que assola as grandes cidades, gerando medo e insegurança. “Termos como insegurança, violência, medo, risco e perigo fazem parte de um domínio semântico que tem sido empregado de forma crescente para descrever a vida urbana”, avalia Moura (2006, p. 6).

Ao expor sua opinião a respeito do distanciamento dos locais públicos por conta da insegurança que ronda esses lugares, um dos idosos posicionou-se dizendo:

Tenho boas lembranças do tempo em que a gente andava pelas ruas sem medo. Podia sair qualquer hora da noite sem medo porque não tinha briga, confusão, violência. Lembro que eu e minhas colegas íamos para festa, para ação social, cansei de ir para o Cheik Club, lá no centro e a gente se divertia muito. Lembro que minha mãe sempre teve banca de comida no centro e ela tinha muitos clientes. Nunca foi roubada, trabalhava com tranquilidade. Agora, quem pode fazer isso sem sobressalto? (VB).

Ou seja, o descuido, a desordem e a fragilidade na segurança das cidades estão provocando o esvaziamento dos locais públicos, uma situação que também afeta a Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus, um espaço público intensamente frequentado no passado e que hoje, como toda praça na atualidade, é um logradouro desprovido das relações sociais e culturais tão comuns em outras épocas, quando as pessoas viam esse lugar como opção de lazer, de festividade religiosa, entre outros eventos, que a modernidade e as questões como descaso das políticas públicas urbanas, violência e criminalidade aboliram da vida social e cultural contemporânea.

A situação mudou e muito porque antigamente a gente ia para as praças conversar com os outros, os casais podiam namorar, podíamos levar as crianças para passear, jogávamos dama, dominó, baralho. Agora não tem nada disso, é um perigo, quando vamos as praças não podemos ficar até tarde porque é perigoso (VB)

Apesar disso as relações dos indivíduos se realizam no plano da vida cotidiana e isso deixa marcas profundas no espaço urbano, gerando traços que estrutura comportamentos, determinam gestos, revelando-se por meio das formas

de apropriação dos espaços das cidades enquanto microcosmo, que ilumina a vida social (CARLOS, 2007).

Nas premissas de Santos (2006, p. 44), tempo, espaço e mundo representam realidades históricas, impondo-se por meio das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a comunicação, para o exercício da política, das crenças, do lazer e como condição de 'viver bem'. Logo, como afirma o autor, o espaço "é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes".

Sumarizando, os espaços públicos são lugares privilegiados nos quais as pessoas se inter-relacionam com outros sujeitos sociais, por meio de uma rede em que coexistem contextos e espacialidade aos processos de subjetivação individual e coletiva, em cujo processo pessoas de todas as raças, idades, gêneros e classes convivem e mantêm suas trajetórias, tecem suas teias de comunicação, articulam seus encontros, experiências e vivências (DIAS e TEVES JÚNIOR, 2017).

Mas, se os espaços urbanos, são de grande importância para a população, porque dão abrigo a inúmeras e variadas práticas sociais, refletindo a cultura e os costumes dos indivíduos que habitam as cidades, a paisagem, conforme Rosaneli et al. (2016, p. 362), "é reflexo de seu povo, de sua natureza e de sua história, são necessárias a preservação, a restauração e a inovação dos espaços que a compõem".

1.2 Da paisagem

A palavra 'paisagem' geralmente se encontra associada à locais bucólicos, recantos aprazíveis ou regiões com notáveis visuais. Florestas, trechos de litoral, desertos, lagos, montanhas são fragmentos da natureza que por si só correspondem ao ideal de paisagem presente no imaginário social. Conquanto, implícita na paisagem se encontra a dialética entre as características físicas do planeta e o próprio homem cujos artefatos dialogam com o cenário natural (NOBRE, 2007).

Para a Geografia, a paisagem representa uma categoria com característica específica e diferente daquele utilizado pelo senso comum. Desde a ordenação do conhecimento geográfico, inúmeros foram os conceitos de paisagem e uma das grandes contribuições veio de Paul Vidal de La Blache¹, que definiu paisagem como sendo aquilo que ‘o olho abarca com o olhar’ (GIOMETTI *et al.* 2012).

Nesta perspectiva, Carlos (2007, p. 33) avalia que a paisagem pode ser entendida como o momento instantâneo que aparece aos olhos de quem a pesquisa e que a ideia de paisagem sob o ponto de vista geográfico, une-se ao plano do imediato, produto das transformações que a sociedade realiza em um dado momento do desenvolvimento das forças produtivas que se revelam sob múltiplas formas como construção de moradia, atividades de lazer e trabalho e assim por diante. Desse modo, explica a autora, a natureza, ao ser transformada pela ação humana, ao longo de uma série de gerações, aparece como formas de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo histórias e concepções sobre morar, trabalhar, viver. “A paisagem, por sua vez, contém mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados; memória, que “revela múltiplas impressões passadas, imagens impregnadas de história”, sintetiza.

Ainda no bojo das análises de Carlos (2007), a paisagem evidencia uma obra coletiva que é a cidade, produzida pela sociedade. Ao contemplar todas as dimensões humanas, a paisagem revela-se repleta de vida, de paixões e emoções.

As marcas do tempo, impressas na paisagem, inscritas nas formas da cidade, reproduzem a condição da constituição da humanidade do homem, revelando uma construção histórica cheia de arte e lembranças, fáceis de serem identificadas no lugar por aqueles que nele vivem, na medida em que o lugar é o espaço da vida. Nesse sentido, a leitura dos segmentos da paisagem permite que se contemple a paixão que move a criação humana, uma vez que o trabalho é criador de formas (CARLOS, 2007, p. 33).

¹Com Paul Vidal de La Blache Vidal a Geografia ganha o status de ciência importante, Fundador da Escola Francesa de Geografia, La Blache trouxe para França o eixo da discussão geográfica, Na atualidade, suas obras são discutidas por geógrafos de vários países. Isto se deve ao fato da importância dos seus escritos para a compreensão da evolução do pensamento geográfico (ANAIS DO VII CBG, 2014)

Nesta ótica, a paisagem mostra uma história, permite uma leitura e uma interpretação do mundo da atualidade, revelando movimento. No parecer de Santos (2006), a paisagem refere-se ao conjunto de formas que, em determinado momento, expressam as heranças que representam as ininterruptas relações que ocorrem entre o homem e a natureza, podendo também ser configurada como a porção da configuração territorial.

A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal [...] cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico [...] A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável: o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente (SANTOS, 2006, p. 73).

Em tempos atuais, a percepção de paisagem tem sido para geógrafos e estudiosos de outras áreas, o ponto de partida para a compreensão das complexas relações entre o homem e a natureza. Mas foi somente a partir de 1970 que a análise da paisagem é revigorada, possibilitando o desenvolvimento de um arcabouço teórico que vai além da descrição e interpretação da forma visível da paisagem: ela passa a ser interpretada também a partir do imaginário, ou seja, do não-material, abrangendo temas como percepção, representação, experiência e assim por diante, sem, contudo, negligenciar seu aspecto material (STRACHULSKI, 2015; SILVEIRA, 2021).

Desse modo, entender a paisagem significa elucidar as representações espaciais que condicionam as concepções e imagens do mundo, configuradas como conjuntos de saberes sociais, de verdades do conhecimento coletivo, fundadas na vivência e convivência dos sujeitos com um determinado ambiente. Assim sendo a paisagem passa a ser marca de ações de grupos humanos e matriz que contempla e exprime aspectos culturais importantes da sociedade (STRACHULSKI, 2015).

Segundo Cabral (2007), dentro de uma concepção sistêmica, a paisagem é compreendida como realidade objetiva, resultado de uma combinação dinâmica, conseqüentemente instável de elementos físicos, biológicos e humanos. Trata-se de

uma interação singular para cada porção do espaço, que torna a paisagem um conjunto individualizado, indissociável e em permanente evolução.

Neste sentido, a paisagem, segundo Nobre (2007) e Vitte (2021) surge nos estudos geográficos repleta de simbolismo, encarregada da elaboração do imaginário social que age na condução da ação dos atores sociais, ao mesmo tempo em que mediatiza a representação do território. Destarte, a paisagem, enquanto categoria social construída pelo imaginário da coletividade, possui função social, se constitui em patrimônio cultural, na medida em que se encontra fazendo parte do cotidiano das cidades.

Os signos contidos na paisagem são de grande importância no cotidiano das cidades. Vale destacar que a paisagem possui a importante função de alimentar a memória social, além de se caracterizar no cenário em permanente transformação, em que se desenvolve a vida. Essa renovação constante, característica própria da paisagem, reforça a necessidade da sua preservação, na medida em que nela estão impressas as trocas entre o homem e a natureza, próprias de um determinado lugar (NOBRE, 2007, p. 285).

A Praça 14 de Janeiro, não ficou isenta desse processo de permanente transformação, característica própria da paisagem, como afirma Nobre (2007). A praça, que abriga o Santuário de Nossa Senhora de Fátima cuja singularidade são a forma arquitetônica da igreja, os vitrais vindos da Itália e as pinturas em estilo barroco, no decorrer dos tempos, seus entornos passaram por muitas e amplas modificações.

A gente olhando hoje a Praça 14, dá para vê que ela mudou muito, perdeu aquele ar da praça onde tinha muita festa, quermesse, bingo, reza, ladainha, festival folclórico com apresentação de quadrilhas, boi-bumbá, ciranda, Tribo dos Andirás, dança do cacetinho...Tudo isso reunia muita gente e fora as datas festivas, as crianças, os jovens se reuniam para brincar de pular corda, bola, manja, cemitério, em vários espaços da praça, nessa época não havia cerca na praça (LV).

Com efeito, a praça mudou. O espaço aberto foi cercado, o parquinho de diversão na rua Emílio Moreira deu lugar à quadra da escola de Samba Vitória Régia, na esquina da avenida Tarumã com Emílio Moreira; no local onde funcionava o mercado público, surge o lanche Kantão, com seu estilo moderno; no espaço

aberto que no passado serviu de espaço para as brincadeiras infantis, entre o Kantão e a quadra da Escola de Samba Vitória Régia, foi construída uma quadra de esportes, usada pela comunidade; na rua Emílio Moreira, onde antes funcionava as antigas bancas de comida e o parquinho de diversão, hoje existe a quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Vitória Régia.

Como se pode observar, novas construções foram surgindo mudando a antiga paisagem da Praça 14 de Janeiro, exercendo forte influência no modo como as pessoas avaliam o tecido urbano do bairro, com suas novas referências visuais. A esse respeito, Paradedda (2003, p. 17), ao apreciar o conceito de paisagem urbana, procurando desvendar as complexas tramas que envolvem as relações dos seres humanos com a natureza, bem como a construção da paisagem destes lugares, comenta:

A cidade moderna desencadeia novas formas de liberdade e de mobilidade, abrindo enorme leque de experiências e atividades para as populações urbanas, mas o homem, no espaço urbano moderno, precisa estar em sintonia com esse espaço. A paisagem humanizada é um patrimônio coletivo, e os cidadãos têm direito a viver em ambientes esteticamente qualificados. (PARADEDDA, 2003, p. 17).

Em suma, a paisagem é a peça-chave para compreender a combinação da coletividade com a natureza e suas consequências nos territórios, nos lugares e na vida das pessoas, sendo também a peça que constitui o conjunto da interpretação das transformações que geram uma nova sociedade e uma nova interpretação da natureza (SOUZA, 2018).

De acordo com Alves (2010), as transformações de valores causadas pelo novo processo produtivo na sociedade globalizada impulsionaram mudanças significativas na estruturação do espaço urbano, gerando maior complexidade na paisagem urbana, ou seja, os espaços são reestruturados para acomodar novas atividades. “As instalações de novos usos acarretam, não somente, mudanças e renovações paisagísticas, mas também conduz a os novos “olhares” sobre a cidade” observa a autora, complementando que neste sentido, mesmo que aparentemente se mostre imóvel, a paisagem se revela cambiante, implicando mudanças de sentido dos lugares.

Enquanto a paisagem participa da história viva, com suas formas que realizam no espaço, as funções sociais, os lugares podem ser interpretados como uma construção social, fundamentado nas relações espaciais diretas, associado à ideia de região e localização geográfica (SANTOS, 2006; MOREIRA e HESPANHOL, 2007).

1.3 Dos lugares

No parecer de Santos (2006), os lugares não se limitam a simples localizações escalares específicos, mas resultam das complexas questões sociais que se revelam tanto no tempo histórico como no espaço. Para este autor, cada espaço geográfico concreto se refere, em cada momento, a um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que é também historicamente determinada. “Aliás, a força própria do lugar vem das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, frequentemente, baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade”, pondera o autor, afirmando ainda que a consciência do lugar é a consciência do mundo.

Na opinião de Mendes *et al.* (2017, p. 155), o lugar tem relação com a disposição histórica da Geografia enquanto prática social e instruir-se com relação ao lugar leva à compreensão das implicações sociais, culturais e econômicas de determinado grupo, significando também o reconhecimento das relações espaciais que são estabelecidas pelos indivíduos. “A partir do lugar é possível aprender as mais diversas escalas geográficas entre o mundo e o indivíduo”, comenta a autora, frisando que sendo o cotidiano essencial, o ensino da categoria ‘lugar’ não deve ser compreendido somente como um conteúdo geográfico, mas uma vivência essencial a ser destacada, a partir das afetividades e simbolismos de cada um.

Dando outros esclarecimentos sobre o assunto, Mendes *et al.* (2017) comenta que a importância da categoria lugar acontece na medida em que, a partir dele, as pessoas conseguem estreitar laços com o espaço vivido, assim como também com os fatos históricos e outras situações alusivas. Lembra ainda a autora, que o lugar, como categoria de análise da Geografia, envolve diversas definições, conforme as correntes teóricas adotadas, como na Geografia Tradicional, associada ao

positivismo, que possibilita apreender o lugar como conceito similar ao de região e localização geográfica, com escassas abordagens direcionadas para a interação com a sociedade e a Geografia Humanista, que estuda o lugar apresentando o viés da interação do homem com o meio. Trata-se de uma abordagem associada à fenomenologia e ao existencialismo, buscando retratar as modificações do lugar e as percepções e experiências simbólicas das pessoas.

Nesta direção, lembram Moreira e Hespanhol (2007), que o uso do conceito de lugar, na maioria das vezes, remete à Geografia Humanística, associando o lugar ao espaço vivido, uma condição que segundo as autoras, não é por acaso, haja vista que essa corrente encontrou no lugar a chance de esclarecer a construção do mundo, uma vez que o lugar é visto como o mundo da vida, marcado pela experiência e percepção.

Mendes *et al.* (2017) argumenta que a partir da Geografia humanista pode-se visualizar o 'lugar' para além do sentido de localização, passando ser este avaliado como algo vinculado às subjetividades da experiência humana, que vem se transformando em importantes discussões na Geografia a partir de estudiosos humanista.

Dentre esses estudiosos, pode-se apontar Tuan (2011), que entende o lugar (a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria) como segurança e o espaço como a liberdade.

O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para o outro; é um objeto no qual se pode morar. O espaço é dado pela capacidade de mover-se. Os movimentos frequentemente são dirigidos para, ou repelidos por, objetos e lugares. Por isso o espaço pode ser experienciado de várias maneiras (TUAN, 2011, p. 3),

Desse modo, para este estudioso, a percepção de espaço depende da qualidade dos sentidos dos sujeitos e também de sua mentalidade e da capacidade de sua mente de ir além dos dados percebidos.

Nos dizeres do autor:

O lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. Os seres humanos necessitam de espaço e de lugar. As vidas humanas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade. No espaço aberto, uma pessoa pode chegar a ter um sentido profundo de lugar; e na solidão de um lugar protegido a vastidão do espaço exterior adquire uma presença obsessiva [...] Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar (TUAN, 2011, p. 8).

Em suma, o lugar refere-se ao mundo de significados organizados: um lar, com seus móveis – uma escrivaninha, uma poltrona, a pia da cozinha e a cadeira de balanço na varanda. Para Tuan (2011, p. 20) isso são pontos ao longo de um caminho de movimento realizado dia após dia. “Estes pontos são lugares, centros para organizar mundos. Como um resultado do uso habitual, o próprio caminho adquire uma densidade de significado”, assinala o autor.

Ainda no bojo das análises do mesmo autor, muitos lugares são extremamente significativos para algumas pessoas ou grupos e normalmente são reconhecidos emocionalmente e não por meio do olho crítico ou da mente, como por exemplo, as esculturas, que possuem o poder de gerar uma sensação de lugar pela sua própria presença física. “Um único objeto inanimado, inútil em si mesmo, pode ser o centro de um mundo. O ser humano pode dirigir um mundo porque tem sentimentos e intenções. O objeto de arte parece fazer isso”, salienta Tuan (2017, p. 20) esclarecendo que uma peça de escultura pode interpretar a humanidade e ser o centro de seu próprio mundo. “Apesar de uma estátua ser um objeto em nosso campo de percepção, parece criar seu próprio espaço”, conclui.

Posicionando-se sobre o assunto, Frota (2010) observa que, enquanto o espaço refere-se a uma dimensão universal, o lugar apresenta uma dimensão particularizada, resultado da leitura da imagem formada pelos indivíduos, que são usuários de espaços e lugares, particularmente quando se trata de locais históricos, que fazem parte da memória coletiva, muitas vezes recriados e atualizados, conforme as vivências, as práticas desenvolvidas pelas pessoas e as representações que cada um traz consigo.

O lugar, portanto, associar-se inexoravelmente à realização da vida, como uma condição para a manutenção das relações reais que são indispensáveis à existência. Qualificado como uma construção sócio-histórica que exerce determinadas funções, o lugar, por meio de suas formas materiais e não materiais, pode ser denominado como uma funcionalização do mundo. Ademais, no lugar encontram-se as referências individuais e o sistema de valores que direcionam as variadas formas de perceber a paisagem e o espaço geográfico, tratando-se, portanto, de espacialidades carregadas de laços afetivos que as pessoas desenvolvem ao longo de suas vidas, na convivência com o lugar e com os outros. Desse modo, a definição de lugar mostra um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo possui uma experiência direta com o seu espaço, com o seu lugar, havendo entre eles significativo envolvimento, que acaba gerando o sentimento de pertencimento (CABRAL, 2007; CARLOS, 2007; STANISKI e KUNDLATSCH, 2014).

E assim são os lugares, transformados em paisagem com presença humanas pela urbanização, nos quais se materializam formas que revelam sua história que transforma os lugares, alguns grandes e com grandes monumentos, com grandes contingentes populacionais que se espalham por toda parte e que de forma individual ou coletiva produzem os lugares, as cidades (LOWENTHAL, 1996 *apud* PINHEIRO, 2015).

Nas ponderações de Carlos (1996, p. 22), a natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar, vincula-se aos espaços habitados, marcados pela presença humana, gerados pela história fragmentária feitas de resíduos e pela acumulação dos tempos marcados, remarcados, nomeados. É, segundo a autora, a natureza transformada pela prática social, produto da capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve no espaço e no tempo. “O lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória”, avalia, comentando também que mesmo que a realidade do mundo moderno reproduza-se em diferentes níveis, não consegue eliminar as particularidades do lugar, porque cada sociedade reproduz seu espaço, determinando os ritmos de vida, formas de apropriação, expressando sua função social, projetos e desejos.

Nessa ótica a cidade surge como centro de significados por excelência, espaço de muitos símbolos, de muitas cerimônias e solenidades públicas, de ritos e festivais, que se tornam cada vez mais raros nas cidades da modernidade, que implodem produzindo periferias enormes, abrindo a centralidade, distanciando e deslocando pessoas (TUAN, 2017; CARLOS, 1996).

1.4 As cidades: História, simbolismo e transformações

“A cidade é o palco de atores os mais diversos: homens, firmas, instituições, que nela trabalham conjuntamente”, afirma Santos (2001, p. 21) comentando que a cidade traz, por meio de sua materialidade (Um dado essencial na compreensão do espaço), a presença dos tempos passados, mas que permanecem através das formas e objetos que são representativos de técnicas. “É nesse sentido que eu falei que a técnica é sinônimo de tempo”, diz o autor, explicando que cada técnica é representativa das possibilidades de realização humana, advindo daí o importante papel que elas têm na interpretação histórica do espaço.

As cidades então, conforme Frota (2010, p. 445) representam o cenário fiel das relações entre sujeitos no decorrer de suas vivências, reproduzindo em seus instrumentos, espaços e lugares, os anseios e as necessidades da coletividade. Para a autora, o ser humano “precisa ler o ambiente em que se insere na busca por referências e orientação, o que o ajudará na construção de uma percepção sobre o espaço e sobre o lugar”, salienta.

Nas premissas de Lefebvre (2001), a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes, com sua história. Sua mudança ocorre com a transformação da sociedade, embora estas não sejam resultados passivos da globalidade social e de suas modificações.

Outro dado importante sobre a cidade apontado por Lefebvre (2001, p. 52) é que ela além de ter uma história é obra de uma história, isto é, da história de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. Todavia, explica o autor, as condições que, de forma simultânea permitem e limitam as possibilidades, não são satisfatórias para explicar aquilo que

nasce dela, nela e por meio dela. “Assim era a cidade que a idade média ocidental criou. Animada, dominada por mercadores e banqueiros, essa cidade foi a obra deles”, expressa o autor, esclarecendo que embora a historiografia possa conceber essa cidade como simples objeto de tráfico, uma simples oportunidade de lucro, isso não corresponde à verdade, pois os mercadores e banqueiros procediam com a finalidade de promover e generalizar a troca, com o objetivo de estender o domínio do valor de troca. “A cidade foi para eles bem mais um valor de uso do que valor de troca. Amavam sua cidade tal como uma obra de arte, ornamentada com todas as obras de arte”, enfatiza o autor.

Complementando sua análise Lefebvre (2001, p. 53) afirma:

Eles a amavam, esses mercadores das cidades italianas, flamengas, inglesas e francesas. De maneira que, paradoxalmente, a cidade dos mercadores e dos banqueiros continua a ser para nós o tipo e o modelo de uma realidade urbana onde o uso (a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro) predomina ainda sobre o lucro e o proveito sobre o valor de troca, sobre os mercados e suas exigências e coações.

A literatura mostra que as cidades surgem e se desenvolvem de forma espontânea. Em outras palavras, o crescimento das cidades não obedece a nenhum traçado e direcionamento. Nas premissas de Pesavento (2007), as cidades se encontram na origem daquilo que foi estabelecido como os indícios do florescer de uma civilização: a agricultura, a roda, a escrita, os primeiros assentamentos urbanos.

Nessa aurora do tempo, milênios atrás, elas lá estavam, demarcando um traçado, em formato quadrado ou circular; definindo um espaço construído e organizado, logo tornado icônico do urbano — torres, muralhas, edifícios públicos, praças, mercados, templos; a exhibir sociabilidades complexas e inusitadas na aglomeração populacional que abrigavam; a ostentar a presença de um poder regulador da vida e de outro ordenador do além, na transcendência do divino (PESAVENTO, 2007, p. 11).

Posicionando-se sobre o alvorecer das cidades, Fonseca (2010) aponta a existência de três tipos de cidade:

- A cidade pública do mundo clássico (os habitantes – Os habitantes viviam fora de portas, consideram o verdadeiro habitat no exterior, na rua e na praça, que

embora não tenha teto, possui fachadas que a delimitam do campo à sua volta. É portanto, uma cidade que se reconhece como clássica e mediterrânea, onde a praça é a urbe.

- A cidade doméstica e campesina da civilização nórdica – Os habitantes viviam dentro de portas, o habitat está na casa, defendida por tetos e paredes.

- A cidade privada e religiosa islâmica – Tratava-se de cidade demarcada por um sistema organizacional que se evidencia por meio de edificações compactas e por uma camuflagem obtidas através da ausência de fachadas. Nessa cidade, com suas ruelas tortuosas e enviesadas, a vida era confinada no interior privado e à vida pública, que se resumia na existência do harém (hermeticamente fechado ao exterior), dos pátios das mesquitas (destinados às práticas religiosas e não à discussão política ou convivência social) e do mercado (que possuía a única conotação social de toda a cidade).

As cidades na modernidade, são resultados do sistema capitalista, sendo, por isso, espaço condicionante da sociedade, viabilizadoras da continuidade da produção capitalista e também local de relacionamento das classes sociais ou grupos. Ao discorrer sobre as cidades capitalistas, Cury (2018, p. 3) comenta que estas podem ser analisadas a partir das condições que lhes são exclusivas e determinantes como crescimento e desequilíbrios que são objetos de estudos pertinentes à história. “Em lugar de representar os espaços físicos onde se instalam os “mercados”, as cidades capitalistas são, elas mesmas, uma das faces mais visíveis e contundentes do modelo de sociedade produzido pelo capitalismo”, frisa a autora.

Avançando em sua análise, Cury (2021, p. 5) comenta que tal qual os mercados capitalistas, que não resultaram tão somente da expansão contínua e acelerada das trocas mercantis, as cidades capitalistas também não são frutos da consequência natural do crescimento exponencial do comércio e dos centros urbanos, porque elas possuem natureza própria. “Sua forma e seu conteúdo expressam um novo arranjo econômico e social. Nelas se imprime o selo de uma sociedade que se estrutura e se reproduz tendo como eixo principal o processo de acumulação de capital”, conclui.

Historicizando a questão, Ghizzo e Rocha (2012) relatam que a cidade capitalista surgiu na Europa, no fim da Idade Média, mas sem grande relevância, embora, com suas funções comerciais, tenha colaborado para a consolidação desse sistema, uma vez que o capitalismo nasceu no centro econômico de uma economia urbana, que de forma lenta se estabeleceu na Europa, a partir do século XII. Mudanças importantes ocorrem com a Revolução Industrial que representou o marco importante na expansão das cidades que passaram a atrair trabalhadores para as indústrias.

Nessa linha de raciocínio, Fonseca (2010) afirma que esse crescimento, resultado também do escoamento da população rural que caracterizou a Revolução Industrial, ditou as regras e o ritmo da industrialização dos diferentes países e cidades da Europa. Socialmente, esclarece a autora, assistia-se à divisão da sociedade em duas classes sociais: a burguesia capitalista, detentora do capital e dos meios de produção e o proletariado, que sobrevivia exclusivamente do reduzido salário que recebia por conta dos seus serviços.

Inicialmente, a discrepância entre classes seria tão abismal que a total decadência em que vivia a classe trabalhadora, assim como a total ausência de condições de habitação e higiene, levaram a um movimento conjunto de reformas que estabeleceriam os critérios e direitos básicos dos trabalhadores na sociedade (FONSECA, 2010, p. 28).

Nascia então a urbanização, uma grande aglomeração humana, resultado do capitalismo que atraiu pessoas do campo e criou um novo estilo de vida para as pessoas, que agora eram obrigadas a vender sua força de trabalho, como condição de sobrevivência. Com o crescimento dos espaços urbanos, as distâncias entre as cidades diminuem, enquanto as diferenças e a segregação socioeconômicas tornam-se exacerbadas (GHIZZO e ROCHA, 2012).

A propósito disso, comenta Fonseca (2010, p. 35) que a cidade industrial é comumente apontada como a primeira das 'cidades sem alma', um novo tipo de aglomerado urbano caracterizado por dois elementos essenciais: a fábrica e o '*slum*' ou bairro pobre. "Esta cidade, considerada na altura como o símbolo do progresso, corresponde apenas a uma concentração de gente num determinado local, já que

em nada corresponde à cidade detentora de um papel sociológico”, assevera a autora, que dando outros esclarecimentos, afirma que a cidade criada pela Revolução Industrial, caracterizada por um crescimento desmesurado e urbanisticamente caótico, transforma-se em uma máquina de produção.

Ainda na análise da mesma autora, tal condição, transforma os núcleos estabelecidos dessas cidades em um novo organismo, um núcleo central, criando ao seu redor, uma nova faixa construída: a periferia, onde as classes mais privilegiadas se estabelecem gradualmente, fugindo das zonas comerciais e industriais, do caos das fábricas e das condições miseráveis vividas pela maioria da população. As velhas casas existentes na antiga cidade, afirma Fonseca (2010, p. 37): “tornam-se casebres onde se amontoam os pobres e os recém imigrados. Esta realidade cria um fenómeno de desagregação ainda hoje vivido nas cidades actuais (sic)”.

Segundo Antunes (2015, p. 105), o avanço da Revolução Industrial provoca importantes alterações nas feições das cidades, começando com Londres, espalhando-se depois por outras cidades europeias, que começaram a apresentar crescimento vertiginoso. “As cidades se transformam ao sabor das necessidades modernas da crescente transformação econômica pela qual passa o ocidente com o avançar da Idade Moderna, salienta a autora.

Ainda com base nas assertivas de Antunes (2015, p. 117), com o passar do tempo, as cidades começam a depender de um sistema de movimentação cada vez mais apurado e que precisou ser renovado, a partir da metade do século XIX. De acordo com a autora, algumas cidades passam a ocupar o posto de metrópole, implicando na criação de redes viárias, sistemas de transportes públicos, sistemas de parques urbanos, visando à futura expansão do estoque de construções, tanto para suportar o mercado cada vez mais sofisticado, quanto para atender o crescente número de trabalhadores necessários para garantir o funcionamento das estruturas produtivas. “O século XIX e sua confiança na razão, no progresso e no capital legou à história a possibilidade de cidades que se expandiam de maneira muito intensa graças às diversas infraestruturas desenvolvidas neste período”, observa a autora.

A propósito disso, Morais (2014, p. 86), afirma que o crescimento urbano dos séculos XIX e XX, provocado pela industrialização gera grande transformação na

relação entre o homem e a natureza, que passa a se refletir diretamente na alteração dialética entre a cidade e o campo, que existia desde as primeiras aglomerações urbanas. Assim, esclarece o autor, se a cidade antiga era considerada como espaço seguro para abrigar-se dos perigos e incertezas da natureza desconhecida e selvagem do lado de fora, a partir do aumento de suas dimensões, tal percepção altera-se de maneira extrema. “Ao expandir-se exponencialmente, a cidade moderna se hipertrofia a ponto de perder de vista seus limites, e assim o contato direto com a natureza”, conclui.

Chega-se à década de 1960 e esse período representa um marco temporal significativo na história do pensamento sobre as cidades, especialmente por conta da incapacidade destas de dar conta das transformações que vinham se impondo, provocadas por movimentos ecológicos, processo de emancipação feminista e de minorias, movimentos reivindicatórios, entre outros, que tinham nas cidades o seu ponto de maior ebulição e que afetavam as estruturas sociais do mundo capitalista, particularmente suas cidades, que passaram a expor a fragilidade das concepções teóricas que o sustentavam, surgindo, por consequência a necessidade de um novo e redobrado esforço de compreensão das transformações e de repensar as cidades (ABREU, 2002).

No Brasil, conforme relatos de Abreu (2021), a partir do final do século XIX, a cidade começa a ser avaliada cada vez mais como uma engrenagem. “A dinâmica dos fluidos tornou-se o grande motor da reflexão e os conceitos de rede e de sistema impuseram-se como norteadores da intervenção dos engenheiros sobre o espaço”, enfatiza o autor, explicando também que inúmeros planos de melhoramentos passaram a ser formulados, dando destaque ao saneamento e às redes de infraestrutura como circulação, iluminação pública, abastecimento de água, esgotos sanitários e assim por diante, com especial atenção aos portos, que eram os viabilizadores das economias agroexportadoras regionais.

Conquanto, assinala Abreu (2021), não era suficiente pensar a cidade brasileira somente sob a perspectiva técnica. Havia a necessidade de pensá-la como questão estética, pois desde os meados do século XIX, esse era o desejo das

camadas mais abastadas da população, que sonhavam com a superação da paisagem herdada dos tempos coloniais, com suas cidades sujas e feias.

Não era, pois, suficiente pensar as cidades como engrenagem; havia também que transformar a sua imagem. Havia que embelezá-las, dotando-as de jardins públicos, que substituíssem os espaços áridos e sem vegetação dos largos e praças coloniais, apropriadamente chamados de "terreiros"; havia que enfeitá-las com estátuas e chafarizes; havia que dignificá-las com unidades construtivas monumentais (ABREU, 2021, p. 5).

Neste sentido, muitas cidades brasileiras, entre 1902 e 1906, passaram a ser revestidas de roupagem paradigmática, como foi o caso da cidade do Rio de Janeiro, dando-se início ao planejamento efetivo urbano no país, consolidado em 1930, com o Plano Agache (ABREU, 2021).

Na atualidade, as cidades, especialmente as grandes metrópoles, são espaços físicos e sociais ricos e dinâmicos. Nas argumentações de Cury (2018), por toda sua potencialidade, essas cidades merecem especial atenção, pois acolhem expressiva concentração populacional, representam o local exato onde milhões de pessoas constroem famílias e carreiras, experimentando vivências afetivas e profissionais marcantes e variadas. Nessas cidades, afirma a autora, perspectivas serão produzidas, sonhos serão realizados, experiências políticas e administrativas serão postas em práticas e novas ideias serão testadas.

E não é diferente com a cidade de Manaus, que na metade do século XIX e início do século XX vivenciou rico período econômico proporcionado pelo apogeu do ciclo da borracha que, ao entrar em decadência, mergulha a cidade em um longo período de estagnação econômica, até a implantação da Zona Franca, em 1967, quando a região voltou a participar do circuito internacional capitalista, atraindo inúmeros trabalhadores de todo o país (e até de outros países) e induzindo um rápido crescimento nos outros setores da economia, com melhoramento da urbanização, elevação do conhecimento técnico-científico, mudança nos padrões de consumo e de vida e importantes modificações na estrutura social e institucional da cidade “Essa nova racionalidade capitalista transforma a cidade de Manaus. As mudanças trazidas pelo processo de industrialização, afetam rapidamente a vida cotidiana dos amazonenses”, salienta Assad (2021, p. 1), em seu estudo discutindo

a gênese do problema das 'invasões' na cidade em decorrência da urbanização acelerada, que se tornam explícitos a partir da implantação da Zona Franca.

1.5 A cidade de Manaus: passado e presente

Em decorrência de sua localização, a cidade de Manaus encontra-se longe dos grandes centros urbanos do Brasil, contudo, sempre apresentou um desenvolvimento singular em relação às demais capitais do país. Até meados do século XIX, a recém-nomeada capital da província do Amazonas, não era mais que um simples lugarejo incrustado no meio da floresta e rodeada pelas escuras águas do rio Negro. Os viajantes que a visitavam, apesar de se deslumbrarem com suas belezas naturais, não deixavam de observar suas ruas esburacadas e irregulares, sem nenhum calçamento, cheias de altos e baixos e entrecortadas por igarapés. Para esses viajantes, a cidade se igualava a um 'diamante bruto à espera de ser lapidado' (RODRIGUES, 2014).

Narrando a história de Manaus, que ocorreu no século XVII, com a finalidade de reforçar o domínio de Portugal na Amazônia, Castro (2006) e Mota (2008) relatam que Manaus nasceu em 1669, como um núcleo urbano ao redor do Forte de São José da Barra do Rio Negro, com o objetivo de proteger o lugar contra invasões estrangeira, logo representando a dominação militar e sua implantação, contando com uma capela oferecida a Jesus, Maria e José, construída de forma simples na beira do rio Negro, três léguas acima do encontro das águas.

Neste local, segundo Mota (2008, p. 17), se reuniam famílias de passes, paisanas, urequenas, manáos, juris, que foram os primeiros habitantes da região militar, aos quais os carmelitas, tempos depois se uniram, com a benção de Nossa Senhora da Conceição, que se tornaria, mais tarde, padroeira do Estado do Amazonas. "Por aqueles anos, era apenas o lugar da Barra, reunindo um pequeno grupo de portugueses, militares, autoridades e poucos índios agrupados pelos missionários", relata o autor.

A ocupação do território não seguia nenhum planejamento urbano e as aglomerações que surgiam ao redor do forte e da igreja espalhavam-se pela orla do

rio, avançando pelo interior ao capricho da acidentada topografia do lugar, entrecortada por igarapés e sem alterações significativas (CASTRO, 2006).

Com o correr dos tempos, a pequena localidade foi, lentamente se transformando, passando a se chamar Aldeia de São José da Barra, Lugar da Barra do Rio Negro, até chegar à denominação de Vila de Manaus, Cidade da Barra do Rio Negro e Cidade de Manaós, no largo período de 1669 a 1856, conforme quadro 1, que mostra uma linha do tempo da evolução de Manaus (MOTA, 2008).

Quadro 1: Linha do tempo da evolução de Manaus

Manaus: de 1786 a 1856	
1786	O lugar foi considerado pelo Ouvidor Sampaio como propício para acomodar a fundação da capital, especialmente por ser o centro de três rios principais da capitania: Madeira, Rio Negro e Solimões
1791	O lugar da Barra (São José da Barra do Rio Negro) era considerado como capital do Rio Negro.
1832	Surge, pela primeira vez o nome Manaós, com o Código Criminal do Império, quando a localidade foi elevada à categoria de Vila e cabeça de Comarca, construindo a própria câmara de Vereadores, passando a ter juiz e pelourinho, juiz de órgãos e promotor de justiça, sendo criada a Comarca do Alto Amazonas, elementos que davam um novo foro ao lugar.
1848	No dia 24 de outubro deste ano, por meio da Lei 145, a Vila de Manaós, é elevada à categoria de cidade, mas sendo estabelecido o nome de Cidade da Barra do Rio Negro.
1856	A Cidade da Barra passa a chamar-se Cidade de Manaós, em homenagem à nação indígena dos Manaós (Mãe dos Deuses), considerada como o mais importante grupo étnico da região, reconhecidos historicamente pela sua coragem e bravura. Esta denominação permaneceu até o ano de 1937, quando Álvaro Maia publica o primeiro decreto governamental grafando o nome de Manaus, que só foi oficializado no Diário Oficial do Estado em 14 de julho de 1939.

Fonte: Mota (2008); Portal Viva Manaus (2021)

Esta linha do tempo da evolução de Manaus, é destacada pela figura constante na página seguinte do estudo.

Figura 1: Evolução de Manaus



Fonte: Portal Viva Manaus (2021)

Conforme relato do viajante e médico alemão Ave-Lallemant², que visitou Manaus em 1859, os assentamentos na cidade eram informais, cercados de acidentes geográficos, que a população tentava superar por meio de pontes de madeira. Não existiam ruas, apenas caminhos feitos de terra batida, sem pavimentação (CASTRO, 2006).

Logo, como narra Mesquita (2005), o Lugar da Barra não passava de um lugarejo, sem maiores destaques no cenário político da região e que na descrição do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que passou pelo lugar, este era dividido em dois bairros, ambos ocupando uma porção da barreira que existiam entre dois igarapés, da Tapera dos Maués e dos Manaós. A localidade, que contava com 301 habitantes, dos quais 243 eram indígenas, 47 brancos e 11 escravos negros,

²Robert Christian Berthold Avé-Lallemant nasce em 1812, de próspera família de Lübeck, ao norte da Alemanha. Com 25 anos, formado em Medicina, com passagem pela Universidade de Berlim, Heidelberg e Paris, vem ao Rio de Janeiro trabalhar em um hospital, onde permanecerá por treze anos, com alguns retornos à Alemanha. Em 1854 deveria participar de uma viagem ao redor do globo com a fragata austríaca Novara, o que não se realiza plenamente por se desentender com os líderes. Quando a fragata aporta no Rio, Avé-Lallemant deixa a expedição para voltar a atuar como médico no combate à febre amarela. Do Rio de Janeiro partirá para viagens ao sul do Brasil e, a seguir, para o norte, de onde retorna à Alemanha. Visitará, ainda, outros países europeus e o Egito, sempre publicando relatos de viagens. Morre aos 72 anos, em 1884 (MEIRELLES FILHO, 2009).

possuía uma igreja matriz, uma olaria, uma casa para construção de canoas e 45 casas residenciais.

No ano de 1868, o engenheiro alemão Franz Keller-Leuzinger, em sua viagem pela região como integrante da Comissão Demarcadora da Estrada Madeira-Mamoré, observou que apesar do título de Capital da Província do Amazonas, Manaus, não passava de uma cidade insignificante, com cerca de 3.000 habitantes cujas ruas eram mal niveladas, sem pavimentação e com o conjunto arquitetônico composto por casas baixas e cabanas de construção muito primitiva, totalmente desprovida de qualquer beleza arquitetural (MESQUITA, 2005).

A figura 2 abaixo mostra a cidade de Manaus em 1865, especificamente a atual avenida Sete de Setembro.

Figura 2: Cidade de Manaus antiga: avenida Sete de Setembro em 1865



Fonte: Manaus de Antigamente, 2015

Neste cenário, a horizontalidade predominava, com as casas térreas e alguns poucos sobrados, que pertenciam às pessoas mais ilustres e importantes do lugar.

Os materiais eram retirados da natureza com o barro para a taipa e para as telhas (estas últimas restritas a poucas casas), palhas para cobertura da maioria das construções, madeira para as grades do pau-a-pique e para a armação da cobertura, pedras para os alicerces das edificações mais sólidas, cal para a pintura das paredes (CASTRO, 2006).

Mas esse povoado, situado em um espaço com geografia difícil, com igarapés cortando-o por todos os lados, de relevo alto com grandes elevações de planaltos e morros, ao ser elevado à categoria de cidade em 1848, começa a despertar interesses, transforma-se em cidade de grande movimento comercial, contando com incorporações urbanas, bem como também sociedades comerciais, instituições financeiras, meios de transportes e praças arejadas. “Com o advento da Província, em 1850, a cidade sofre tímidos ímpetus de desenvolvimento, e começam a surgir construções melhor elaboradas como que para fazer jus ao novo status”, comenta Castro (2006, p. 26), observando, contudo, que o contexto urbano era ainda precário, com iluminação a lampião e água não canalizada, transportada em recipientes da fonte até seu destino, pelos aguadeiros.

O crescente desejo de igualar-se às grandes metrópoles do país, deixando para trás a imagem de pequeno lugarejo parado no tempo, com uma população de hábitos primitivos, levou a elite local, juntamente com os meios de comunicação, a reivindicar maiores intervenções para a capital amazonense. Esse movimento ganha fôlego durante o governo de Eduardo Ribeiro, no final do século XIX, período marcado também pelo crescimento do comércio do látex, que deu para Manaus o título de Paris dos Trópicos (RODRIGUES, 2014).

Nas ponderações de Santos Júnior (2013), no final do século XIX e início do século XX, Manaus cresce, com vigor, poder e espírito expansionista sem precedente na história da cidade, resultado da economia gomífera que semeou possibilidades de reconfigurações que deixaram suas marcas como signos de uma época, uma condição proporcionada pelas elites e idealizadores que sonhavam com a reestruturação da cidade sob a referências europeias.

A cidade, que crescia na virada dos séculos XIX e XX, conforme relato de Santos Júnior (2013), contava aproximadamente com 29.000 habitantes em 1872,

passando para 61.000 em 1900. O seu dinamismo, por conta da agitação relacionada à circulação de passageiros e de mercadorias no porto, era evidente.

Nos comentários de Santos Júnior (2013, p. 2):

Com a reestruturação urbana e com a pujança da economia gomífera passaram a viver na capital não só as elites agroexportadoras, como também grandes negociantes, técnicos, profissionais diversos e uma gama de trabalhadores que exerciam suas atividades na cidade que se expandia.

Com efeito, a partir da segunda metade do século XIX, Manaus experimenta importante surto modernizador, provocado pela economia da extração da borracha. Frente a modernidade que se insinuava, afirma Braga (2016, p. 105), cria-se um discurso de enaltecimento, que apresentava a cidade como um local de civilidade, de grandeza e riqueza exacerbada. “Manaus crescia em ritmo cada vez mais acelerado e sua fisionomia tendia a se distanciar cada vez mais da atrasada e feia Barra do Rio Negro”, pontua o autor.

A figura seguinte mostra Manaus em 1920, tempo em que cidade já contava com luz elétrica e bonde.

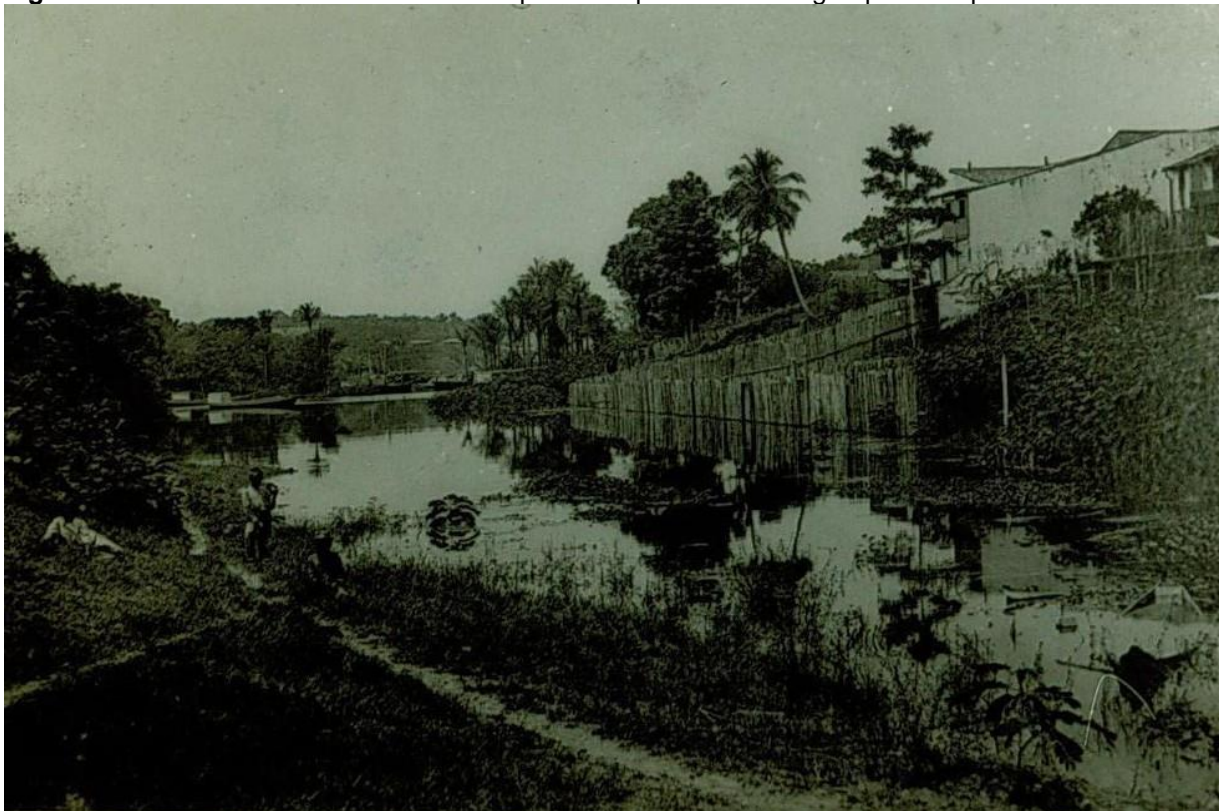
Figura 3: Imagem de Manaus em 1920



Fonte: Revista Cenarium (2020)

Conforme Santos Júnior (2013, p. 3), as transformações que ocorreram em Manaus no final do século XIX, tinham como finalidade, tanto a remodelação e ampliação dos espaços públicos e implantação de inovações na dinâmica urbana, como a consolidação de um outro tipo de sociedade que se identificava com o padrão ajustado à ‘vida moderna’ e cosmopolita. Explicando de outro modo, o perfil dos moradores da cidade precisava estar em consonância com a nova feição urbanística da Belle Époque e como símbolo de espaço moderno, a Avenida Eduardo Ribeiro (primeiramente denominada Avenida do Palácio), foi eleita como a ‘coluna dorsal da cidade moderna’ e tinha sido construída seguindo a concepção haussmanniana³ de cidade com largas avenidas, praças e serviços urbanos. Para isso, o governador autoriza o aterramento do Igarapé do Espírito Santo, localizado nas proximidades do Teatro Amazonas, conforme mostram as imagens abaixo:

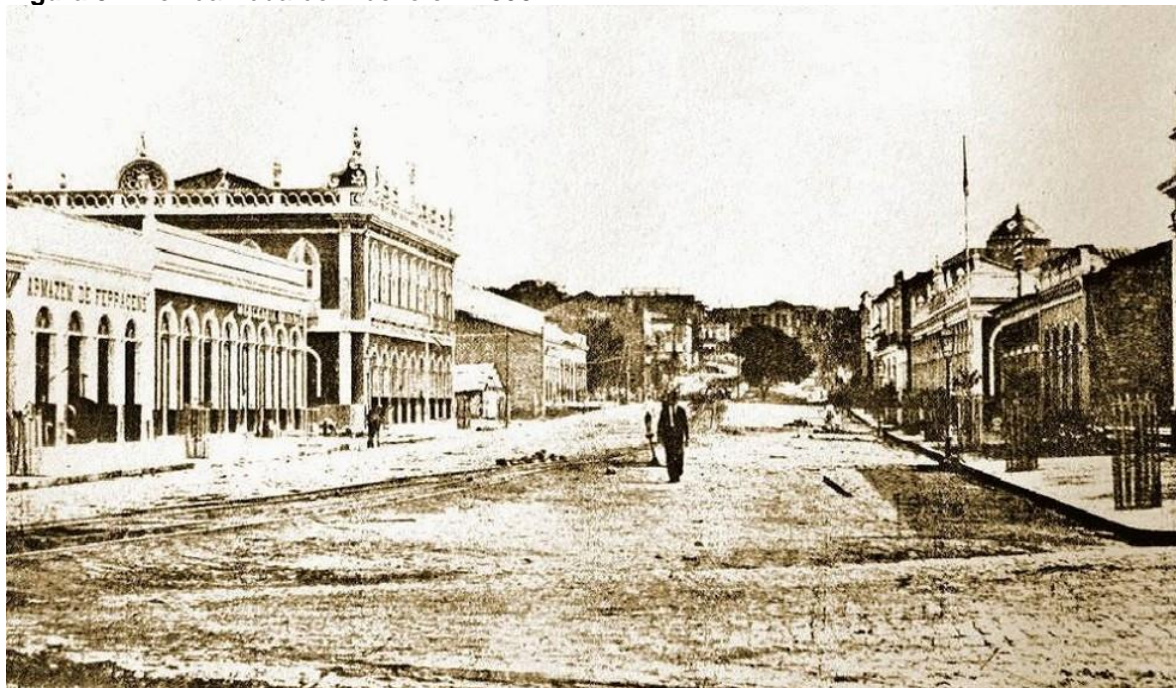
Figura 4: Bueiro construído no decorrer do processo para aterrar o Igarapé do Espírito Santo.



Fonte: Bessa (2017).

³George-Eugène Haussmann foi o idealizador da ampla reforma urbana, encomendada pelo imperador Napoleão III, sobrinho de Napoleão Bonaparte, para arejar, unificar e embelezar Paris, seguindo uma tendência de cidades, como Londres, que se transformou com a revolução industrial (PINHEIRO).

Figura 5: Avenida Eduardo Ribeiro em 1896.



Fonte: Bessa (2017)

Desse modo, entre 1892 e 1900, Manaus passa por significativas transformações, com melhoramentos urbanos e grande número de obras como construções de palácios, pontes, edifícios públicos e particulares, dentro de um ritmo de embelezamento e melhoria na higiene pública, compromisso assumido pelo governador para transformar a cidade em um modelo europeu de arquitetura e urbanismo (BESSA, 2017).

Em meio a essas medidas de embelezamento e melhorias urbanas, que começava a transformar o pequeno vilarejo em ‘cidade moderna’ não se pode deixar de citar o Teatro Amazonas, considerado como uma das expressões arquitetônicas responsáveis pela fama da cidade de “Paris dos Trópicos” (BESSA, 2017; BERTARELLI, 2010).

Construído em 1896, quando a cidade tinha menos de 100 mil habitantes e como resultado da ideia de construir um teatro que não fosse uma simples casa de espetáculos, mas sim um majestoso edifício que aproximasse Manaus das capitais europeias, como Paris, a edificação do Teatro Amazonas, segundo Daou (2007) e Bertarell (2010) gerou críticas na sociedade amazonense e brasileira, pelos

montantes dos recursos utilizados e pelos interesses envolvidos na construção de um teatro de ópera, na qual mesclavam disputas políticas da época.

Na narrativa de Daou, (2007, p. 54):

O edifício do teatro assume, nesse contexto, caráter emblemático, como expressão de ‘civilização e progresso’ e atrai, como empreendimento, interesses de políticos, grandes comerciantes e intelectuais que orientaram não apenas a consecução das obras como a decoração interna do edifício, concluída nos anos subsequentes à inauguração [...], além das polêmicas relacionadas às disputas ideológicas que marcaram a mudança de regime político, a decoração do edifício – em especial do salão nobre – expressa os interesses e as expectativas da elite letrada quanto à natureza amazônica, algo que se afinava com o discurso de posituação da natureza tropical e com a perspectiva do projeto romântico no Brasil oitocentista.

O projeto de edificação deste empreendimento foi realizado pelo então deputado provincial Antonio José Fernandes Júnior e apresentado à Assembleia Provincial em 21 de maio de 1881, tendo vencido a licitação da obra o Gabinete Português de Engenharia de Lisboa, representado pelo comerciante Antônio de Oliveira Braga. A construção teve início em 1882, mas as obras caminharam lentamente, sendo, inclusive, suspensas em agosto de 1885, pelo governo provincial, que tentava uma negociação com os executores do projeto, que queriam alterar o projeto original. Sem acordo, o contrato foi rescindido em janeiro de 1886, ficando as obras paralisadas por vários anos, até a sua retomada durante o governo de Eduardo Ribeiro (BERTARELLI, 2010).

figura 6, a presentada na página seguinte, mostra o Teatro Amazonas em construção, entre 1883 e 1896.

Figura 6: Construção do Teatro Amazonas (1883 -1896)



Fonte: Capelato e Cardoso (2017).

Finalmente, em 31 de dezembro de 1896, no auge do ciclo da borracha, o Teatro é inaugurado, durante a administração do governador Fileto Pires Ferreira (1896-1898). Na sua estreia é contratada a Companhia Lírica Italiana, empresariada pelo maranhense Joaquim de Carvalho Franco. No dia 7 de janeiro de 1897, a primeira ópera, *Gioconda*, de Amilcar Ponchielli, estreia no Amazonas (BERTARELLI, 2010).

Sobre a questão, Capelato e Cardoso (2017, p. 7) dão o seguinte parecer:

O látex alimentava o fausto capitalista, assim, a elite da borracha e os governantes promoveram intervenções que se iniciaram com a construção de pontes de madeira e com o aterro de igarapés (para ceder lugar à edificação), alargamento e calçamento de ruas e abertura de praças, e terminaram por dotar a cidade de serviço de transporte coletivo de bondes elétricos, telefonia, eletricidade, água encanada, porto flutuante, ruas retas e longas, calçadas com granito e pedras de liós importadas de Portugal.

A cidade, então, precisava ser remodelada e amodernada para atender aos anseios do sistema capitalista, que exigia inovação e sociabilidade. “Era preciso embelezar Manaus, transformando-a na “Paris dos Trópicos”; ou seja, modificando-

lhe as características rústicas para ares mais modernos, preparando-a para atrair o capital investidor”, comenta Bentes (2008, p. 40), complementando:

No objetivo de transformar a imagem acanhada da cidade de Manaus em uma imagem moderna e civilizada, os projetos arquitetônicos apresentavam-se apenas como uma das partes desse complexo cenário que precisava ser montado para agradar aos novos ricos da cidade. A implantação de serviços como água encanada, luz elétrica, linhas de bondes, sistema de comunicação como telefone e telégrafo, sistema de saneamento como esgotos, coleta de resíduos sólidos e paisagismo complementavam esse cenário que daria à cidade ares de modernidade (BENTES, 2008, p. 43).

À medida que prospera, conforme Mesquita (2005, p. 13), na primeira década do século XX, Manaus mostra uma imagem com características modernas e embelezadas, bem ajustada às noções de progresso da época, que foram, segundo o autor “intencionalmente confeccionadas a partir de uma concepção de cidade que permeou todo o trajeto de sua construção: das ações políticas à escolha dos projetos a serem implantados”. O impacto visual gerado pela nova imagem da cidade, explica, encontra-se repleta de significados, porque elas representam não apenas a difusão dos atrativos de uma cidade, mas também a propaganda do progresso. “Naquele momento, a imagem de uma cidade urbanizada e embelezada atendia às aspirações de uma elite ávida por demonstrar seu status perante a situação de prosperidade iniciada algumas décadas antes”, recorda o autor, afirmando, contudo, que a simples construção de uma cidade em meio a uma floresta, já seria suficiente para demonstrar os efeitos da ‘civilização’, mas que havia muito a fazer para confirmar os efeitos das novas ideias e da ação de um novo tempo.

Com o ciclo da borracha, conforme argumentações de Becker (2013, p. 33), cria-se uma cadeia produtiva que tem início com a extração na floresta, depois transporte via fluvial até os grandes portos concentradores da produção, de onde é exportada para as indústrias norte-americanas e europeias, Manaus vive sua ‘Belle Époque’, sobretudo entre 1880 e 1910, transformando-se efetivamente em cidade, com seus igarapés aterrados, avenidas, praças, suntuosas residências e belos pavilhões importados da Escócia. “Manaus torna-se uma urbe cosmopolita. Novos

atores, agentes do trabalho novo, entram em cena na aventura da borracha”, salienta a autora, lembrando da grande influência da Grã-Bretanha nesse processo e de trabalhadores de múltiplas nacionalidades (brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos, alemães, franceses, ingleses, americanos, sírios, libaneses, judeus e gregos), que formavam o elo da cadeia produtiva da borracha, realizando o intercâmbio das atividades econômicas entre a cidade, os seringais e os grandes centros financeiros da Europa e dos Estados Unidos, além de profissionais liberais (artistas, intelectuais, médicos, advogados, engenheiros, professores, jornalistas), negociantes e seringalistas vindos de várias partes do país, que se instalam na cidade, onde a moeda dominante nas transações é a libra esterlina.

Os “coronéis” da borracha, rapidamente enriquecidos, vivem em fausto em Manaus e Belém, cidades que procuram imitar Paris e Londres. Nos portos atracam navios abarrotados de produtos importados, a vida artística ferve com exposições e espetáculos de música lírica, e altera-se a aparência da cidade (BECKER, 2013, p. 33).

Vê-se, portanto, que o *boom* da borracha mostrava sua importância na economia regional e também nacional. “Este rentável negócio, conseqüentemente, transformava a imagem de algumas cidades amazônicas”, pondera Feitosa (2013, p. 142).

Nos relatos de Oliveira (2005, p. 10488), no tempo da borracha, Manaus era vista como a cidade de gente poderosa, cidade harmônica, cidade da opulência, sem problema, progressista, alegre, cidade da elite extrativista; cidade das avenidas, dos cafés, dos palacetes, de praças e jardins bem cuidados, possuidora de um urbanismo higienizado e organicista que surge a partir de abertura de ruas e aterro de igarapés.

Mas era, também, segundo o mesmo autor, uma cidade marcada por profunda desigualdade social. “Os pobres da cidade não eram considerados, a cidade era sempre apresentada em largo cenário onde só a elite tinha rosto e se destacava na paisagem”, afirma Oliveira (2005, p. 10488).

Complementando sua análise sobre as desigualdades sociais que afetavam Manaus no tempo áureo da borracha, Oliveira (2005, p. 10488) relata:

Os pobres da cidade eram ninguém, seus rostos queimados pelo sol e suas mãos calejadas pelo manuseio de pedras e tijolos das grandes construções, seus corpos impregnados do odor da borracha não contam na espacialização da cidade. Eles são os outros e a cidade moderna não tinha lugar para eles. A cidade estava capturada pelo mercado, sendo o seu espaço não apenas a mediação, mas e principalmente a descontinuidade do cotidiano programado em que predominava o tempo contínuo da produção do lucro. A cidade do período da borracha era um simulacro (OLIVEIRA, 2005, p. 10488).

Mas, enquanto a cidade vivia o seu apogeu favorecido pela economia da borracha, seus habitantes, como cita Bentes (2008), sequer imaginavam o cenário desolador que os aguardavam, quando o látex passou a ser extraído das plantações asiáticas, tornando irreversível a decadência da atividade gomífera na Amazônia.

Logo, o período de ostentação estava com os dias contados e a crise que já se evidenciava no começo do século XX, torna-se crítica na primeira década de 1920. “O baque foi rápido: levou cerca de quinze anos para a produção de borracha de região Amazônica ter reduzida sua participação no mercado mundial de 60% para 5%”, frisam Feitosa e Saes (2013, p. 149).

Nas ponderações de Bentes (2008, p. 52):

O aprofundamento da crise econômica provocou a saída da população mais rica da cidade de Manaus, transformou o centro da cidade num espaço semelhante ao de um filme de terror, com grande parte dos casarões abandonados. Já na periferia da cidade ocorria justamente o contrário, ela crescia cada vez mais, muito embora, a população mais pobre tivesse que se juntar para morar no mesmo lugar e, assim, dividir as despesas.

Manaus, então, como recorda, Figueiredo (2000, p. 1) passa a amargar dias difíceis, com o fim do período de riquezas provenientes da produção e exploração da borracha, que havia criado um cenário de fausto ilusório, de luxo efêmero e de progresso inconstante. “Nessa época, vicejou na região uma verdadeira ideologia da decadência. Os que testemunharam essas mudanças passaram para os mais novos uma memória do “fim da grande vida”, escreve o autor.

Traçando um panorama desse momento, Thiago de Mello (*apud* Figueiredo (2000, p. 2) faz o seguinte registro:

Do dia para a noite, se foram acabando o luxo, as ostentações, os esbanjamentos e as opulências sustentadas pelo trabalho praticamente escravo do caboclo seringueiro lá nas brenhas da selva. Cessou bruscamente a construção dos grandes sobrados portugueses, dos palacetes afrancesados, dos edifícios públicos suntuosos. Não se mandou mais buscar mármore e azulejos na Europa, ninguém acendia mais charutos com cédulas estrangeiras. O enxoval das moças ricas deixou de vir de Paris. Os navios ingleses, alemães e italianos começaram a escassear na entrada da barra [...] Das casas aviadoras (que forneciam dinheiro e mercadoria aos seringalistas do interior da floresta), as mais fracas faliram logo, algumas resistiram um pouco, mas não puderam evitar a falência. As companhias líricas de operetas italianas foram deixando de chegar para as suas temporadas exclusivas no sempre iluminado Teatro Amazonas. Os coronéis de barranco não podiam pagar com fortunas uma carícia mais quente das francesas importadas e refinadas na arte do amor comprado [...] Dar o fora foi também o que fizeram os comerciantes ingleses e alemães, os navios partiam carregados deles com a família inteira.

Ao fim, Manaus volta a ser o que era antes, passando a 'viver de si mesma', sem o luxo (teatro, bancos, magazines, palacetes, boulevards) que aos olhos de muitos visitantes, parecia uma 'anomalia', que não combinava com a imagem da floresta, labirinto de rios do mais rico ecossistema do planeta (FIGUEIREDO, 2000).

No parecer de Oliveira (2005, p. 10474), a partir de 1910, o apogeu e o declínio da borracha deixam suas marcas na característica espacial de Manaus, uma vez que a produção do espaço se desenvolveu muito mais pelo impulso que adquiriu com o crescimento econômico determinado pela produção e exportação da borracha, do que pela influência de suas condições geográficas. "Manaus esteve, no período áureo da borracha, mais ligada ao mercado externo do que ao mercado nacional", sintetiza o autor, ao afirmar que a espacialidade produzida na cidade no período da borracha, foi muito mais uma determinação do exterior do que nacional, embora houvesse uma minoria interna que se beneficiou de todo o processo de exploração do látex.

A estagnação econômica e financeira de Manaus se arrasta por longos trinta anos, até que, por iniciativa do Estado brasileiro, um novo surto econômico se

configure, em 1967, não mais baseado no extrativismo, mas na indústria: a Zona Franca de Manaus, que foi criada pelo Decreto-Lei nº 288, como área de livre comércio, beneficiária de incentivos fiscais, com o objetivo de impulsionar a ocupação do território e garantir a soberania brasileira sobre a região, durante o regime militar, bem como também promover a ocupação do território amazonense (BECKER, 2013; HOLLAND *et al.* 2018).

A Zona Franca de Manaus possibilitou importante expansão de renda per capita, industrialização acelerada na região, consolidação de parque industrial sofisticado e geração de emprego qualificado na indústria de transformação. A partir da sua implementação, o crescimento do PIB per capita do estado do Amazonas mais que dobrou desde 1990. Além disso, a industrialização provocou intensa movimentação demográfica, indicando que o relativo vazio territorial da região Norte passou a ser ocupado com crescimento demográfico (HOLLAND *et al.* 2018).

Logo, com a instalação da Zona Franca, Manaus ganha novo impulso e rápido desenvolvimento econômico que provoca mudança nos padrões de consumo e de vida e importantes modificações na estrutura social e institucional da cidade. “É um novo marco, que traz consigo uma nova paisagem urbana, um novo desejo de cidade”, salienta Ranciaro (2020, p. 106).

Em seu estudo sobre as representações da intelectualidade amazonense a respeito do fenômeno da Zona Franca de Manaus, (hoje polo industrial de Manaus), e sua relação com a globalização, Silva (2014, p. 10) comenta que a emergência da Zona Franca de Manaus, enquanto resultado da articulação da Amazônia dentro das novas relações capitalistas de produção, encontra-se inserida no cenário mais amplo, no qual se movimenta a própria dinâmica do capitalismo racionalmente orientado com relação a fins. “Pode-se dizer que a Zona Franca de Manaus reposicionou Manaus no jogo de forças globais do capitalismo mundial, alterando por completo a solidariedade social dos agentes sociais da cidade”, assinala o autor.

Assim,

a história do desenvolvimento de Manaus, que passou de cidade sem grande relevância econômica, para cidade industrial e posteriormente para uma cidade global com todas as contradições que uma cidade deste tipo encerra, como riqueza e pobreza, desenvolvimento e subdesenvolvimento, tradição e modernidade, integração e isolamento, a dialética entre global e o local e o regional, não passaram despercebidos pela intelligentsia local que passou a analisar, refletir, problematizar e fabular a forma e consequência do desenvolvimento capitalista na região (SILVA, 2014, p. 10).

A Zona Franca, portanto, transforma a cidade. Segundo Loureiro (2003), os habitantes do município se multiplicam, chegando até final de 2002 a 1,6 milhões de pessoas⁴. Manaus adquire o perfil de cidade-estado concentrando-se nela mais de 50% da população e 90% do que é produzido no estado, fazendo com que a renda per capita dos manauaras se eleve aos patamares mais altos entre as capitais brasileiras. Mas, explica o autor, o crescimento da economia atrai pessoas de outros estados brasileiros e isso acaba provocando a ocupação desordenada do espaço urbano, contribuindo para o surgimento de invasões de áreas desocupadas muitas das quais se transformaram em bairros periféricos, com seus bolsões de pobreza.

Evidentemente que Manaus na atualidade é bem diferente da cidade dos tempos passados, especialmente no que se refere à configuração de seus espaços urbanos. Como observam Pontes e Heimbecker (2020), Manaus adquiriu novas feições a partir da incorporação da cidade no fluxo da globalização contemporânea, onde a competição entre territórios representa estratégia na prática do planejamento urbano.

Mas, como frisa Mesquita (2005, p. 14), a cidade resiste, mesmo que seus espaços físicos tenham sofrido intensas modificações, que sua área de ocupação tenha sido ampliada, que o número de seus habitantes tenha se elevado muito rapidamente. “Mesmo com tantas transformações impostas a Manaus [...] ainda

⁴ Hoje a capital do Estado do Amazonas, conta com mais de 2 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE, para o ano de 2020

guarda exemplares significativos do conjunto arquitetônico que instiga a memória de sua população”, observa o autor, complementando:

Apesar de todas as transformações que se processaram e que rapidamente passaram a fazer parte de nossas vidas, permanecem referências tradicionais que são mantidas nos costumes e, sobretudo, na memória dos usuários da cidade. Além das edificações que resistem e se impõem no visual da nova paisagem, sobrevivem marcadamente na memória de muito dos seus usuários situações urbanas que já não existem no plano material (MESQUITA, 2005, p. 14).

Enfim, traçadas ao sabor das necessidades, desejos e fantasias, as cidades são moldadas pelos acontecimentos políticos, sociais e culturais de determinado grupo e determinada época. Com a materialidade das obras construídas que indica os diferentes tempos do lugar, possibilitando a recuperação da memória de seus usuários e com o tratamento de seu aspecto visual que assume papel preponderante quanto ao seu funcionamento, a cidade afirma-se como artefato cultural, documento histórico, uma obra de arte (MESQUITA, 2005).

As cidades, portanto, possuem formas, ritmos diversos e dialéticos e conforme vão crescendo, as praças vão sendo incorporadas, passando a ser pontos específicos de lazer e de encontro. Enquanto espaço de vida subtraído da metrópole, a praça não se mostra somente pelo uso que dela se faz, mas sendo eleita como local de concentrações, tem como função, acolher multidões em suas necessidades e crenças (FERRARA, 2007; LIMA, 2008; PADOVANI, 2003).

Desse modo, a praça enquanto espaço público, desde sempre representa um referencial urbano marcado pela convivência humana, sendo importante recinto histórico e cultural urbano que expressa o surgimento e o desenvolvimento das cidades, particularmente no Brasil (GOMES, 2007).

1.6 Manaus e suas praças: um passeio pela história das praças antigas – Praça da Saudade, Praça da Matriz, Praça Heliodoro Balbi, dos Remédios e Largo de São Sebastião

Em meados do século XIX, a cidade de Manaus passa por significativas mudanças na sua paisagem urbana e isso acontece especialmente por conta da alta

arrecadação de impostos oriundos da exploração da borracha, que favoreceu a execução de uma série de obras, que tinham como objetivo embelezar a cidade, prepará-la para o novo tempo de prosperidade e desenvolvimento.

Assim, no plano de expansão e melhoramento da cidade traçado pelo então governador Eduardo Ribeiro, em 1892, os olhares se voltam para as praças, que além de arborizadas foram construídas com monumentos e fontes, talhadas em bronze, mármore e ferro fundido e dotadas de iluminação colorida, pontes metálicas e em pedra, entre outros artefatos que embelezam as praças antigas de Manaus.

Nesta parte do estudo busca-se fazer um resgate histórico de algumas praças da cidade, começando com a Praça 5 de Setembro, conhecida também como Praça da Saudade, situada no centro de Manaus, que foi inaugurada em 1865 e era conhecida como Largo da Saudade, na qual consta um monumento que retrata a Elevação do Amazonas à Categoria de Província, bem como também a estátua de bronze do primeiro Presidente da Província do Amazonas João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (CRUZ *et al.* 2010; FERNANDES, 2014).

1.6.1 A Praça da Saudade

A Praça tem aproximadamente 12,6 metros quadrados, limitando-se com as ruas Epaminondas, Ramos Ferreira, Ferreira Pena e Simão Bolívar e localiza-se em área central da cidade. No passado limitava-se com o Instituto de Educação do Amazonas (IEA) e o Cemitério São José, onde se encontra hoje a sede do Rio Negro Clube. Embora tenha passado à denominação de praça em 1897, somente ganhou forma no ano de 1932, na gestão de Emmanuel Morais, com a construção de jardins. Por essa época, o cemitério já havia sido fechado e os restos mortais dos que ali haviam sido enterrados foram transferidos para o cemitério São João Batista (CRUZ *et al.* 2010; PESSOA, 2016).

O nome de Largo ou Praça da Saudade foi dado por populares pelo fato da praça se localizar em frente ao cemitério de São José, que também emprestava nome ao bairro. Contudo, acredita-se que o nome tenha se originado em decorrência da presença de um espanhol de sobrenome Saudade ou de um negro

que viveu na área, por volta de 1837, de nome José Pedro Saudade, um escravo de forro por conta dos bens que possuía (PESSOA, 2016).

Ranciaro (2020), em sua dissertação que teve como objeto a Praça da Saudade, comenta que a praça, ao longo de sua existência, sofreu várias alterações em sua nomenclatura. Em 16 de abril de 1928, por exemplo, passou a ser chamada, oficialmente Praça Washington Luis, por meio da Lei Municipal 1.477, sendo assim denominada até o ano de 1930, quando passa a chamar-se Praça Getúlio Vargas, através do Decreto Municipal nº 2 de 31 de outubro. A mudança ocorre em decorrência da visita do Presidente Getúlio Vargas à Manaus neste mesmo ano.

No ano de 1931, por meio do Decreto Municipal nº 49, o prefeito Emmanuel de Moraes altera os nomes de vários logradouros, com a finalidade de prestar homenagem a pessoas ilustres e datas históricas ou manter as denominações já consagradas pela população. A praça, então voltar a ser oficialmente, a Praça da Saudade, seu nome popular (RANCIARO, 2020).

Em 1937, nova mudança ocorre na nomenclatura da praça, que passa a se chamar Praça 5 de Setembro. Ano seguinte passa por processo de remodelação em seu traçado original. Com a reforma, segundo Duarte (2009, p. 34) a praça adquire “aparência idêntica aos mais belos e modernos jardins das progressistas metrópoles do sul do país”.

Quanto ao nome oficial, 5 de Setembro, foi designado em homenagem a data da Elevação do Amazonas à categoria de Província e também a Tenreiro Aranha, que lutou pela emancipação do Grão-Pará. Contudo, este nome nunca se tornou popular e o logradouro permanece sendo conhecido pela população de Manaus como Praça da Saudade (PESSOA, 2016).

Segundo Ranciaro (2020, p. 99), a Praça da Saudade continuou com os aspectos do projeto original por três décadas, ou seja, de 1932 a 1962, quando a paisagem urbana da praça foi inclementemente alterada: o governo estadual de Gilberto Mestrinho autoriza a construção do Palácio da Cultura. Esse edifício de três andares, instalado de frente para o Rio Negro Clube, altera radicalmente o uso e sentido da praça. “O Governador Gilberto Mestrinho julgou de bom tom edificar uma obra de três andares sobre a praça, acabando com a paisagem urbana tão

arduamente conquistada durante os anos anteriores”, frisa o autor, comentando que o então governador agia com a ‘intenção modernizar’ a cidade que ainda mantinha os resquícios do declínio do período da borracha. “Romper com o passado e construir o novo era o propósito”, assinala, complementando:

A instalação do Palácio da Cultura foi o primeiro passo para uma nova grande reforma na morfologia da “Praça da Saudade”. No ano seguinte, durante a administração do então Prefeito Josué Cláudio de Souza, os jardins foram refeitos, assim como os passeios, e foi mandado colocar as estátuas de bronze, representando o homem primitivo, em local próximo à rua Simon Bolívar, e do lado oposto, o homem moderno, nos limites próximos à rua Ramos Ferreira. As pérgolas laterais foram removidas, bem como o design dos bancos de concreto, em uma base ondular, numa forma semelhante a uma cobra, fazendo referência ao Entrelaçado dos passeios, além de outras mudanças que foram levadas em consideração (RANCIARO, 2020, p. 100).

As reformas na praça continuaram alterando o seu cenário paisagístico, como a instalação, em 1977, de um avião DC-3, em tamanho original, posicionado nos limites da rua Ramos Ferreira. Tratava-se de um avião doado pela Varig-Cruzeiro à Prefeitura cuja instalação ocorreu no Natal daquele ano. Esse avião pousado na praça, segundo Ranciaro (2020, p. 107) permanece ainda hoje na memória das pessoas. “Foi fortemente marcado, pois, muitas pessoas ao adentrarem seu interior, conheceram de perto, pela primeira vez, um avião exibido ali, na Praça da Saudade”, comenta o autor, esclarecendo que o DC-3 foi, durante sete anos, a grande atração para as crianças, sendo depois desmontado.

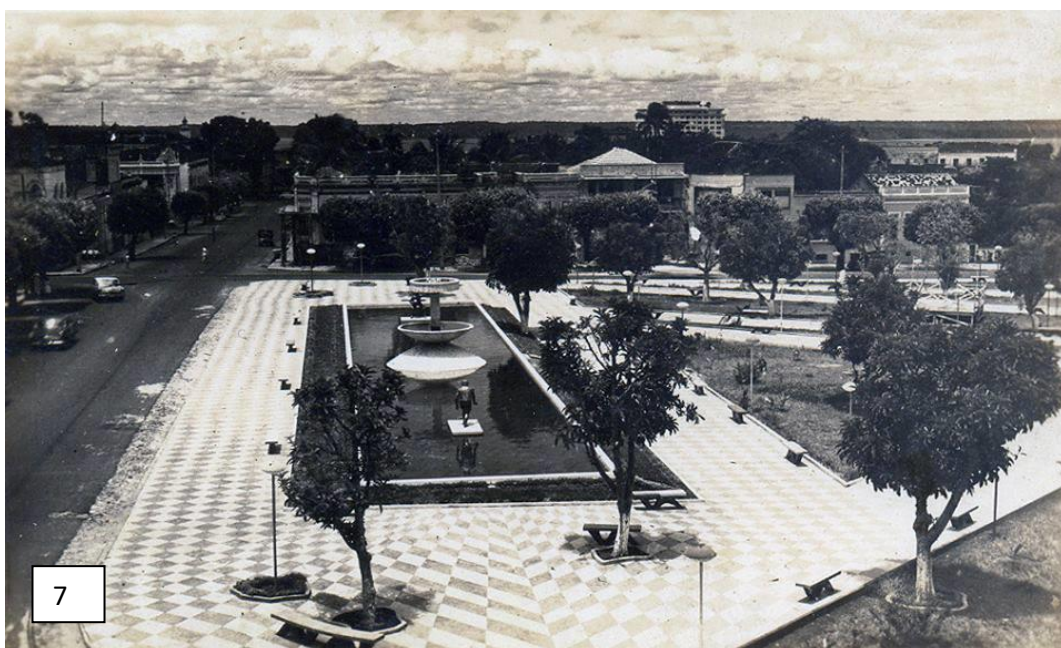
Ainda com base nos relatos de Ranciaro (2020, p. 114), em outubro de 2007, a praça passa por sua última e grande reforma, que teve início com a demolição do prédio de três andares – que na época era ocupado pela Secretaria de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc) – em atendimento a uma ação movida pelo senador Jefferson Péres⁵ junto ao Ministério Público, durante o governo de Serafim Corrêa. Nesse mesmo ano, em convênio com a Suframa, a Prefeitura inicia os trabalhos de revitalização. “A remoção do prédio da SEJUSC marca o início

⁵O senador Jefferson, faleceu em 2008, antes da conclusão das obras (RANCIARO, 2020).

de uma nova camada e expressava preocupação com a memória da cidade, fato que demarca o interesse em revitalizar o centro histórico”, sintetiza o autor.

A praça na atualidade, reformada e revitalizada é, como cita Cruz et al. (2010), um espaço público de lazer, de contemplação e harmonia, onde moradores da cidade e de outras localidades passeiam e apreciam sua beleza histórica e paisagística (vide figuras 7 e 8).

Figura 7: Praça da Saudade em 1968. **Figura 8:** Praça da Saudade na atualidade



Fonte: Lopes (2021); Manaus de Antigamente (2016).

Outra praça é a Praça XV de Novembro, conhecida como Praça da Matriz, que foi arquitetada no século XVIII, logo após a fundação da cidade. Segundo Gonçalves (2017), a relação dessa Praça com a história da cidade teve início em

1695, com a fundação da Capela Nossa Senhora da Conceição, hoje Igreja Matriz, construída pelos missionários carmelitas.

1.6.2 A Praça da Matriz

Conta a história que a capela, que foi construída de formas simples e arquitetura rústica e erguida para que todos os que chegassem à cidade, por meio de embarcações pudessem vê-la e identificar a proximidade com o lugarejo. Em 1855, foi demolida para dar início a construção da atual Catedral Metropolitana de Manaus cuja inauguração só veio a ocorrer no dia 15 de agosto de 1878, mais de vinte anos depois (GONÇALVES, 2017).

A praça localiza-se na Avenida Sete de Setembro e Eduardo Ribeiro, que são as principais vias de acesso no centro da cidade, havendo em seu entorno vários comércios, prédios públicos e importantes monumentos que lembram a história de Manaus, como o Relógio Municipal, inaugurado em 1927, na gestão de Araújo Lima, Todo o maquinário foi importado da Suíça e montado em base de pedra, pelos antigos ourives da cidade de Manaus. Há também o obelisco comemorativo ao centenário da elevação de Manaus a categoria de cidade (1948) e o Chafariz, a mais ornamentada fonte da Manaus Antiga, instalada em 1896 (GONÇALVES, 2017).

A Praça da Matriz, que consta nas plantas de Manaus desde 1845 pode ser considerada como um espaço intrínseco à cidade de Manaus, relacionando-se e retratando momentos da sua história. Segundo a autora, foi inicialmente conhecida como Praça da Alegria, depois Largo da Olaria, pelo fato da praça localizar-se próxima a uma antiga Olaria quando Manaus era ainda uma província e do igarapé da olaria, um dos braços do Igarapé do Espírito Santo, que é aterrado, surgindo daí uma nova área em frente à Igreja Matriz, que passou então a chamar-se Praça Imperatriz, em homenagem à esposa do imperador Dom Pedro II (SANTOS, 2015).

No final do século 19 e começo do século 20, a Praça apresenta nova imagem, graças aos recursos vultuosos advindos da comercialização do látex, inserindo-se nesta nova configuração a necessidade de lazer que passou a ser cada vez mais evidenciada. A praça, então passou a retratar forte contraste entre reproduções de elementos naturais, como fontes, lagos, riachos, grutas, jardins, e

industrializados como coretos, bebedouros, estufas, pontes e esculturas de ferro e bronze.

Nas argumentações de Santos (2015), a escalada do industrialismo em Manaus durante os anos de 1970, que provocou muitas transformações urbanas na cidade, também imprimiu alterações nas estruturas físicas da Praça da Matriz, inclusive a ponto de descaracterizá-la, como a demolição da maior parte do seu conjunto arquitetônico, autorizada pelo então prefeito Jorge Teixeira, visando a ampliação da rede viária, com abertura de novas ruas e avenidas, para melhor fluidez da frota de veículos que circulavam na cidade. Os pavilhões universais foram desmontados e transferidos para a Praça Almirante Tamandaré e posteriormente para a Praça Tenreiro Aranha. Já o pavilhão de Ajuricaba foi demolido.

Recordando de suas vivências na praça, um dos idosos declara:

Quando criança eu vinha com minha mãe e meu padrasto, a gente sempre passava na Praça da Matriz, tinha viveiro, tinha uns animais e umas plantas, tinha peixes, lembro bem do peixe boi e do pirucu, tinha aves também. Até a época que meus filhos eram criança ainda tinha isso na Praça da Matriz, (LV)

A Praça da Matriz de fato tinha como atrações um aquário, um horto e, abaixo das escadarias, um pequeno zoológico e era ponto de entretenimento para muitas famílias de Manaus, que a visitavam especialmente nos finais de semana. A praça ficou conhecida também pelo grande comércio da fotografia, porque muitos profissionais ambulantes se instalavam no local para fazer fotografia 3x4 usadas em documentos. Na década de 1990, outros tipos de comércios tomaram conta do lugar, como bares, restaurantes, camelôs, grande fluxo de carros, condições essas que acabaram atraindo a criminalidade e a prostituição (BENEVIDES, 2017).

Esta praça, que marca o nascimento de Manaus, passou por processo de revitalização e foi entregue em novembro de 2017. A Prefeitura Municipal de Manaus realizou amplo trabalho de recomposição da arborização, plantando ao todo em torno de 163 árvores, que passaram a fazer parte do conjunto arbóreo da praça. O espaço também recebeu novas pinturas, instalação de bancos com icnografias da Belle Époque, instalação de gradis, iluminação, jardinagens, calçadas com pedras

de São Tomé, bancas de comidas regionais. A obra de requalificação permitiu a retomada da visibilidade dos monumentos contidos na Praça e seu entorno, a valorização do local e a promoção de melhorias urbanas para a região central de Manaus como um todo. Enfim, a renovação desse importante logradouro público, possibilitou o estabelecimento de um circuito urbano histórico requalificado e integrado (IPHAN, 2017). As figuras 9 e 10, respectivamente, mostram imagem da Praça da Matriz em seu período mais antigo e na atualidade.

Figura 9: Praça da Matriz em 1890. **Figura10:** Praça da Matriz na atualidade



Fonte: Amazonas Atual, 2021; Rocha (2021)

Destaca-se também neste estudo a Praça Heliodoro (antiga Praça da Polícia), uma das mais conhecidas na cidade. Localizada no centro da capital amazonense, é considerada como local responsável direto pela oxigenação da vida cultural da cidade, no período compreendido entre 1950 e 1960. Segundo Aguiar (2002), esta Praça acolheu gerações, prestigiou festas, foi palco de eventos, de discussões sobre cultura, política, futebol, cinema, arte, sendo, portanto, local repleto de recordações dos anos 20,30, 40, 50 e 60.

1.6.3 A Praça Heliodoro Balbi (antiga Praça da Polícia)

O aparecimento da Praça Heliodoro Balbi data de 1872 e por essa época, era apenas uma área de 6.600 metros quadrados. No ano de 1874, o governador Eduardo Ribeiro interessou-se pelo embelezamento da praça que na época era chamada Praça da Constituição. Isso se fez necessário porque a Praça da República (D. Pedro II) não estava dando conta de atender a população que procurava frequentar o local para assistir a programação musical. Para resolver a situação, a Praça da Constituição entra no projeto das obras de embelezamento da cidade. O espaço, então é dividido em duas partes, cortada pela Rua Marcílio Dias, para permitir a passagem da linha de bonde. Nesta ocasião, foi também determinado o calçamento do local com paralelepípedos de granitos (SILVA, 2013).

A Praça Heliodoro Balbi passou por várias reformulações estruturais e uma delas foi em 1906, quando o prefeito Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa, decidiu transformar o local em parque. O projeto de reestruturação envolvia jardinagem em estilo francês, instalação de um coreto de ferro fundido (decorado com candelabros e cristais coloridos, em estilo *art nouveau*), construção de um lago artificial (cortado por uma ponte de cimento armado), instalação da fonte de ferro, de uma gruta com cascata, das esculturas dos deuses romanos, da ninfa e de uma luta entre um cão e um javali. Após essas mudanças, a praça, com suas linhas europeias em todo o seu traçado (especialmente francesa), passa a ser usada para apresentações de banda de músicas que tinham como finalidade promover momentos de lazer e entretenimento à população de Manaus (SILVA, 2013).

Nos anos de 1920 e 1923, ocorrem novas reformas, desta vez para fazer mudanças no seu traçado original, com a inclusão bancos de madeira, gaiolas de araras, macacos, cotias e jardins simétricos. As reestruturações prosseguem em 1938, quando a Praça Heliodoro Balbi é dividida em duas seções, com uma dando origem à Praça João Pessoa, entre as ruas Marcílio Dias e Guilherme Moreira, onde foi edificado um pequeno coreto com as colunas oriundas do Teatro Amazonas. No começo dos anos de 1950, surge o Café do Pina considerado na época o melhor da cidade. Pertencia a José Brito Pina, um português, que conquistava a freguesia por ser extrovertido e conversador (BELTRÃO e BELTRÃO, 1992), SILVA, 2013).

Em tempos mais atuais, a Praça Heliodoro Balbi, que passou por outros arranjos ao longo dos anos, no ano de 2008 foi restaurada e inaugurada em março de 2009, pois encontrava-se abandonada. Hoje, com nova estrutura e atrativos para visitação, mas conservando seus aspectos arquitetônicos originais, encontra-se aberta ao público e recebe muitos visitantes, conforme figura seguinte.

Figura 11: Praça Heliodoro Balbi



Fonte: Santin (2021)

No rol das praças Históricas de Manaus, destaca-se também a Praça dos Remédios ou Torquato Tapajós, em homenagem ao escritor e pesquisador amazonense. Trata-se de uma das praças mais antigas de Manaus e desde sua criação, em 1899, a Praça passou por modificações em seu traçado e mobiliário urbano originais (DUARTE, 2009).

1.6.4 A Praça dos Remédios

O local onde encontra-se a Praça dos Remédios foi o bairro mais antigo de Manaus, datado de 1925. Tratado como largo, o bairro ficava nos fundos da capela, servindo de cemitério. Nesse bairro, que em 1856 foi denominado como Largo dos Remédios, em referência à igreja, foi também construído o primeiro reservatório suspenso de água da cidade. No ano de 1899, quando feita a rampa que leva ao rio, o lugar foi inaugurado como Praça dos Remédios (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2014).

Em 1929, a Praça passou a ser denominada Praça Irineu Joffily, em homenagem a um bispo de Manaus. Contudo voltou depois ao nome Praça dos Remédios. No ano de 1933, o local perde as pedras de calcário de Lisboa que circundavam todo o passeio. Em 1945 é edificado o monumento do Sagrado Coração de Jesus, que é a estátua de Cristo que se localiza no meio da Praça. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2014).

A Praça dos Remédios sempre foi um espaço público simples, aberto para rio, no final do qual estão as conhecidas escadarias dos Remédios, que dá acesso à praia e rampa do mercado público, que se destinava também à atracação de embarcações que viajavam ao interior do estado. A tradição e ancoragem dos barcos permanece, ainda que de maneira precária e o local continua sendo centro de convivência das famílias libanesas que dominavam a região com importantes serviços de economia e à cultura de Manaus (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2014).

A Praça, que por muito tempo foi considerada como um belo espaço público de lazer, se encontrava bastante degradada, frequentada por moradores de rua e usuários de drogas. Por conta disso, passou por processo de revitalização em 2013.

Com um orçamento de R\$ 1.248,21, a Praça recebeu novo calçamento de calcário português branco, bancos de cimento brunido e nova iluminação, com a manutenção de seu aspecto histórico. O projeto teve como base na revitalização da Praça, os registros iconográficos datados de 1910 (ARRUDA, 2020; JORNAL A CRÍTICA, 2014).

Na Praça dos Remédios encontra-se a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, que conforme relatos de Arruda (2020) chegou inclusive a ser Matriz provisória de Manaus em 1850, quando um incêndio atingiu a Catedral Nossa Senhora da Conceição. Ainda segundo a mesma autora, a igreja localiza-se na rua Leovegildo Coelho, bairro Centro, Zona Sul de Manaus. Foi fundada em 1818, com o dinheiro de impostos atribuídos à população pelo Major Manoel Joaquim. Em 1821, quando estava parcialmente construída, a população revoltada com o governador provocou depredação no local, que só foi reaberto no ano seguinte.

A Igreja foi elevada à categoria de paróquia, em 1878. O projeto das obras iniciadas em 1901, que a deixaram com a estrutura que tem na atualidade, foi assinado pelo arquiteto italiano Filinθο Santoro. A obra teve a duração de três anos. Com a chegada dos sírio-libaneses começou a devoção à Nossa Senhora do Líbano, que também tem um altar na Igreja. Cada altar foi uma promessa ou um pedido e tem sua determinada estrutura e história. Uma das imagens mais antigas que tem na Igreja é a da Imaculada Conceição, que por conta do incêndio acabou ficando neste espaço religioso (ARRUDA, 2020).

As figuras na sequência destacam imagem da Praça, antiga e revitalizada, bem como também da igreja.

Figura 12: Largo dos Remédios, 1856. **Figura 13:** Praça dos Remédios antiga. **Figura 14.** Praça dos remédios na atualidade. **Figura 15:** Igreja de Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Duarte (2009)

A Praça dos Remédios situa-se na área frontal da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, entre as ruas Miranda Leão, dos Bares, Coronel Sérgio Pessoa e Leovegildo Coelho. A Igreja foi tombada como Monumento Histórico do Estado do Amazonas pelo Decreto nº 11.037 de 12 de abril de 1988.

Outra praça de grande relevância histórica e cultural para a cidade de Manaus é 'Largo de São Sebastião, que representa espaço revitalizado que resgata a memória viva da Manaus Antiga. Idealizado para o exercício do lazer e da arte, democratiza o acesso à cultura, gerando renda para a classe artística e movimentando o turismo e o comércio existente no entorno. Conforme Martiniano e Filippini (2007), o Largo de São Sebastião é significativo ícone para o panorama histórico e cultural de Manaus, que se encontra associado diretamente com o ciclo econômico da borracha.

1.6.5 O Largo de São Sebastião

Nos relatos de Castro (2006, p. 13), o Largo de São Sebastião era no passado uma antiga rocinha, pertencente ao Tenente-coronel Antonio Lopes de Oliveira Braga, localizada entre as ruas do Progresso, da Feliz Lembrança e Gonçalves Dias. Neste local, em 1867 inaugura-se um singelo obelisco em homenagem à abertura dos portos de Manaus às nações amigas. “A praça [...] precedeu ao bairro, pois, somente em 1877, São Sebastião tornou-se o quinto bairro de Manaus, tendo o Largo como seu centro”, comenta a autora.

O obelisco em homenagem à abertura dos Portos do Amazonas ao Comércio Mundial é um importante monumento do Largo de São Sebastião. No enfoque historista de Martiniano e Filippini (2007, p. 5), no dia 7 de setembro o terreno foi preparado a mando do médico David Vasconcelos de Canavarro, Diretor das Obras Públicas na época, para receber uma coluna de pedra de seis metros de altura e com quatro faces lisas, em homenagem ao ato de abertura do rio Amazonas ao comércio mundial. “Por volta de 1898, tornou-se necessário construir outro monumento em vista da necessidade de embelezamento da Praça de São Sebastião, já que a coluna apresentava processo de deterioração”, relatam os autores, esclarecendo que o autor desse monumento foi o artista italiano Domenico de Angelis, que não chegou a ver o monumento, como um todo, instalado no Largo de São Sebastião, porque faleceu em março de 1900, antes da sua inauguração.

De acordo com informações de Santos (2014a), o Monumento foi construído em mármore e localiza-se no meio da Praça e ao redor existe um chafariz. A obra possui muitos detalhes que podem ser percebidos quando se olha mais atentamente para ela, como por exemplo, a escultura de uma mulher representando a Amazônia, e as quatro caravelas que ficam no topo, apontando para direções diferentes, cada uma representando um continente (América, Europa, Ásia e África)

A pavimentação em torno do Monumento de Abertura dos Portos do Amazonas ao Comércio Mundial, foi realizado por Antônio Augusto Duarte, que fez o calçamento da praça com paralelepípedos de granito de origem portuguesa, nas cores pretas e brancas, representando uma alusão ao encontro das águas negras do rio Negro com as águas barrentas do rio Solimões. A Praça, em forma de círculo,

é cercada de árvores nas laterais e o seu chão inspirou o calçadão da praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, que possui o mesmo desenho ondulado reproduzindo os banzeiros dos rios (MARTINIANO e FILIPPINI, 2007; SANTOS, 2014a).

Além do Monumento de Abertura dos Portos do Amazonas ao Comércio Mundial, no Largo de São Sebastião, destaca-se o Teatro Amazonas, fundamental para sua história e a Igreja de São Sebastião cuja referência mais antiga data de novembro de 1868, conforme relatórios da província, embora a sua construção seja datada de 1888, sob a direção de Gesualdo Machetti. No decorrer de todo o período de edificação da igreja, ocorreram inúmeras paralisações nas obras e modificações no projeto arquitetônico (MARTINIANO e FILIPPINI, 2007).

O Largo de São Sebastião, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1966, (o primeiro monumento tombado em Manaus pelo Patrimônio Histórico), foi reformado em 1929, 1962 (ou 1964), 1974, 1985, 1990 e 2001 quando recebeu uma restauração nas argamassas das fachadas e pintura. Desde a sua inauguração, o Largo de São Sebastião tem sido palco de todo tipo de espetáculo como óperas, operetas, musicais, peças de teatro, shows de cantores líricos e populares, festivais, grupos de dança, bandas de música, corais, orquestras entre outros (IBGE, 2021).

Na atualidade, o Largo de São Sebastião, que vai além de seu perímetro, teve sua área revitalizada, havendo no espaço pequenos bares, lanchonetes, pizzarias e lojas de artesanatos, além do famoso bar do Armando⁶, clássico espaço boêmio, frequentado por pessoas de todas as classes sociais (SANTOS, 2014a).

O Largo de São Sebastião, portanto, é importante espaço público para a cidade, pois trata-se de um símbolo da Belle Époque, um logradouro que tem registrado em seus monumentos e objetos os mais relevantes acontecimentos da

⁶O bar do Armando, visto como ícone da boemia manauara e em funcionamento há mais de seis décadas, segue sua trajetória, mesmo após a morte do seu fundador, o português Armando Dias Soares em 2012. Ao longo de sua história, recebeu ilustres visitantes, como o poeta Vinícius de Moraes. O bar foi tombado como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Amazonas, em 2015 (MAZZOLA *et al.* 2017).

história de Manaus, merecendo ser exaustivamente estudado e preservado (vide Figura 16).

Figura 16: Largo de São Sebastião



Fonte: Santos (2014a)

Em suma, as praças são espaços dotados de símbolos, imbuídos de significados, espaço de reunião, marcos centrais da constituição de trajetos, pontos de chegada e partida, tal qual as praças presentes no Centro Histórico de Manaus, que são provas vivas de sua história, memória cristalizada de tempos antigos, como é o caso também da Praça 14 de Janeiro cuja história é detalhada no capítulo 2 da presente dissertação, que antes traz uma abordagem a respeito das praças, contextualizando-as.

1.7 As praças – Lugares de encontro

As praças são vistas como a síntese da cultura urbana de determinada comunidade. Além de constituir-se em um legado importante de ensinamentos, as praças exercem a insubstituível função de congregadora do encontro e da

convivência. A praça, portanto, é lugar público intencional de permanência, de comércio e de circulação, funcionando também como espaço para importantes acontecimentos festivos, comemorações e manifestações, tendo sentido fundamental na vida da cidade e dos cidadãos (GOMES, 2007; PEREIRA, 2008).

Nas proposições de Caldeira (2007, p. 4), as praças, que representam espaços de sociabilidade propício ao encontro e ao convívio, na cultura ocidental têm papel essencial, com toda cidade possuindo uma praça que se destaca como símbolo urbano, espaço de eventos históricos, espaço agregador, local de confluência. “As praças são espaços permanentes no desenvolvimento das cidades. Sua função e morfologia, porém, estão atreladas aos processos de formação política, social e econômica próprios da gênese urbana”, comenta a autora afirmando ainda que as praças marcam a estrutura das cidades, diferenciando-se de outros espaços por serem espaços vazios na malha urbana.

Nos comentários de Angelis e Angelis Neto (2000, p. 1457), a praça, ao longo da História, fora sempre o espaço público por excelência para o contato humano e na modernidade passou a ser pedaço perdido na colcha de retalho das cidades, deixando de ser espaço das armas, dos touros, para ser a praça da alimentação em shopping-center, com sua iluminação e plantas artificiais.

Na Idade Média, como lembra ferrará (2007), a praça era vista como o marco zero da cidade, retrato de sua vida íntima, centro de operações e decisões – Vivê-la, significava participar da vida urbana. Com as transformações e com o desenvolvimento dos espaços urbanos nas cidades industriais, explica a autora, a praça começa a mostrar certo descompasso em relação às metrópoles, embora permanecesse conservando os mitos e os pontos fundamentais que tornam transparentes a vida dos grandes centros.

Apontando aspectos históricos da questão Segawa (1996), relata que a praça, nos fins da Idade Média e no Renascimento, era ponto de confluência de praticamente tudo que não era oficial, de certa maneira usufruindo do direito de extraterritorialidade no mundo da ordem e da ideologia oficial e sobre ela tinha o povo a última palavra.

Assim sendo,

a praça pública no fim da Idade Média e no Renascimento formava um mundo único e coeso onde todas as 'tomadas de palavra' (desde as interpelações em altos brados até os espetáculos organizados) possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnadas do mesmo ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade [...] A vida na praça era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática, e os gêneros artísticos e burgueses da praça pública eram tão freqüente e estreitamente misturados, que era até difícil traçar um limite preciso entre eles (SEGAWA, 1996, p. 34).

Verifica-se, então, que mesmo sendo a Idade Média, período marcado pelo controle social rígido, estabelecido e administrado pela Igreja, a praça despontava como lugar da liberdade e nela estava garantida a presença da coletividade sem distinção social. Ou seja, a praça foi antes do surgimento da cidade industrial, um lugar de liberdade e criatividade, dotada de multiplicidade de formas complexas concebidas para promover reuniões da coletividade da época (SEGAWA, 1996).

As praças, portanto, têm importância e funcionalidade. Conforme ponderações de Lima (2008), no decorrer dos tempos e com a evolução das cidades, o papel das praças foram se alterando de forma significativa. Contudo o caráter social que sempre marcou este espaço, se manteve. Em outros termos, a praça conservou sua mais peculiar característica: ser um espaço onde as pessoas podem circular livremente, sem restrições e local de encontro, de lazer e de discussões.

Discorrendo sobre a diferenciação quanto ao uso da praça, Pinto (2003) destaca:

- A praça do mercado – A praça aberta onde as pessoas se reuniam para troca, venda, compra de mercadorias e oferta de serviços diversos e que com o tempo foram substituídas pelos mercados cobertos;

- A praça cívica – Aquela cujo entorno é marcado por importantes prédios públicos, que a transforma em palco para exposições públicas de poder. A partir do século XIX, a praça cívica dispensa suas energias em diversas outras praças.

- A praça das armas – Esta praça servia como demonstração de poder e repressão contra a população. Normalmente esses logradouros são de grandes dimensões e marcados por símbolo de poder, localizado em seus centros geométricos. Desse modo, estas praças, ao mesmo tempo em que eram usadas para a população expressar-se, o poder a usava para reprimir essas expressões, podendo-se citar como exemplo as denominadas de pelourinho, símbolos de poder, de repressão e que serviam de local para se fazer justiça e as praças abertas que proporcionavam enormes concentrações da população, como no tempo do fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha ou o comunismo na Rússia.

- A praça dos jogos – Trata-se da praça que surge a partir dos novos hábitos adquiridos pela população, a única, a depender dos jogos ali realizados, carece de uma arquitetura especializada, sendo exemplo desse espaço os anfiteatros romanos, a na Renascença a Piazza Del Campo em Siena. Na atualidade essas praças foram adaptadas com equipamentos de ginásticas, pistas de cooper e ciclovias para as novas atividades da vida moderna.

- Praça de tráfego – Trata-se, essencialmente, de uma praça isolada no meio de um cruzamento de ruas movimentadas e surgem com a função única de ordenação de circulação dos veículos, em um determinado local. São geralmente usadas como via para que a população atravessasse com tranquilidade e segurança as grandes avenidas abertas no tecido urbano da cidade.

E assim são as praças cuja especificidade é reconhecida como um conjunto de atributos organizados em determinada disposição cenográfica desses logradouros, enquanto lugares de diversidade de eventos como realização de atividades, encontros de grupos, locais de conversação e de contemplação do movimento ao redor, que representam referências que afirmam sua centralidade e caracterizam sua vocação como espaço urbano referencial, ponto essencial de convergência (ECKER, 2016).

Nas ponderações de Pajeú e Sobral (2019, p. 242), há que se celebrar a função secular das praças, o seu simbolismo e sua importância na configuração e dinamicidade das cidades, uma vez que esse logradouro potencializa a identidade urbana, tornando-a parte fundamental do progresso, inseparável da inclusão social.

“São organismos vivos que necessitam estar em congruência com o desenvolvimento das cidades, evitando que se deteriorem por conta do passar dos anos ou, simplesmente, pela falta de sensibilidade, atenção e manutenção”, asseveram os autores, e complementam afirmando que a praça, enquanto espaço aberto e livre, gera condições para que nela as realizações e reações sociais se concretizem, pois é isso que dá sentido à vida urbana, que protege historicamente em sua essência, a ideia de convivência.

No que se refere às praças brasileiras, embora a maioria delas, em sua origem, não possua o glamour e o requinte das praças medievais e renascentistas europeia, elas têm, ao longo da história desempenhado relevante papel na sociedade. Ora civicamente, ora militarmente, esses logradouros sempre se destacaram nas cidades pelas funções que exerciam e durante muito tempo foram vistos como símbolo do poderio estatal e religioso (GOMES, 2007; LIMA, 2008).

Nas premissas de Pajeú e Sobral (2019), no Brasil as praças são consideradas como espaços urbanos mais importantes nas primeiras cidades coloniais, encontrando-se nelas todos os edifícios administrativos e cívicos, a casa da redenção, a câmara, a cadeia, o pelourinho e, em muitos casos comportavam o poder municipal, o palácio do governador e a igreja

Nas observações de Caldeira (2007, p. 57), as praças no Brasil se estabeleceram de duas formas distintas: nas aldeias e assentamentos indígenas e nas vilas e cidades implantadas no âmbito urbano. “Essas duas formas vão entrelaçar-se após a descoberta pelos portugueses, no início do processo de colonização”, esclarece a autora, elucidando que a existência da praça na ordenação espacial indígena, mostra a necessidade que esses habitantes tinham de hierarquizar seus espaços de convivência, tendo-os como locais de uso coletivo para a celebração de cerimônias e rituais e que no espaço urbano, as praças representavam locais de articulação urbanística e arquitetônica, reunindo as principais estruturas institucionais da cidade.

Neste viés,

característica fundamental na estruturação dessas praças é a formulação de vários modelos para abrigar funções e atividades diferentes. A configuração desses conjuntos urbanos consolidou um padrão urbanístico que se implantou na maioria das cidades brasileiras: espaços distintos de caráter cívico, religioso e comercial (CALDEIRA, 2007, p. 76).

Ainda na análise da mesma autora, a formação das praças no Brasil encontra-se diretamente relacionada aos princípios urbanísticos da tradição portuguesa. No que se refere à composição desses espaços no país, Caldeira (2007) revela que dois princípios podem ser destacados como fatores determinantes na sua estrutura: a praça formal, gerada a partir dos traçados racionais das cidades projetadas e a praça de formato orgânico, oriunda da formação espontânea do espaço urbano e que surge especialmente na primeira fase de formação das cidades, estruturando-se ao longo de cruzamentos e caminhos provenientes dos principais acessos ao núcleo urbano.

Prosseguindo em suas alegações, Caldeira (2007) lembra que nas vilas e nas cidades que iam se formando no decorrer do século XVII, as praças brasileiras pouco a pouco assumiam forma mais racional e geométrica. A partir do século XIX, informa a autora, com as intervenções ou projetos de embelezamento que incidiram sobre o espaço urbano, alicerçam cada vez mais o modelo de praça formal e regular, que passou a apresentar nova composição em decorrência da introdução do verde na paisagem. “Esse novo modelo de praça ajardinada priorizava funções como o lazer e a contemplação”, salienta Caldeira (2007, p. 91).

Na contemporaneidade, os projetos das praças são típicos dos anos de 1990, sendo estes espaços apresentados em uma conjuntura urbana que aceita muitas formas de expressão. Assim, a praça na contemporaneidade é marcada pelo uso contemplativo, pela vivência e pelo lazer e se as atividades comerciais quando delas fazem parte, representam reflexos da herança deixada pelas praças coloniais (LIMA, 2008).

Corroborando com esta assertiva Sousa (2010) cita que na modernidade, as praças se inserem na categoria de lazer, abrindo mão do comércio e dos mercados

que existiam nas praças clássicas, medievais e renascentistas, demonstrando uma reorganização significativa desses espaços.

A praça moderna inclui em seu programa espaços mais dedicados ao lazer e ao divertimento, para isso são inseridos quadras poliesportivas, playgrounds, pistas de caminhada, espaços para o lazer cultural, além da inserção da paisagem natural em seu espaço, por isso como no renascimento, recebe a atenção de grandes arquitetos e paisagistas (SOUSA, 2010, p. 6).

Essa nova feição das praças na atualidade, parece ser uma indicação da vida movimentada das grandes cidades que são hoje demarcadas por espaços extremamente dinâmicos, movimentados e arquitetados para receber o enorme fluxo de veículos. “A cidade modernista torna-se um espaço demasiado impessoal, sendo as praças o grande local do encontro das pessoas das diferentes áreas [...] do divertimento”, assinala Sousa (2010, p. 7), complementando que as praças modernas se tornaram um dos poucos, senão o único lugar, a proporcionar a diversidade e troca de cultura no espaço urbano.

Além de representarem hoje os quase únicos espaços públicos disponíveis ao lazer, ao divertimento e à expressão cultural nas grandes cidades, as praças na atualidade, segundo ainda o mesmo autor, encontram-se vinculadas aos edifícios.

Com a verticalização dos edifícios e a desocupação do solo através dos pilotis modernistas (um dos quatro pontos da arquitetura moderna segundo Le Corbusier), que elevavam a construção, tal espaço ganha um tratamento paisagístico e é usado como o espaço do encontro dos usuários do edifício, ou das pessoas que por ele passam, é ali naquele espaço sombreado, que as pessoas param, conversam, descansam de uma longa caminhada, denominando-se um espaço mesmo que subjetivo propiciador de relações culturais (SOUSA, 2010, p. 7).

Desse modo, as praças também são hoje espaços privilegiados aos condôminos, particularmente nas grandes cidades, oferecendo além de possibilidade de divertimento, segurança e qualidade de vida para todos os moradores, incluindo os idosos que passam a contar com um lugar seguro, ao ar livre para passear e se exercitar. Como observa Sousa (2010, p. 7) as praças pós-

modernas absorveram o programa e a tipologia modernista de utilização de tais espaços envolvendo o lazer, o divertimento, as quadras poliesportivas, as pistas de caminhada e os equipamentos. “A principal mudança é a volta do comércio e do mercado que se integram novamente ao espaço da praça, outra mudança devido ao estilo de vida [...] intensa capitalista”, comenta o autor, referindo-se aos pequenos comerciantes que se instalam na ou ao redor das praças, os equipamentos e os pontos de ônibus que geram um fluxo intenso de pessoas.

Essa é também a realidade da Praça 14 de Janeiro, que passou por diversas transformações no decorrer dos anos e na atualidade além de congregar comércio em seu entorno como o Lanche Kantão, possui quadra de esporte, parada de ônibus com grande fluxo de pessoas e serve de espaço para eventos culturais. Assim, pode-se dizer que este logradouro público se caracteriza como uma praça moderna, articulada com o dinamismo urbano e territorial do local onde se insere, que também acabou incorporando outros valores e significado de urbanidade dos tempos atuais.

A praça também configura espaço de memória, que segundo Frota (2010, p. 444), “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, compondo-se de pontos de referência que são ao mesmo tempo: materiais (onde a memória social se ancora e pode ser apreendida), funcionais (uma vez que possuem a função de sustentar as lembranças coletivas e permitir sua transmissão e simbólicos, que caracterizam acontecimentos ou experiências vividas por diferentes pessoas, fazendo parte de sua memória.

Nas recordações de um dos idosos declara:

Era comum, quase que trimestralmente, os circos que vinham para Manaus se estabelecerem na Praça 14 de Janeiro. Eu gostava de assistir os espetáculos, era muito bom. Eu também jogava bolinha de gude, soltava papagaio, jogava pião, jogava futebol com meus irmãos, meus colegas das escolas e meus amigos de rua (CS).

Conforme Aguiar (2002, p. 28), dentro de cada pessoa há uma cidade, um lugar, um espaço, carregada na própria história. A descrição de uma existência, explica, começa com o andar pela memória que foi armazenada, registrada e gravada e com a qual se estabeleceu uma relação de afinidade. “Recorremos à memória que guarda e resgata os momentos vividos, como que num processo de

afinidades eletivas dos fatos [...] momentos tidos como mais significativos”, comenta o autor.

Neste sentido, levando-se em conta que os lugares de memória são gerados dos sentimentos daqueles que os vivenciaram, a memória para os idosos, ainda que vá diminuindo com o passar dos anos, desempenha papel importante para que eles se sintam revivendo por meio das passagens e das imagens que as recordações lhes trazem. Este assunto será detalhado no terceiro capítulo do estudo, dedicado às análises das informações colhidas junto a um grupo de sete idosos, moradores antigos do bairro Praça 14 de Janeiro, com o qual mantém laços afetivos em razão da vivência com esse espaço, que participaram da pesquisa, oferecendo, por meio de suas memórias, informações sobre a história, a cultura, vida social e ludicidade envolvendo a Praça 14 de Janeiro.

CAPÍTULO 2 – A DESCONSTRUÇÃO DO BAIRRO PRAÇA 14 DE JANEIRO

Esta parte do estudo é dedicada aos procedimentos metodológicos, referindo-se à trajetória que a pesquisadora percorreu para alcançar os objetivos propostos. Assim os dados iniciais mostram que se trata de um estudo exploratório-descritivo, envolvendo uma pesquisa bibliográfica e de campo, de abordagem qualitativa, que é aquela que segundo González Rey (2005) assinala que a função do conhecimento é possibilitar que uma pessoa se situe no mundo, realizando seus projetos sem preocupar-se com o alcance da verdade absoluta. Na abordagem qualitativa, explica o autor, o conhecimento é validado por seu valor de uso e por sua relevância para o ser humano.

A pesquisa qualitativa possui o objeto como fonte direta de dados, tendo o pesquisador papel fundamental como mediador da pesquisa. A preocupação maior da pesquisa qualitativa é a análise do mundo empírico em seu ambiente natural, valorizando-se nessa abordagem o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação estudada. Desse modo, no decorrer do trabalho de campo, os dados foram levantados por meio de instrumentos que registraram os preciosos momentos vivenciados pela pesquisadora e os idosos com os quais dialogou.

Objetivando ampla compreensão do fenômeno estudado, a pesquisa qualitativa considera que todos os dados da realidade são importantes e precisam ser examinados. Todavia, deve-se levar em conta que o ambiente e as pessoas nele inseridas precisam ser consideradas de forma holística e não devem ser reduzidas a variáveis, mas vistas como um todo. Logo, os pesquisadores que fazem uso da pesquisa qualitativa devem se preocupar com processo e não simplesmente com os resultados ou produto do estudo (SOTRATTI e MARAFON, 2013).

Sintetizando, a abordagem qualitativa deu à esta pesquisadora a possibilidade de ampliar o entendimento do fenômeno que tem como objeto de estudo a Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus, permitindo sua interpretação a partir da perspectiva dos sujeitos que participaram da pesquisa, que mergulhando em suas memórias deram subsídios para o estudo fosse realizado, pois todo o material obtido é constituído pela transcrição dos diálogos realizados.

A esse respeito, Pessôa (2018) assevera que a abordagem qualitativa permite compreender a relação tempo/espço, porque a realidade subjetiva é múltipla e construída de modo diferente por cada indivíduo. Desse modo, a interação do pesquisador com o sujeito pesquisado é fundamental para dar-lhe voz e construir a teia de significados, pois os valores pessoais do pesquisador, sua visão de mundo, fazem parte do processo investigativo. Lembra ainda a autora que os pesquisadores que fazem uso do método qualitativo buscam explicar o porquê das coisas sem quantificar os valores e as trocas simbólicas e sem se submeter a provas de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitado e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Fez-se uso também da técnica observação, uma das práticas mais apregoada em pesquisa qualitativa. A observação participante refere-se a um método com raízes na pesquisa etnográfica tradicional⁷. Essa abordagem permite ao pesquisador fazer uso do contexto sociocultural do ambiente observado, para esclarecer os padrões analisados de atividades humanas. Explicando de outro modo, refere-se à inserção do pesquisador no interior do grupo com os quais trabalha, tornando-se parte dele. O objetivo dessa abordagem é produzir uma ‘descrição densa’ da interação social em ambiente natural. Outra finalidade importante dessa técnica é obter compreensão maior de determinado tema ou situação particular, por meio dos significados atribuídos ao fenômeno pelos sujeitos que o vivem ou experimentam (MARIETTO, 2018).

A técnica observação participante, portanto, é aquela em que há a coparticipação consciente e sistemática, tanto quando as circunstâncias possibilitem, nas atividades comuns de um grupo de pessoas e, se necessário, nos seus interesses, sentimentos e emoções. A finalidade deste método é obter dados sobre o comportamento por meio de contatos diretos, em situações específicas, nas quais

⁷A etnografia é descrita como processo direcionado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Os instrumentos de coleta e análise utilizados nesta abordagem de pesquisa, muitas vezes, têm que ser formulados ou recriados para atender à realidade do trabalho de campo. Assim, na maioria das vezes, o processo de pesquisa etnográfica será determinado explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador (MATTOS, 2011).

a distorção resultante do fato de ser o investigador agente estranho é reduzida ao mínimo (KLUCKHOHN, 2018).

Nas premissas de Mónico *et al.* (2017), a observação participante é uma metodologia bastante apropriada para o pesquisador apreender e compreender o contexto no qual se move, proporcionando uma aproximação com o cotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da sua dimensão histórica e sociocultural.

No caso deste estudo, procurou-se obter as informações por meio de interações com os idosos, com os quais se buscou dialogar e assinalar suas interpretações a respeito das questões levantadas envolvendo a Praça 14 de Janeiro, com suas linguagens próprias. Os idosos foram escolhidos por serem moradores antigos da localidade, com idade entre 65 a 100 anos. Muitos desses idosos nasceram e cresceram no bairro, outros chegaram neste local ainda crianças ou muito jovens. Mas todos tiveram a oportunidade de vivenciar acontecimentos importantes que ficaram na história do bairro.

2.1 A trajetória da pesquisa

A pesquisa desenvolveu-se em momentos diferenciados, com a primeira fase dedicada à coleta do material bibliográfico, que aconteceu nos meses de março de 2019 a fevereiro de 2021. Nesse período ocorreu o levantamento e a organização do material (livros e artigos da internet), que deram sustentação teórica ao trabalho.

Na fase seguinte, especificamente no mês de junho de 2021 ocorreram os primeiros contatos com os participantes. Primeiramente via telefone (celular), com o propósito de convidá-los e informá-los sobre os objetivos da investigação e de como as informações seriam manipuladas, bem como também para oficializar a participação dos mesmos na pesquisa.

Na terceira fase da pesquisa inicia-se a pesquisa de campo, no período compreendido entre 10 a 20 de agosto de 2021. Nesta ocasião dar-se início ao trabalho de coleta de dados junto aos participantes da pesquisa, momento em que se reiterou as informações a respeito das intenções do estudo, esclarecendo aos participantes sobre a necessidade de assinar o Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido. Depois de terem assinado o Termo e já devidamente informados a respeito de todos os cuidados éticos e manutenção do sigilo e da confiabilidade das informações, os idosos concordaram em participar da pesquisa que foi posta em andamento por meio de um roteiro semiestruturado contendo as questões alusivas à problemática levantada.

A execução das conversas com o grupo de sete idosos ocorreu em duas fases. Primeiramente levantou-se dados com um grupo formado por cinco idosos, no período compreendido entre 10 a 16 de agosto de 2021. Nos dias, 17 e 19 de agosto ocorreram as conversas com o grupo composto de dois idosos. Todos os contatos aconteceram na própria residência dos participantes, em horário por eles estipulado e com encontros previamente agendados. O material coletado foi gravado em áudio e posteriormente transcrito e avaliado em consonância com os objetivos propostos e o tema da investigação. Em seguida realizou-se a leitura dos depoimentos, com a finalidade de assimilar seu conteúdo, assinalando as respostas mais representativas das questões abordadas para, na sequência apresentar as interpretações, por meio de uma leitura crítica qualitativa dos conteúdos.

Por conta da pandemia provocada pelo coronavírus, durante o diálogo com os idosos procurou-se seguir todos os protocolos de segurança impostos pela Organização Mundial de Saúde, fazendo uso de máscara, uso de álcool gel e mantendo distanciamento seguro.

2.2 Instrumento de coleta de dados

Na coleta dos dados fez-se uso de conversas semiestruturadas que é aquela que trata sobre o tema da pesquisa, a partir do qual o pesquisador elabora um roteiro com um conjunto de perguntas principais que podem ser modificadas e complementadas por outras questões relativas ao diálogo no decorrer da conversa. Desse modo, esse tipo de diálogo possibilita que possam emergir informações de forma mais natural, respostas mais pessoais e não condicionadas a alternativas padronizadas (ROSANA e GESSINGER, 2018).

2.3 Área de estudo

Neste tópico traça-se um panorama sobre o bairro Praça 14 de Janeiro, a partir de breve relato dos aspectos históricos que marcam a sua origem, trazendo informações sobre as práticas culturais e religiosas da comunidade e de seus entornos geográficos onde se destacam o Santuário de Fátima e a Praça, que têm grande representatividade para a comunidade.

2.3.1 O bairro, sua história e tradições

O bairro Praça 14 de Janeiro, localizado na zona Sul de Manaus é um dos mais antigos da cidade, surgiu no final do século XIX. Sua história se encontra intimamente ligada à Revolução de 14 de Janeiro de 1892, quando um grupo de revolucionário liderado por Almino Álvares Affonso, Leonardo Malcher e Lima Bacuri tentou tirar do poder o então governador Thaumaturgo de Azevêdo. Nos relatos de Frota (2018), em meio ao tumulto, um soldado chamado João Fernandes Pimenta, que se encontrava em serviço na entrada do Palácio do Governo e que compunha o Esquadrão de Cavalaria que pertencia ao cômputo do Batalhão de Polícia de Segurança do Estado, foi atingido por uma bala e morre. Em 27 de fevereiro de 1892, o movimento teve seu fim, quando por conta de forte pressão popular, o governador Thaumaturgo de Azevedo renuncia ao cargo, assumindo no seu lugar o maranhense Eduardo Gonçalves Ribeiro, que já havia atuado como interventor federal no Estado.

Eduardo Ribeiro, realizou importantes melhorias no bairro, abrindo os caminhos que até então não existiam. Desse modo, no decorrer dos anos já era possível ver trajetos das ruas ainda de barro e piçarra, pois o asfaltamento só viria em meados do século vinte, juntamente com algumas melhorias estruturais que aos poucos foram surgindo como a delegacia, que era localizada na esquina da avenida Tarumã com Jonathas Pedrosa; o Mercado Municipal, localizado na esquina da Emílio Moreira com Nhamundá, os colégios Luízinha Nascimento, na Tarumã com Emílio Moreira e Plácido Serrano, ao lado do Mercado (SANTOS, 2014b)

Na época em que se formou o bairro, Manaus passou a receber um contingente de trabalhadores vindos do estado do Maranhão, em sua maioria escravos que chegavam à cidade para atuar nas grandes obras de melhoramento

urbano que se encontrava, em andamento. Essas pessoas passaram a residir na região da Praça 14 de Janeiro, imprimindo no local sua identidade, que se mantém até os dias de hoje por meio de manifestações artísticas e religiosas afro-brasileiras (JORNAL DO COMERCIO, 2020).

Na década de 1940, a colônia dos portugueses residentes em Manaus solicita à Câmara Municipal a troca do nome para Praça Portugal. A solicitação foi aprovada pelos políticos, mas não aceita pelos moradores do bairro, que optaram por continuar com o mesmo nome. No dia 13 de maio de 1939, durante a celebração da primeira missa campal (naquela época os moradores do bairro se deslocavam até a paróquia de São Sebastião para assistirem missa), realizada pelo bispo diocesano Dom Basílio Pereira, levanta-se a possibilidade de construção de uma capela (PESSOA, 2021).

A ideia foi acatada pelo pároco Frei José de Leonissa, da Ordem dos Capuchinhos, que sugeriu a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora de Fátima, que atendesse aos fiéis do bairro. Simpático à causa, um rico comerciante da localidade, conhecido como Antônio Caixeiro, doou um terreno para a construção da Igreja que, por conta dos poucos recursos, foi construída em madeira e atendeu os moradores até meados de 1960 (PESSOA, 2017).

A intenção, contudo, do Frei José de Leonissa era construir um Santuário, que abrigasse maior número de pessoas. Para que o projeto fosse posto em prática, a Prefeitura Municipal cedeu novo terreno. Então, em 1942, inicia-se a construção da atual igreja, com a ajuda da Colônia Portuguesa residente em Manaus. Por conta de problemas operacionais a conclusão da igreja só acontece em 13 de outubro de 1975. No dia 13 de maio de 1982, o arcebispo metropolitano Dom Milton Corrêa Pereira eleva a igreja à categoria de Santuário de Nossa Senhora de Fátima (PESSOA, 2017).

A figura 17 destaca a imagem da construção e do Santuário de Nossa Senhora de Fátima.

Figura 17: Igreja Nossa Senhora de Fátima em construção, 1940



Fonte: Nunes (2018)

A figura 17, mostra o santuário ainda em construção, no ano de 1940, quando o bairro conquistava gradual desenvolvimento. Detalhe importante da construção do santuário são os vários vitrais localizados próximo a sua cúpula, que foram fabricados na Itália e o fato do santuário ter sido erguido no ponto mais alto da praça, com uma arquitetura que se assemelha a uma enorme cúpula, que já passou por diversas pinturas e é um símbolo, importante monumento para o bairro, conforme mostra a figura na página seguinte.

Figura 18: Santuário de Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Manaus



Fonte: Portal no Amazonas é Assim (2014).

Na figura 18, observa-se o Santuário de Fátima na atualidade, destacando-se na paisagem urbana do bairro, com o qual encontra-se historicamente ligado, fazendo parte dos acontecimentos da vida da comunidade, com vínculo no âmbito cultural e religioso. De acordo com Rosendahl (2018, p. 85), as atividades religiosas imprimem no espaço transformações que se encontram fortemente relacionadas com os aspectos culturais da comunidade, de tal maneira que o espaço passa a ser percebido de acordo com os valores simbólicos ali representados. “Cada comunidade religiosa se estabelece no mundo sagrado onde participa da mesma memória coletiva religiosa [...] O grupo de fiéis recorda o espaço à sua maneira, de forma a construir um ponto fixo em que reencontra suas lembranças”, salienta a autora.

No bairro Praça 14 de Janeiro, as festas religiosas e as manifestações culturais fazem parte do dia a dia da comunidade. Como no bairro está localizada a comunidade de remanescentes quilombolas com práticas associativas e orgânicas centenárias presentes até os dias atuais, a Festa do Quilombo de São Benedito é um evento religioso, que vem sendo realizada há mais de cem anos, na comunidade

Quilombo do Barranco de São Benedito. “A história desse quilombo se confunde muito com a história do bairro. O que marca de forma indelével o bairro é a presença e a contribuição negra descendente de pessoas escravizadas no Maranhão”, afirma Frota (2018, p. 37).

Quilombo do Barranco de São Benedito, título este recebido em outubro de 2014. Iniciada por Dona Maria Severa Nascimento Fonseca, a comunidade (que continua no mesmo lugar até hoje) foi formada com a chegada de famílias vindas do Maranhão, descendentes de escravos. As comunidades quilombolas são grupos étnicos constituídos predominantemente pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias (COSTA, 2017).

Na cidade de Manaus, de acordo com Rosa (2018), os quilombolas da comunidade Barranco de São Benedito habitam uma extensão geográfica de dois quarteirões e possuem ocupações variada como funcionários de empresas, empreendedores, comerciantes, profissionais autônomos, professores. Na comunidade realizam saberes e fazeres tradicionais, manifestações musicais, artísticas e gastronômicas. Explica o autor que práticas culturais específicas, com base no passado e no presente dos agentes sociais, podem ser identificadas nos relatos das histórias vivas e na lembrança daqueles que permanecem vivendo no mesmo território dos seus antepassados.

Chamando atenção para a cultura quilombola como campo simbólico propício às identificações e posicionamento de seus sujeitos, Furtado *et al.* (2014, p. 107) argumenta que a cultura precisa ser compreendida como campo representativo que possibilita aos indivíduos uma complexa rede de relações sociais capaz de significações por meio de símbolos, signos, práticas e valores. “Nesse contexto, as comunidades passam a ser compreendidas a partir de suas singularidades, individualidades próprias e estruturas específicas”, afirma a autora, assinalando ainda que a cultura desse modo é percebida como um sistema de código que exprime o sentido de regras com a finalidade orientar as relações sociais, sendo então definida como a totalidade de reações subjetivas e sociais que

caracterizam a conduta das pessoas, em relação ao seu ambiente natural, a outros grupos, a membros do mesmo grupo e de cada indivíduo consigo mesmo.

Conforme Haerter et al. (2013), considerando que a escravidão no Brasil foi evento profundamente marcante na história do país, os quilombos podem ser compreendidos como projetos políticos e coletivos de liberdade, espaços nos quais são recriadas sociedades relativamente autônomas e com forte presença de tradições africanas.

Os quilombos tradicionais e contemporâneos são sinônimos de resistência negra, de preservação de saberes e conhecimentos, de ressignificação de memórias e práticas. Configuram-se como espaços onde são mantidos e recriados muitos aspectos de origem africana, onde se projetam projetos futuros e coletivos e onde se educa, se ensina e se aprende (HAERTER et al. 2013, p. 272).

Na Comunidade do Barranco, a resistência política, a permanência no mesmo local, desde a chegada dos primeiros quilombolas ao bairro da Praça 14 de Janeiro, os modos de vida e relações de parentesco, a culinária e a religiosidade deixam claro a força de uma identidade coletiva que vem se mantendo há mais de cento e vinte anos de existência. No estado do Amazonas, existem mais de oitocentas famílias quilombolas, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (COSTA, 2017).

Nas ponderações de Santos (2017), um diferencial observado na comunidade do Quilombo do Barranco é que as relações sociais formadas ao longo do tempo com famílias que não se declaram quilombola, produziram a territorialidade, ou seja, muito mais do que um território fisicamente delimitado, existem também as relações de afeto com os vizinhos ao redor

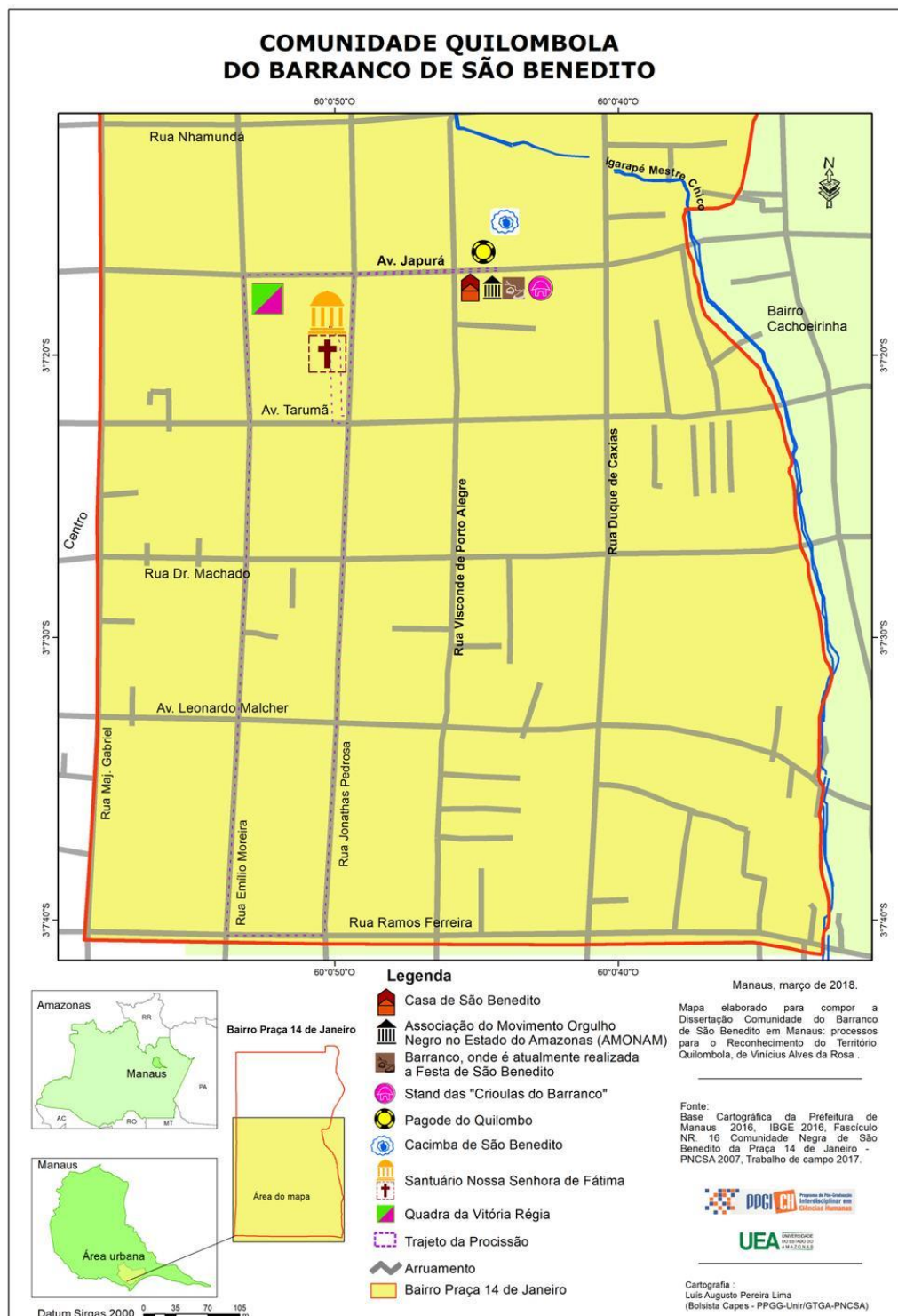
Desse modo, mesmo que o território seja descontínuo, as relações sociais produziram na comunidade espaços de uso coletivos, sendo possível observar que a relação dos quilombolas com aqueles que não se autodefiniram cria uma territorialidade, que se mostra mais importante para grupo como reforço da sua identidade do que a formalização prevista na legislação federal para a regularização fundiária de quilombos. Alguns símbolos relativos à territorialidade geram laços

afetivos com o território, ligados diretamente à cultura e relacionados aos valores que contribuem para a formação da localidade (SANTOS, 2017).

O Quilombo do Barranco de São Benedito, em 2014, recebeu, da Fundação Cultural Palmares (FCP), a certidão de autodefinição, que reconheceu a comunidade como o primeiro quilombo urbano da região Norte e o segundo do Brasil. Em 2015 passou a ser considerado como Patrimônio Cultural Imaterial do Amazonas, título concedido pela Assembleia Legislativa do Amazonas (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2018; COSTA, 2017; LIRA, 2018; SANTOS, 2017).

A figura 19 mostra o mapa da comunidade Quilombola do Barranco de São Benedito.

Figura 19: Mapa da comunidade Quilombola do Barranco de São Benedito



Fonte: Rosa (2018)

Resumindo, o que se pode perceber é que na comunidade Quilombola do Barranco de São Benedito, existe, como cita Santos (2017, p. 94), “uma luta pelo reconhecimento da cultura e da presença negra em Manaus”.

Posicionando-se sobre o assunto, Pontes e Pontes (2016, p. 15) comentam:

O conhecimento que esses moradores possuem é visto como uma ideologia que permite abordagens plurais na manifestação cultural e religiosa, pois há um envolvimento e compromisso assíduo entre os participantes, desde a confecção de um mastro de madeira que contém frutas que representam prosperidade, a realização de uma procissão à Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima e a descida do mastro, dias depois.

A esse respeito, vale destacar que há todo um ritual em torno da representação do mastro, que é retirado da mata e enfeitado por nove dias, com frutos diversos e o caule entrelaçado com uma fita vermelha. A ladainha é cantada (parte em latim) nas nove noites durante o período comemorativo. Durante as novenas, um lanche é servido aos participantes. No último dia da festa ocorre a procissão com seu rito maior e mais esperado, que é a derrubada do mastro votivo, que acontece acompanhado de queima de fogos de artifícios, soar dos apitos dos capitães de ternos, toque de tambores e caixas e expressões de exaltação a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário e ao Rei do Congado_(LIRA, 2018).

A Festa do Quilombo de São Benedito começa por volta das 10 horas, com a apresentação de rodas de capoeira, seguindo com a ornamentação do andor de São Benedito e procissão que percorre as ruas Japurá, Jonathas Pedrosa até à rua Tarumã onde se realiza missa em louvor a São Benedito, na igreja de Nossa Senhora de Fátima. Após a missa, a procissão volta para o ponto de partida, percorrendo as ruas Jonathas Pedrosa, Ramos Ferreira, Emílio Moreira e Japurá. À noite ocorre o derrubamento do mastro e distribuição de comidas como vatapá com arroz, bolos, salgados e a tradicional bebida ‘aluá’, além de água e refrigerante. Trata-se, portanto, de um fenômeno religioso com atividades sagradas e profanas, legitimadas ao longo dos anos pelas ações e fé dos devotos (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2015; ROSA, 2018).

As figuras seguintes destacam os momentos festivos da festa de São Benedito.

Figura 20: Momento festivo da Festa de São Benedito



Fonte: Governo do Estado do Amazonas (2015).

A figura 20 mostra a apresentação de grupos folclóricos com temáticas africanas durante a comemoração da Festa do Quilombo de São Benedito. Conforme observação de Pontes (2016), a festa de São Benedito revela a relação simbólica entre a natureza, a cultura e a sociedade, pois faz parte da história dos negros do Estado do Amazonas que residem no bairro Praça 14 de Janeiro.

Figura 21: O andor de São Benedito



Fonte: Governo do Estado do Amazonas (2015)

A figura 21 destaca a imagem do andor de São Benedito, que é carregado durante a procissão que percorre o bairro da Praça 14 de Janeiro. Promover festividades é um antigo costume no bairro Praça 14 de Janeiro. Além da festa de São Benedito, a mais antiga do bairro, existem festas em honra de Nossa Senhora de Fátima, São Cristóvão, São José e Santa Terezinha, além de outras manifestações religiosas como o 'tambor de crioula' e 'batuque' (ROSA, 2018).

Dando um parecer sobre a questão, Pontes e Pontes (2016, p.1), afirma:

Os comunitários resguardam suas tradições e a memória negra através de suas festividades e culinária, logo, o quilombo também se transforma e em um local de memória, onde é definida a identidade que é passada a cada geração, que por sinal está na quinta geração. Atualmente a Comunidade conta com a Associação Crioulas do Quilombo de São Benedito, que trabalha com artesanato de forma social e cultural no bairro da Praça 14 de Janeiro.

As ruas do bairro, portanto se enchem de alegria, especialmente no período carnavalesco e na festa de São Benedito que ocorre na comunidade, reconhecida como Quilombo urbano que muito contribui para a afirmação da presença e

participação dos negros na formação cultural e religiosa do Estado do Amazonas. Ao recordar desses momentos festivos em homenagem a São Benedito, um dos idosos comenta:

Antigamente, quando eu era militante e defensor atuante da causa negra, junto com o movimento, promovíamos atividades sócio culturais, que eram realizadas na Praça 14 de Janeiro, uma delas era jogar capoeira, a garotada gostava. Nós fazíamos outras coisas. Hoje não tenho mais envolvimento social direto com a praça (CS).

Outro fato importante que marca o bairro da Praça 14 de Janeiro é que nele surgiu a primeira escola de samba de Manaus, a Escola Mixta de Samba da Praça 14 de Janeiro (1946-1962). Em 1975 é fundada a Escola de Samba Vitória Régia e seus fundadores foram os descendentes da tradicional Escola Mixta de Samba da Praça 14. Por conta disso, o bairro é considerado como berço do samba. A partir de 1992, a escola, conhecida como a verde e rosa brilhou no Sambódromo, levando para a passarela do samba temas diversificados como A Lenda Mística da Vitória Regia, Lendas e Mitos da Amazônia, Reunião do Candomblé e Jardim Encantado (ARAÚJO, 2018; JORNAL DO COMMERCIO, 2020; ROSA, 2018).

Em suma, o bairro Praça 14 de Janeiro com uma superfície de 104.33 hectares é um dos bairros mais antigo de Manaus (estima-se que sua fundação tenha ocorrido em 1892) e por assim ser, sua trajetória é memorizada pelos antigos moradores, que fazem parte de sua história cujos primeiros anos de existência foram marcados por muitas dificuldades: faltava energia elétrica, água encanada, escolas e posto médicos, melhorias estas que só começaram a acontecer entre as décadas de 1950 e 1960.

Considerado como uma das áreas mais católica e festeira de Manaus, onde o profano convive de forma harmoniosa com a fé, o bairro exhibe lugares marcantes como o Santuário de Nossa Senhora de Fátima (construído entre 1942 e 1975); Santuário Paróquia de São José Operário (construído entre 1949 e 1967); a Escola Estadual Plácido Serrano, a Escola Estadual Luizinha Nascimento, a Comunidade do Quilombo do Barranco de São Benedito e o Grêmio Recreativo Escola de Samba Vitória Régia, fundado em 1975 (ARAÚJO, 2018).

Na atualidade, o bairro Praça 14 de Janeiro encontra-se bem modificado, pois as transformações que nele ocorreram mudaram sua geografia original. Em uma reportagem sobre os 132 anos do bairro, o jornalista e professor Garcia Neto, antigo morador, faz o seguinte relato:

Ainda lembro da área original onde está localizada a igreja de Fátima; lembro do antigo santuário de Fátima que ficava ao lado do Banco do Brasil; do antigo posto policial construído em madeira (bem em frente da praça onde funciona a Mil Milhas); dos “boca-de-ferro” da Voz da Praça 14 de Janeiro do Chico Tapioca; da Voz Serenata do seo Álvaro (hoje, uma Casa de Peças); do comércio de Antônio Caixeiro (hoje funciona a Manaus Motocenter); da padaria do seo Carriço; do famoso Jaqueirão (hoje, Pemaza Autopeças); do morro das três palmeiras (ao lado a Academia Nobre, do seo Orleans Nobre, ex-jogador do Fast Clube); do Piquete da Cavalaria de Polícia; da Escola Salesiana São Domingos Sávio; da antiga igreja de São José Operário; do Seminário dos Salesianos (hoje, Uninorte); das pastorinhas da Tia Lindoca e de dona Lourdinha; do famoso batuque da Mãe Efigênia, na rua Duque de Caxias, e das águas límpidas do Igarapé do Mestre Chico (GARCIA NETO, 2017, p. 2).

O bairro, que passou por mudanças radicais nos últimos anos, mantém diversificada atividade comercial, concentrando grande número de lojas de autopeças e revendedoras de carros. Outro polo de atração de público para as ruas do bairro são as novenas realizadas todo dia 19 de cada mês, na igreja de São José, celebração que acontece pela parte da manhã até a noite, com participação de milhares de devotos. Por conta da pandemia do coronavírus, as celebrações estavam ocorrendo sem a presença física dos fiéis, sendo transmitida via mídias digitais e por intermédio dos canais de televisão e rádio como TV Encontro das Águas e Rádio Riomar. Nos dias de hoje as novenas ocorrem com apenas 30% da ocupação, mantendo a transmissão via mídias digitais, televisiva e radiofônicas (ARAÚJO, 2018; AMAZONAS ATUAL, 2020).

Ao abordar a categoria de lugar como espaço do vivido, Azeredo (2016, p. 47) comenta que o bairro é lócus da experiência urbana, onde ocorre o acúmulo de conhecimentos, atitudes e valores que são produzidos e reproduzidos. “É nele que se assenta a materialidade da vida de seus habitantes, através de processos de mobilidade e permanência”, assinala a autora, afirmando ainda que por meio do

bairro “é possível compreender que as dinâmicas dos deslocamentos se cruzam com as de pertencimento”.

Em seu estudo sobre as formas de coexistência e práticas sociais nos meios urbanos, sobretudo em alguns tipos de bairros Gonçalves (2021) comenta que enquanto o centro é bem mais valorizado e mais aberto a todo tipo de população, de utilização, os bairros se valorizam pela intensidade da significação e também pela qualidade de apropriações simbólicas, quer seja por um determinado tipo de população, quer seja por uma função particular, quer seja ainda pela junção dessas duas características.

Ainda segundo o mesmo autor, a noção de bairro não deve dissociar-se dos modelos culturais, porque para alguns, o bairro é vivido como algo próximo da comunidade, no interior do qual se organizam as identidades e se situam todas as relações. Para outros, o bairro é o lugar de residência e cada vez menos lugar de relações intensas. A situação, conforme Gonçalves (2021) é complexa e as situações são fluídas que não podem ser resolvidas com predeterminações e nem com planejamentos, porque o bairro se estabelece por meio do vivido e do agir social, consolidando-se a partir de sua história.

No bairro Praça 14 de Janeiro, a concretude social se alicerça em ricas tradições culturais e religiosas que seguem se reinventando ao longo do tempo. Passando de geração a geração, essas tradições permanecem vivas nas memórias dos moradores mais antigos. Nos cruzamentos de suas ruas, práticas antigas convivem com o que é novo, moderno, pois embora faça parte da área mais urbanizada de Manaus, contando com serviços públicos variados, como agências bancárias, lojas lotéricas e diversificado comércio, o bairro continua mantendo algumas antigas práticas como as festas na localidade, o costume dos moradores de buscar serviços de rezadeiras para curar pequenas enfermidades e também das parteiras, muitas das quais viram nascer parte dos filhos da comunidade. “Todos esses elementos sobrevivem ao tempo, guardados nas lembranças daqueles que as vivenciaram em meio a alternância de paisagens urbanas naturais e culturais”, salienta Frota (2018, p. 56).

De acordo com a lei 1401/10 Lei nº 1401 de 14 de janeiro de 2010, o bairro Praça 14 de Janeiro encontra-se assim delimitado: Superfície 100,34 ha Ponto inicial - Cruzamento da rua Ramos Ferreira com a rua Major Gabriel. Definição do Perímetro - Começa no cruzamento da rua Ramos Ferreira com a rua Major Gabriel; seguindo por esta até a Av. Álvaro Maia; desta até Av. Duque de Caxias; desta até a Rua Maraã; desta até a Tv. São Gabriel da Cachoeira; desta até a Rua Novo Airão; desta até o Igarapé do Mestre Chico; seguindo por este até a rua Ramos Ferreira; seguindo por esta até a rua Major Gabriel (CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS, 2010).

A tabela 1 abaixo destaca informações sobre a população residente no bairro Praça 14 de Janeiro, identificando sexo e grupo de idade.

Tabela 1: População do bairro Praça 14 de Janeiro por sexo e idade - 2010

Grupo de Idade	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	378	325
5 a 9 anos	336	313
10 a 14 anos	393	401
15 a 17 anos	306	269
18 ou 19 anos	171	180
20 a 24 anos	426	537
25 a 29 anos	502	541
30 a 34 anos	412	471
35 a 39 anos	310	403
40 a 44 anos	336	362
45 a 49 anos	293	357
50 a 54 anos	268	335
55 a 59 anos	217	266
60 a 64 anos	141	180
65 a 69 anos	84	146
70 a 74 anos	83	120
75 a 79 anos	52	116
80 a 89 anos	52	135
90 a 99 anos	8	24
100 anos ou mais	-	1

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 2010
Organização: Paola Verri de Santana

A tabela 1 mostra que os idosos com idade entre 60 e 64 anos são em maior número, sendo 141 masculino 180 mulheres e os idosos com idade entre 90 a 100

anos são em números menores. Verificou-se ainda na tabela que mesmo entre os idosos, o quantitativo feminino supera o masculino, ou seja, as mulheres são maioria no bairro, totalizando em 5482 mulheres e 4768 homens, inclusive entre a população idosa.

E assim é o bairro Praça 14 de Janeiro, que ao longo dos tempos sofreu grandes mudanças estruturais e/na sua paisagem urbana, sem esquecer seus ritos e tradições culturais e religiosas, apesar da punjança dos estabelecimentos comerciais, das casas e dos edifícios modernos que contrastam com residências simples de antigos moradores (vide figura 24).

Figura 24: Área central do bairro Praça 14 de Janeiro



Fonte: Duarte, 2009.

Um dos pontos mais relevantes do espaço geográfico é que ele não apresenta um comportamento estático. Mesmo que não ocorra modificação de uma paisagem, como uma rua de um bairro, ainda assim, a própria deteriorização de um edifício, monumento ou casa é considerado uma alteração do espaço e automaticamente, da paisagem em questão, por isso a geografia é uma ciência dinâmica e essa dinamicidade faz com que o espaço geográfico seja um produto do

trabalho humano sobre a natureza e sobre todas as relações sociais ao longo da história.

Neste bairro, que desenvolveu ao longo dos tempos, com a característica de festeiro, berço do samba, popular nas amizades entre vizinhos, com lideranças formadas dentro da própria comunidade, onde se organizam atividades de lazer, entretenimento, cultura e religiosidade (ROSA, 2018) encontra-se a Praça Nossa Senhora de Fátima, que hoje tem o mesmo nome do bairro cuja referência mais antiga data de 1892.

2.3.2 A Praça 14 de Janeiro: paisagens e entornos

A praça, que no passado pertencia ao antigo bairro de Nazaré, na atualidade encontra-se situado entre as avenidas Japurá e Tarumã e as ruas Emílio Moreira e Jonathas Pedrosa e pertence ao bairro Praça 14 de Janeiro. Conforme Duarte (2009) essa Praça recebeu duas denominações no tempo da revolta ocorrida em 14 de janeiro de 1892. Primeiramente foi denominada Praça Fernandes Pimenta, oficializada pela Resolução de 5 de fevereiro de 1892, em homenagem ao soldado João Fernandes Pimenta morto na rebelião. Tempos depois passa a chamar-se Praça 14 de Janeiro, em homenagem à data do acontecimento e foi sugerida em 9 de março, pelo novo Intendente Antonio Dias dos Passos (DUARTE, 2009).

Além dessas denominações, a historiografia cita ainda a existência de um terceiro nome ligado à revolta: Praça da Conciliação, sugestão do Intendente Hermes de Araújo e que se referia ao acordo político que encerrou o levante. Todavia, a população permaneceu chamando este logradouro de Praça 14 de Janeiro. Em 1912, por meio da Lei 727 de 10 de outubro, a Intendência Municipal deu-lhe a denominação de Praça Doutor Pedrosa, em homenagem ao médico Jonathas de Freitas Pedrosa. Cinco anos depois, por meio da Lei 816 de 26 de julho de 1917, este espaço passou a chamar-se Praça de Portugal, em referência à comunidade portuguesa residente no Estado do Amazonas (DUARTE, 2009).

No ano de 1928, a Lei Municipal nº 1.488, o local passa a chamar-se Praça Nove de Novembro. Dois anos depois, por meio do Decreto 3, de 1º de novembro de 1930, assinado pelo prefeito Marciano Armond, o local volta a se chamar Praça 14

de Janeiro. Contudo, a área ao redor da praça permaneceu por muito tempo como um descampado, até que na década de 1960, durante a administração de Paulo Nery, deu-se início a sua urbanização cujas obras foram concluídas na gestão de Frank Lima. Nessa época, o local era conhecido como Praça Nossa Senhora de Fátima, mesmo nome da igreja que estava sendo construída de frente para sua área. Parte dos melhoramentos realizados no local, como terraplenagem e o asfaltamento das ruas ao redor da igreja, foi inaugurada em 22 de dezembro de 1973. Em 5 de setembro de 1974 é entregue à população a quadra polivalente e o parque infantil (DUARTE, 2009).

A figura 25, seguinte, destaca a Praça 14 de Janeiro na atualidade.

Figura 25: Praça 14 de Janeiro (antiga praça N.S. de Fátima) na atualidade



Fonte: Líbna Nascimento (2021)

No decorrer dos tempos a praça viu a sua área desaparecer aos poucos. No fim da década de 1980, na parte lateral à rua Emilio Moreira é construída a quadra de ensaios do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Vitória-Régia, ao lado da

quadra de esportes. No terreno frontal à Igreja, construiu-se o centro paroquial e na área mais à frente, na atualidade existem lanchonetes, contíguas à avenida Tarumã.

Na parte externa da igreja, do lado esquerdo, encontra-se a secretaria e uma pequena capela; do lado direito, há um prédio onde o Grupo Alcoólicos Anônimos realizam suas reuniões. Na fachada da igreja tem uma cruz de madeira e uma imagem de Cristo e à sua frente consta um centro paroquial em obras, do lado esquerdo estão as salas que são usadas para realização de atividades da igreja. Próximo a edificação em obras, existe um espaço aberto que é usado pela igreja e fiéis em festas da comunidade. Neste espaço pode-se observar a presença de plantas e de grades e por dentro delas, algumas árvores.

Na esquina, no cruzamento entre a avenida Tarumã e rua Emílio Moreira, existe um lanche denominado Kantão, do lado do lanche, pela avenida Tarumã, existe uma banca de revistas; pela rua Emilio Moreira pode-se observar a existência de uma quadra esportiva, tendo ao lado box comerciais e no fundo bancas com vendas de comida e um lanche.

As figuras apresentadas na página seguinte, mostram a realidade hoje dos arredores da Praça 14 de Janeiro.

Figura 26: Área externa da igreja onde ocorrem os eventos. **Figura 27:** Acesso ao Santuário de N. S. de Fátima. **Figura 28:** Área externa da igreja N. S. de Fátima. **Figura 29:** Quadra Esportiva Comunitária. **Figura 30:** Grêmio Recreativo Escola de Samba Vitória Régia. **Figura 31:** Lanche Kantão. **Figura 32:** O cruzeiro e o Cristo Redentor. **Figura 33:** Bancas de tacacá e guloseimas. **Figura 34:** Boxes de venda de comidas.



Fonte: Líbna (2021)

Outros pontos importantes que circundam a praça são destacados nas figuras 35, 36 e 37, conforme segue:

Figura 35: Avenida Japurá (fundos da Igreja Nossa Senhora de Fátima e parte lateral da Quadra da Escola de samba Vitória Régia). **Figura 36:** Rua Jonathas Pedrosa (lateral à Igreja). **Figura 37:** Parada de ônibus, localizada na Avenida Tarumã.



Fonte: Líbna Nascimento (2022).

De acordo com Angelis (2000), as praças, enquanto uma categoria geográfica, significam muito mais do que um espaço físico formado por mobiliários urbanos, paisagismo, urbanização: as praças são locais onde as relações sociais se tornam mais perceptíveis, espaço geográfico que impõe o desafio de apreendê-lo enquanto ambiente dinâmico, no qual desfila não apenas a individualidade de seus passantes e ocupantes, mas também o vai e vem contínuo da coletividade.

As praças, portanto, compõem equipamentos histórico-culturais que ainda na atualidade integram o cenário urbano e a sua perpetuação fortalece a ideia de que o 'urbano' se constrói pela coletividade em meio ao confronto das diferenças. Seja para uso comercial, local de espetáculo, ofícios religiosos, festas, as praças sempre

oferecem uma série de possibilidades, dando uma excelente amostragem da própria cidade em miniatura (ANGELIS, 2000).

No que se refere aos seus frequentadores, as pessoas continuam sendo atraídas para a praça pelas possibilidades que ela oferece como convívio social, convívio com a natureza, espaço de lazer, de manifestações culturais, encontros, passeios e práticas exercícios físicos, pois nos últimos anos surgiram as academias ao ar livre em praças públicas, geralmente patrocinadas pelas prefeituras locais, que visam especialmente a qualidade de vidas das pessoas na terceira idade. Tecendo comentários diz Vianna (2007, p. 4):

Na realidade, o que se está falando é sobre relações humanas e qualidade de vida através de um espaço criado na cidade, planejado e projetado para que as pessoas se encontrem para passear, brincar, andar de bicicleta, se divertir, curtir, enfim, a cidade.

As praças, portanto, continuam sendo espaço de coletividade, embora essa condição tenha sido bastante afetada nos últimos anos por conta da violência que se espalha pelas grandes cidades e mais recentemente por conta da pandemia que provocou o afastamento das pessoas dos espaços públicos. Mas, como observa Vianna (2007), as praças como espaços públicos, permanecem livres, servindo de espaços para as manifestações, convívio dos cidadãos e pontos de referenciais das cidades.

As praças, que materializam as relações sociais e culturais, são também cenário de memória coletiva ou individuais, que guardam registro de acontecimentos da própria cidade. Assim, a praça pública pode configurar como um vínculo entre o passado e o presente, na medida em que guarda na sua história aspectos associados às identidades e subjetividades dos seus frequentadores, como os idosos, que costumam manter laços afetivos com esses lugares. Nas afirmações de Klein (2016, p. 46): “Os espaços físicos assumem relevância histórica na vida dos indivíduos [...] servem como representações concretas de eventos da vida, permitem às pessoas compararem o presente e passado através das lembranças”.

CAPÍTULO 3 – O ENVELHECER, A MEMÓRIA E A RELAÇÃO DO IDOSO COM AS PRAÇAS

Este capítulo, que também traz em seu bojo, os resultados da pesquisa de campo realizada junto a um grupo de sete idosos que voluntariamente concordaram em participar do estudo, expõe inicialmente um aporte teórico sobre o processo de envelhecimento, abordando na sequência assuntos relacionados à vida do idoso na sociedade e acerca da memória, do idoso e sua relação com as praças.

3.1 Interpretando o envelhecer

A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) define o envelhecimento como um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de forma que o tempo o torne menos capaz de suportar o estresse do meio ambiente, aumentando, portanto, sua possibilidade de morte. Assim sendo, o envelhecimento pode ser entendido como um processo natural de diminuição progressiva da reserva funcional dos indivíduos, conhecida como senescência⁸, que em condições normais, não costuma provocar qualquer problema (BRASIL, 2006).

Nas análises de Oliveira (1999, p. 26), o processo de envelhecimento encontra-se intimamente associado ao declínio biológico do corpo com o passar dos tempos. “O conceito de velhice é ligado habitualmente à passagem do tempo, tendo como pressuposto que velho é aquele que tem sobre os ombros um considerável número de anos”, assevera a autora.

Abordando os aspectos biológicos do desenvolvimento humano até a velhice, considerando as repercussões funcionais do envelhecimento fisiológico e psicológico, Moraes *et al.* (2010) afirma que o envelhecimento é implacável e ativo, de natureza multifatorial e dependente da programação genética e das alterações que ocorrem em nível celular-molecular, podendo haver diminuição da capacidade funcional das áreas afetadas e sobrecarga dos mecanismos de controle

⁸A senescência corresponde a etapa posterior e mais avançada do envelhecimento, caracterizada por mudanças incapacitantes e comprometedoras, capazes de afetar decisivamente a estabilidade e a própria vida do indivíduo (SALGADO, 1991).

homeostático, que passam a servir de substrato fisiológico para a influência da idade na apresentação de doenças, da resposta ao tratamento e das complicações que podem ocorrer.

A verdade é que o processo de envelhecimento é questão complexa que precisa ser avaliada e identificada em seus aspectos mais característicos. Posicionando-se sobre o assunto, Busse (1999), comenta que os estudos de biologia sobre o envelhecimento, no início, centravam-se em investigar a longevidade mais que os mecanismos do envelhecimento, enquanto hoje, a predominância volta-se para o estudo das causas e fatores do envelhecimento. Para este autor, as inúmeras teorias do envelhecimento não são teorias definitivas e isso acontece porque as causas do envelhecimento são muitas e se encontram inter-relacionadas.

O fato é que importantes alterações acontecem no processo de envelhecimento, tais como perda das defesas orgânicas, que favorece o aparecimento de infecções e de tumores; a pele perde sua elasticidade e fica enrugada, os ossos e os vasos sanguíneos se tornam mais frágeis; o cérebro é afetado; o organismo funciona mal, com dificuldade de locomoção e de comunicação; aparecem os casos de incontinência (incapacidade de controlar a urina), dentre outros problemas como visão e audição afetados e o coração cujas artérias, veias e vasos capilares se degeneram com a idade (OLIVEIRA, 1999).

As mudanças são mais visíveis no aspecto externo: a pele vai progressivamente enrugando, ressecando, perdendo o brilho natural, especialmente no rosto e nas mãos, devido à perda da elasticidade, intensificando as olheiras, as pigmentações diversificadas; os cabelos vão ficando brancos e com maior tendência à queda; o tronco começa a curva-se para a frente e para baixo, provocando a diminuição na estatura; as articulações vão se tornando endurecidas, reduzindo, por conseguinte, a extensão dos movimentos; o metabolismo diminui, provocando acúmulo de gordura e flacidez; aumenta a sensibilidade ao frio e a exaustão ao calor; a coordenação sensório-motora torna-se gradualmente menos eficiente (OLIVEIRA, 1999).

Resumindo, o envelhecimento é uma condição da vida, e ninguém escapa dessas mutações prescritas pelo tempo. Beauvoir (1990, p. 13), compreende o envelhecimento como fenômeno biológico com conseqüências que se apresentam por meio de condutas consideradas típicas da idade avançada, que gradativamente vai modificando a relação do homem no tempo e, portanto, seu relacionamento com o mundo e com sua própria história. Neste sentido, comenta a autora que quando uma pessoa se vê diante do próprio envelhecimento, flagrando nela própria as alterações biológicas, resultado da cronologia natural de sua vida, “não é uma sensação confortável de ser enfrentada”.

Para Alvisi, (2007, p. 121) isso acontece porque a pessoa idosa já não possui mais as qualidades corporais atribuídas aos mais jovens e tende a ser discriminado e marginalizado culturalmente. “A sensação de exclusão e de impotência é frequente” diz a autora, explicando ainda que “a funcionalidade do corpo não é medida biologicamente apenas, mas ditada por valores culturais e sociais previamente estabelecidos por modelos elaborados e definidos ideologicamente”.

Nos tempos atuais, comenta ainda a mesma autora, o envelhecimento determina dualidade entre o processo externo – que classifica as pessoas de maneira cronológica, como categoria de indivíduos, moldada muitas vezes pelas alterações físicas inerentes ao envelhecimento biológico – e o processo interno – que se baseia na experimentação interna da velhice repleta de conhecimentos.

A discrepância entre o processo interno e o externo acentua as idéias preconcebidas do envelhecer: os aspectos externos por serem mais visíveis e, portanto, mais evidentes tendem a ordenar os aspectos internos, reforçando o estigma negativo do ser velho (ALVISI, 2007, p. 94).

Diante desse panorama, o desafio a ser enfrentado está em unificar todos os aspectos que formam o indivíduo como ser único (biológicos, culturais, existenciais, psíquicos e históricos) considerando-os com o mesmo grau de importância quando se discute o envelhecimento, considerando o idoso como sujeito dotado de valores internos como histórias de vida, inserção social, cultural e econômica e os valores

externos caracterizados cronologicamente pela contagem do tempo vivido (ALVISI, 2007).

A situação é complexa porque como cita Alvisi (2007, p. 10): “No atual modelo de relações humanas o envelhecimento não tem papel definido”. Em meio a esses paradigmas resta aos idosos manterem-se sãos e salvos dos perigos e aceitar a própria realidade e tentar tirar proveito de tudo o que ela pode oferecer, afinal a velhice, como cita Dubois-Dumée (2010 p. 25) é uma passagem, um movimento, uma evolução, um porvir. Não se trata de um arquétipo, pois cada uma tem sua velhice particular, resultado de toda a vida. A velhice “Não um caminho fechado por um rochedo, mas um caminho ainda aberto. Não um rio definitivamente seco, mas uma nascente refrescante. Permanecemos vivos enquanto não morremos”, afirma o autor.

3.2 O idoso na sociedade: a luta pela integração

Em tempos atuais, a problemática do envelhecimento ganha destaque nos meios acadêmicos, nas produções teóricas, no bojo das políticas públicas e assim por diante, ocasião em que se ressalta a importância de se refletir sobre o que significa ter determinada idade ou fazer parte de uma determinada geração na sociedade moderna ocidental, embora pouco se reflita sobre o que pensa, o que sente, como realmente vive a legião de idosos que cresce aceleradamente (SCHNEIDER e IRIGARAY, 2008).

O envelhecimento hoje é considerado como importante conquista social que deve ser celebrada. No mundo inteiro, com exceção de países muito pobres, as pessoas estão vivendo mais. De acordo com Roças (1996) no começo do século, apenas 25% dos brasileiros conseguiam ultrapassar a barreira dos 60 anos. Hoje o índice é outro: 65% para os homens e 78% para as mulheres.

A mudança do perfil da população brasileira é, conforme Roças (1996, p. 28), explicada pela combinação de dois fatores: a queda da taxa de fecundidade das mulheres e aumento da expectativa de vida, significando menos crianças e mais idosos convivendo no país. Assim, diz o autor: “Envelhecer com qualidade de vida será o principal desafio daqui para frente”.

As projeções científicas garantem que muitos conseguirão vencer os desafios do tempo, prometendo prolongar a vida do homem muito além de 100 anos, mas essa reviravolta pode significar também tempos difíceis para os idosos e mudanças profundas na sociedade nas próximas décadas, pois os crescentes índices populacionais que indica uma parcela maior de idosos em relação a parcela de jovens, exigirão que governos e outras instituições precisarão se adaptar para atender a esse contingente cada vez mais numeroso de indivíduos idosos.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o idoso é todo indivíduo com mais de 60 anos e o Brasil tem mais de 28 milhões de pessoas nessa faixa etária, correspondendo a 13% da população do país, um percentual que tende a aumentar nas próximas décadas, conforme Projeção da População divulgada em 2018 pelo IBGE. Conforme a pesquisa, em 2043, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos, enquanto a proporção de jovens até 14 anos será de apenas 16,3%. A partir de 2047 a população deverá parar de crescer, contribuindo ainda mais para o processo de envelhecimento populacional (PERISSÉ et al. 2019).

A propósito disso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida dos brasileiros aumentou em três meses e quatro dias, de 2017 para 2018, alcançando 76,3 anos. Para as mulheres, espera-se maior longevidade, ou seja, 79,9 anos. Quanto a perspectiva de vida ao nascer, para o homem ficou em 72,8 anos em 2018. Todavia, essa diferença, chamada de 'sobremortalidade masculina' é bem mais acentuada conforme a faixa etária. Um homem de 20 a 24 anos tinha, em 2018, 4,5 vezes menor chance de chegar aos 25 anos do que a mulher (AGÊNCIA IBGE, 2019).

No Amazonas, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a expectativa de vida para quem nasceu em 2017 é de 72,1 anos. Embora o tempo estimado tenha subido um pouco, os amazonenses aparecem com a expectativa de vida abaixo da média nacional, sendo a sexta menor de todo o país (AGÊNCIA IBGE, 2019).

Outro dado importante é que o Amazonas aparece como o estado onde os idosos têm as menores expectativas de vida. Todavia, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que no estado, o crescimento de

residentes idosos foi maior que o de crianças, ou seja, a população acima de 60 anos no estado cresceu mais que de crianças e adultos em 10 anos. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do instituto, o número de idosos no Amazonas subiu 3,5% desde 2005 e eles são na atualidade 8,8% da população, mais de 347 mil (AGÊNCIA IBGE, 2019; G1 AM, 2016).

Na cidade de Manaus, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nas últimas décadas o número de idosos cresceu em Manaus, ou seja, o quantitativo de pessoas acima de 60 anos teve aumento de 928,9%, significando dizer que no período de 1970 a 2010, o percentual de idosos quase que duplicou, passando de 3,4 para 6,04 (IBGE, 2016), conforme tabela abaixo:

Tabela 2: População acima de 60 anos – Manaus

Ano	População acima de 60 anos	(%)
1970	10.584	3,40
1980	22.220	3,51
1990	37.702	3,73
2000	65.731	4,68
2010	108.902	6,04

Fonte: IBGE, 2016.

Diante dessa realidade, há que se garantir qualidade de vida para os idosos de hoje e do futuro. No Brasil esses direitos são regulamentados pela Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso, sancionados em 1994 e em 2005, respectivamente. Ambos os documentos servem para balizar políticas públicas que incentivem e promovam um envelhecimento digno (PERISSÉ, 2019).

Nessa ótica, as questões alusivas aos idosos não podem ser encaradas como fatores isolados. É importante que sejam analisados os múltiplos aspectos que envolvem o tema velhice, tanto no que se refere aos fatores objetivos, quanto aos fatores subjetivos, visto que este é um fenômeno que necessita ser visualizado em sua realidade (SCHNEIDER e IRIGARAY, 2008).

No entendimento de Oliveira (1999), trata-se de um coletivo que exige não apenas respostas sanitárias, mas também respostas integrais, ou seja, o envelhecimento precisa ser tratado em suas múltiplas dimensões, porque a velhice é uma condição que diz respeito não somente a que chega nessa fase da vida, mas a

toda a sociedade, com repercussão em vários aspectos, desde os espaços da vida cotidiana, às questões da macropolítica econômica social.

É inegável que ao lado dos discursos sobre o idoso, novas práticas e novos saberes vêm sendo produzidos, contribuindo para que esta população possa ter maior visibilidade social. Todavia, na sociedade capitalista, geralmente há pouco espaço para a velhice e pouco investimento em atividades ou estímulos no cotidiano do idoso. Explicando de outro modo, pouco se percebe um incentivo à inclusão dessa população, por exemplo, a compromissos socioeducativos, à realização de atividades de distração ou entretenimento. Conforme Costa (1998) falar de velhice é, infelizmente, empreender um triste inventário de perdas e limitações.

Inúmeros, portanto, são os desafios que se impõem na realidade da pessoa idosa. A vida agitada nas grandes cidades, a insegurança, o egoísmo da sociedade, a indiferença da família, a permanente perda de valores, a supervalorização da juventude, entre outras condições delineiam fatores agravantes que tornam o envelhecimento como um dos mais difíceis momentos da vida humana, constituindo para a maioria das pessoas uma situação existencial de crise Oliveira (1999).

Para Guimarães (2007), o problema da velhice não é propriamente a velhice, mas sim a forma como o idoso e os outros se colocam perante essa fase da vida.

Nos comentários de Guimarães (2007, p. 12):

Não conseguimos compreender a velhice em sua totalidade, pois ainda nos falta reconhecer o valor de toda uma existência, preocupando-nos com o que se realizou e com o que ainda se tem pela frente. A velhice não é um passo para a morte, mas mais uma etapa da existência humana que deve ser encarada de forma constante. Infelizmente [...] de todas as realidades, [a velhice] é, talvez, aquela de que conservamos por mais tempo, ao longo da vida, uma noção puramente abstrata.

Embora a sociedade brasileira não tenha equacionada de maneira satisfatória a situação social da pessoa idosa, observa-se na atualidade uma variedade de estratégias que permitem a produção de novos discursos, novos modos de subjetivação e novas formas de pensar, sentir e vivenciar o envelhecimento,

fomentando a concepção da velhice como uma etapa livre de sofrimento, dissociada da doença e da morte (MAIA, 2008).

Nas ponderações de Sampaio (2017), o que se vem percebendo é que muitos idosos estão vivendo de forma mais produtiva e sem descuidar da aparência e da saúde, inclusive com parte deles voltando à faculdade, participando de cursos de capacitação, aprendendo novas línguas, buscando divertimento, viajando e defendendo seus direitos.

Embora esse não seja o cenário vivenciado pelas camadas mais amplas da sociedade, uma vez que muitos idosos lutam contra os estereótipos, os mitos e ideias preconcebidas sobre o envelhecimento, essas iniciativas, afirma Oliveira (2006, p. 107) estão trazendo o idoso para cena social, exigindo atenção e cuidados que não existiam antes, conferindo a esta população um reconhecimento simbólico relativo ao lugar social e cultural que não lhes tinha sido atribuído. Nesse contexto, avalia a autora, “oportuniza-se aos idosos um espaço mais justo e digno nas sociedades modernas, repensando os limites da velhice e desenhando a esperança de futuro com os sonhos possíveis que a ela são reservados”.

Os idosos, em tempos outros tinham como função lembrar e aconselhar, unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. Como cita Bosi (1995) existem dimensões da aculturação que sem os idosos, os conhecimentos dos mais jovens não alcança plenamente, como por exemplo reviver o que se perdeu de histórias e tradições; o poder que os velhos têm de tornar os que já partiram, presentes na família. Para esta autora, portanto, os idosos são fontes de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara.

3.3 A memória, os idosos e o tempo das praças

A literatura pertinente mostra que memória unifica e aproxima, no mesmo espaço histórico e cultural, as imagens lembradas que são representações sugeridas por situações vivenciadas de forma coletiva pelas pessoas em seu meio social. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”, afirma Bosi (1995, p. 55).

Na concepção de Lowenthal (1996, p. 75), toda consciência do passado funda-se na memória, pois por meio das lembranças o indivíduo recupera a consciência de acontecimentos do passado, distinguindo o ontem do hoje e confirmando que já viveu outros tempos. “A memória impregna a vida”, salienta o autor.

A verdade é que dentro de cada um, como cita Aguiar (2002) existe uma cidade, um lugar, um espaço que se carrega dentro da própria história. Desse modo, comenta o autor, ao se traçar uma história de uma vida, transita-se pela memória que armazenou, registrou, gravou e guardou todos os momentos vividos, dentro de um processo de afinidades seletivas dos fatos mais significativos.

Essa também é a opinião de Streck e Frison (1999, p. 108) quando afirmam que a relação entre presente e passado não é apenas unidirecional, mas uma via dupla de um ciclo permanentemente influenciado pelas mudanças pessoais e ambientais. Para este autor, é por meio da memória e, particularmente das lembranças que o indivíduo age no presente, pois uma experiência jamais pode ser classificada como totalmente nova: toma-se sempre como referências experiências anteriores, de onde se pode tirar conhecimento, forma de agir e perceber o mundo. “São os valores e os juízos sociais que passam a interferir na forma de ver o mundo de cada um”, avalia.

Essas assertivas deixam claro que a memória é a sustentação do passado que se mantida no espírito de cada pessoa, aflora na consciência na forma de imagem, lembranças, que envolvem aspectos subjetivos do relacionamento de um indivíduo com sua família e vários outros grupos sociais de convívio humano, com os lugares e espaços e outras referências peculiares inerentes a eles (BOSI, 1995).

Logo, a preservação da memória é de suma importância para a existência e continuidade de uma população, é uma forma de manter viva as tradições, incentivar a lembrança de situações vivenciadas no passado. Conforme Thompson (1999), as pessoas são úteis à história, mas a história também é útil para as pessoas e a ideia de reflexão sobre o passado e por meio dele, a aceitação das mudanças, podem ser fundamentais para a conservação da autoestima, autoidentidade, mediante as transformações específicas do ciclo vital.

Neste contexto inserem-se as pessoas idosas, detentoras de muitas memórias e que costumam transmitir suas experiências, seus conhecimentos às gerações seguintes. A memória que as pessoas idosas expressam dizem respeito à sua própria maneira de entender o mundo, tanto de si como de seu passado e em relação a tudo que os cercam, tais como pessoas, lugares, atividades. Assim sendo, o ato de lembrar se constitui para a pessoa idosa uma tentativa de organizar as desordens dos acontecimentos de sua vida (CORREA, 2017).

A função de memorizar dos idosos, de acordo com as argumentações de Nascimento e Ramos (2011), não se resumem em sonhos que os apartam da vida cotidiana, mas sim de momentos que os deixam ocupados com o seu próprio passado de forma consciente, trazendo à tona o que dá sentido à sua vida, bem diferente do que ocorre com um indivíduo jovem e ativo, que se vivem ocupados com a vida presente e suas muitas exigências e não tem tempo para dialogar com as lembranças passadas. Desse modo,

a atividade de rememorar perpassa pela função social do sujeito que, no presente, reconstrói os fatos passados. Tal função será exercida quando este sujeito, antes ativo na sociedade de que faz parte, deixa de “contribuir” para o presente coletivo, alcançando o momento da velhice social que faz restar a ele o encargo de lembrar, tornando-se a memória do grupo a que pertence (NASCIMENTO e RAMOS, 2011, p. 456).

Nessa lógica, a memória, ao definir, o que é comum ao grupo irá fundamentar e reforçar sentimentos e pertencimento, cabendo aos idosos a promoção e a continuidade da cultura e da educação dos indivíduos jovens e/ou adultos do presente e das futuras gerações, uma vez que eles possibilitam, com suas experiências reviver o que já passou, como as histórias e tradições de outros tempos, mas que continuam, de certa forma, nos rastros de suas lembranças compartilhadas (NASCIMENTO e RAMOS, 2011).

Resumindo, investigar as lembranças dos idosos significa buscar verdades, explorar o processo de reconstrução do passado, enquanto fonte de constituição do presente. A função da pessoa idosa, como diz Bosi (1995), é recordar, reconstruir o passado a partir do presente. Além de ser mecanismo de escape dos problemas

personais, as recordações afastam a barreira que separa o presente do passado e estende uma ponte entre os mais jovens e os mais velhos.

As recordações, portanto, criam a cadeia da tradição, transmitindo acontecimentos de geração em geração e neste processo há o uso de referenciais dotados de significados, subordinados ao tempo, ao espaço, ao lugar, que tanto recebe a marca de um grupo como o marcam (BENJAMIN, 2012; LUCENA, 1996).

A propósito disso Nogueira (1995, p. 93) comenta que para cada pessoa ou para cada grupo existe uma imagem diferente do espaço e esta imagem, que não é fantasia, é apreendida a partir daquilo que o indivíduo percebe do mundo que o rodeia, tendo em conta sua experiência de vida. “Espaço vivido é o dos homens, frequentado, visto e sentido por eles em toda sua condição de homens... Mas é, sobretudo, o espaço objetivo das relações e das vivências”, enfatiza a autora.

Essas reflexões remetem às praças, espaços de significados únicos, especialmente por serem representações que povoam a imaginação, que a memória faz reconstruir, repensar, reviver, como experiências do ontem. Ao debruçar-se sobre as recordações que as pessoas possuem das praças, Aguiar (2002) argumenta que para adentrar na questão, necessário se faz compreender os caminhos pelos quais os indivíduos tomam consciência do passado, ou seja conhecer a memória que os envolve e preenche e conhecer aqueles que são considerados seus principais personagens, os idosos.

Nas ponderações de Pedroso et al. (2018), a forte relação entre os idosos e as praças, baseia-se especialmente, pela existência de uma identidade comum, bem como também por conta de um forte elo afetivo. Comenta também o autor, que a permanência dessa população nas praças significa uma forma de resistência contra o processo de perda de características desses espaços públicos em muitas cidades.

Enfim, ao fazerem das praças espaços de convivência, as pessoas idosas certamente procuram ser notadas, acolhidas. Pode também ser uma forma de disfarçar a idade, descartar a imagem de uma velhice decadente, um artifício para conservar um papel ativo na sociedade, porque esses espaços públicos suscitam o sentimento de pertencer a um espaço e a um grupo, favorecem práticas de

sociabilidade capazes de promover a imagem de uma velhice positiva, permitindo inclusive o estabelecimento de novas relações sociais (PEIXOTO, 1995).

Ao pensar a Praça 14 como ponto representativo de vivências, os sujeitos da pesquisa se sentem personagem desse espaço, vendo-se crianças na companhia dos pais participando dos festejos implementados pela comunidade ou usando-a como espaço lúdico para brincadeiras como jogo de gude, soltar papagaio, jogar pião, futebol com os colegas da escola. Se veem também na juventude, passeando e encontrando amigos, flertando com as moças, especialmente na época dos arraiais e dos festejos de São Benedito.

A praça era na minha época, um dos lugares mais frequentado do bairro, onde havia grande movimentação, nossos amigos sempre estavam por lá, era um tempo bom que deixou muita saudade, dos amigos, dos encontros, enfim do que a gente viveu (SV).

É comum as pessoas idosas se comoverem ou se enternecerem ao reunir fatos e lembranças de amigos, lugares, ruas e praças que guardam na memória. Assim, o lugar da praça na memória dos idosos abordados é espaço de experiências antigas no campo das interações sociais, narradas com a intensidade de quem deseja descortinar o passado e trazer de volta as recordações da infância e da juventude e deixar essas lembranças fluírem revigorantes sobre o hoje vivido. “O acúmulo das experiências dos anos não evita o saudosismo ou aquele “murmúrio de memórias” que relata o tempo que passou [...] uma saudade indefinível dos que se foram antes, uma inquietude interior”, observa Carrara (2007, p. 2).

Nessa linha de reflexão, Pinheiro (2015, p. 25), observa que:

O velho vivencia o mundo a partir das ações que presenciou e presencia a sua volta. O espaço relatado pelo velho que carrega na sua memória a vivência de diversas maneiras o lugar. O espaço vivido é experienciado por quem o habita, o lugar pode ser percebido por sua forma, seu cheiro, seu barulho.

Essas questões são discutidas nas partes seguintes do estudo, onde se expõe-se o diálogo franco e aberto com os idosos do bairro Praça 14 de Janeiro, que se tornaram parceiros nessa jornada acadêmica, fornecendo valiosas

informações sobre a Praça, objeto de estudo desta dissertação. A conduta da pesquisadora na direção dos trabalhos foi de total imparcialidade, permitindo que os idosos seguissem naturalmente a linha de seu pensamento com relação às suas experiências dentro do foco investigado. O que se desejou foi, como diz Palma (2012), não ser uma arqueóloga vasculhando por memórias, mas uma descobridora de lembranças trancafiadas no seio das intimidades dos participantes.

Dentro dessa intencionalidade, mostra-se, portanto, os resultados e análises das informações colhidas em campo, procurando dar um significado mais amplo à problemática levantada, incorporando-a a outros conhecimentos. Respeitando os aspectos éticos e legais da situação e com a finalidade de preservar as identidades dos participantes, estes são tratados no estudo pelas letras iniciais de seus nomes.

3.4 O passado revivido: a Praça 14 de Janeiro na memória dos idosos

3.4.1 Perfil dos participantes

Quadro: 2: Perfil dos participantes

Participantes do estudo			
Identificação	Idade	Sexo	Informações adicionais
SV	83 anos	Feminino	Nascida e criada no bairro da Praça 14 de Janeiro e baiana da Escola de Samba Vitória Régia. Gosta de cuidar do jardim que mantém em sua casa. Mostrou-se bastante satisfeita em participar do estudo, sentindo-se com isso valorizada e orgulhosa por poder falar do bairro, onde viveu a vida toda.
LV	70 anos	Feminino	Moradora antiga do bairro Praça 14 de Janeiro. Com muita simpatia concordou em participar do estudo por achar importante não só ouvir a pessoa idosa que segundo ela tem muita coisa para passar aos mais jovens, além de poder também resgatar a história do bairro e da praça.
MM	73 anos	Feminino	Reside no bairro há muito tempo. Disse sentir-se lisonjeada em participar da pesquisa que ela considera fundamental, pois entende que as praças, com o tempo, foram perdendo o encanto.
PN	65 anos	Masculino	Educadamente respondeu a todas as questões, pois entende como importante as pesquisas sobre os idosos e sobre a praças em geral, especialmente porque estes logradouros, nos últimos tempos encontram-se desprovidas do papel que tinham no passado.
CS	70 anos	Masculino	Gentilmente respondeu a todas as questões, considerando importante o resgate histórico da Praça 14 de Janeiro. Residindo no bairro desde que nasceu, considera este espaço como local onde sua vida encontra-se totalmente entrelaçada.
BL	74 anos	Feminino	Nascida e criada no bairro, ficou comovida por participar

			do estudo e disse achar importante conversar sobre lembranças do passado envolvendo a Praça 14 de Janeiro, da qual guarda muitas memórias.
VB	68 anos	Feminino	Nascida e criada no bairro, demonstrou muito interesse em participar do estudo, pois tanto o bairro como a praça fazem parte de sua vida e a pesquisa dava a ela oportunidade de reviver acontecimentos importantes de sua juventude.

Fonte: Líbna Nascimento (2021)

Os dados constantes no quadro mostram que o grupo de informantes foi composto por antigos moradores do bairro Praça 14 de Janeiro, logo conhecedores da vida social e da história da praça e detentores de lembranças de muitos momentos nela vivenciados, que permanecem vivos em suas memórias, sobre os quais se manifestam de forma singular no estudo, deixando claro que suas lembranças representam uma reconstrução histórica, uma contribuição para o registro de acontecimentos significativos da Praça 14 de Janeiro.

3.4.2 Os questionamentos

3.4.2.1 Os espaços públicos e suas transformações na atualidade: um olhar sobre a cidade de Manaus

O diálogo teve início pedindo aos idosos que opinassem a respeito das condições/transformações dos espaços na atualidade, especialmente na cidade de Manaus e eles se posicionaram dizendo:

“Muitos espaços foram abandonados, o governo não cuida da cidade, não tem segurança. Antigamente podíamos levar as crianças nas praças. Hoje, não podemos mais, nem nós mesmos podemos ir, temos que ficar em casa, por causa da insegurança. Eu tenho medo de ser assaltada. Muita coisa mudou, mas não foi pra melhor” (SV)

“Hoje não tem mais gente nos espaços públicos [...] antigamente não era assim, a cidade cresceu. Quando eu era mais nova, antes de casar e vir morar em Manaus, onde vivo há 52 anos. Sempre vivendo no bairro da Praça 14 de Janeiro. Mas depois tudo foi mudando em muitos lugares da cidade. Perdemos alguns espaços público, mas outros permaneceram, mas tem que cuidar deles” (LV)

“Os espaços públicos como ruas, avenidas, praças, parques e jardins, ao longo de suas existências tem passado por grandes transformações, alguns até deixaram de existir. Os espaços

públicos manauara mudaram muito ultimamente, passaram a ser usados por usuários de drogas, ocupados por pedintes, por moradores de ruas e etc. O poder público não tem tido o devido cuidado com estes espaços” (MM).

“Pelo meu pouco conhecimento, acho que muita coisa mudou, a cidade cresceu e alguns espaços públicos foram desaparecendo, outros transformados e outros foram abandonados. Um espaço público que eu gosto muito é o Parque Jefferson Perez, lá a gente pode caminhar, tomar um suco, uma água de coco, conversar, lá tem segurança. Com a pandemia ele foi fechado, mas agora já abriu, com horário diferente e não pode ter aglomeração. Existia uma quadra no bairro da Praça 14 de Janeiro, formada pelas ruas Emílio Moreira, Japurá, Jonathas Pedrosa e Tarumã, essa quadra era um espaço de lazer, no cruzamento da Emílio Moreira com a Tarumã ficava o mercado municipal do bairro. Na década de 1950, segundo recordo, a igreja católica recebeu parte do terreno, foi doação, localizado na Praça 14 de Janeiro para construção da Igreja Nossa Senhora de Fátima, passado algumas décadas um governador populista, cedeu parte do espaço da Praça 14 de Janeiro para a construção da quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Vitória Régia, ocupando boa parte do espaço que era dedicado ao lazer das crianças. A população acabou perdendo espaço para o lazer e recreação. Em outubro de 2008 a comunidade recebeu uma quadra esportiva” (CS)

“Eu acho que nas décadas de 1970 e 1980 os espaços públicos eram mais bem cuidados, não sei se foi porque a cidade cresceu e que os governos não cuidaram bem dos bairros, das ruas, das praças. Sabe, hoje tem muita rua esburacada e as calçadas também, tem umas que o pedestre não pode andar porque os carros estão estacionados nelas, tem outras que os comerciantes colocam suas coisas nelas, suas mercadorias, aí não dá pra gente passar (PN)

“Os lugares públicos, atualmente estão diferentes do que eram antigamente. Na praça 14 de Janeiro, antigamente, havia um lanche chamado Zizas, onde nós sempre íamos, eu particularmente comia um sanduiche chamado “zizquente”, era delicioso, eu gostava muito, também ficava passeando com as amigas ou conversando na praça. Hoje não se pode mais fazer isso, muita insegurança. Seria bom que se cuidasse mais das praças, das ruas, que olhassem a cidade de Manaus com mais carinho e dos seus espaços públicos que estão abandonados” (BL).

“Eu acho que hoje em dia eles estão um pouco abandonados, estão sujos e sem segurança, diferente de como era antes.

Aqui na Praça 14 de Janeiro, na minha infância e adolescência, era muito bom, a gente brincava de amarelinha, de esconde, esconde, de manja, tinha um espaço bom. Aqui na rua de casa, o meu pai colocava um banco grande e a gente ficava à noite conversando, isso são lembranças boas” (VB).

Analisando os comentários dos idosos, percebe-se que são unânimes em afirmar que os espaços públicos na atualidade, especialmente na cidade de Manaus passam por transformações; muitos encontram-se vandalizados, abandonados, esvaziados da presença de pessoas, sujos e sem segurança, ocupados por usuários de drogas, sem o devido cuidado do poder público.

De acordo com as proposições de Santos (2016, p. 2), quando se percebe um espaço público abandonado, têm-se a sensação de que se está diante de um local deteriorado, desinteressante sobre o qual não existe a preocupação com o cuidado. Essa situação tem consequência: deixa-se de criar o vínculo com o espaço em questão. “Essa falta de vínculo com o espaço, faz com que anulemos a convivência, acabamos presumindo que aquela área é uma “área sem lei”, que naquele lugar não existem normas ou regras, ou se existem, são todas violadas”. Assinala a autora, que seguindo em sua análise, comenta a intrigante experiência desenvolvida na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos sobre a questão.

A Universidade de Stanford (Estados Unidos), realizou uma intrigante experiência psicossocial: ao deixar dois carros idênticos, da mesma marca, modelo e cor, abandonados; um no Bronx, zona pobre e conflituosa de Nova Iorque e o outro em Palo Alto, zona rica e tranquila da Califórnia. O resultado do carro localizado no Bronx, em poucas horas começou a ser vandalizado. As rodas foram roubadas, o motor, os espelhos, o rádio. Tudo o que fosse aproveitável, levaram e o que não puderam, destruíram. Enquanto carro abandonado em Palo Alto manteve sua integridade inalterada (SANTOS, 2016, p. 2).

A experiência prosseguiu, com o carro abandonado no Bronx totalmente desfeito, e o carro de Palo Alto, em condições impecáveis. Os pesquisadores então quebraram o vidro do automóvel que se encontra em ótimo estado e o que veio a seguir foi o roubo, a violência, o vandalismo, ou seja, o carro de Palo Alto ficou na mesma condição do carro depredado no bairro pobre. Essa situação desencadeou um questionamento sobre o motivo do vidro quebrado no carro abandonado, em um

bairro aparentemente seguro, ter sido capaz de desencadear um processo delituoso (PELLEGRINI, 2021).

A pobreza, neste caso, foi descartada e se constatou que a situação tinha algo com o comportamento humano e com as relações sociais chegando-se à conclusão de que um vidro quebrado transmite ideia de deterioração, de desinteresse, de despreocupação e provoca a quebra dos códigos de convivência e fazendo supor que a lei se encontra ausente, que naquele local não existem normas ou regras e cada ataque depredador reafirma e multiplica a ideia de descaso (PELLEGRINI, 2021).

Baseada nesta experiência foi desenvolvida, por James Q. Wilson e George L. Kelling, a 'Teoria das Janelas Quebradas', que trata da estratégia de resultado para prevenir o vandalismo, sugerindo que os problemas sejam resolvidos quando ainda são pequenos, de maneira que a manutenção dos espaços seja uma ocorrência frequente (SANTOS, 2016).

Assim, se um edifício tem as janelas quebradas e se estas não forem imediatamente reparadas, a tendência é que os vândalos depredem ainda mais janelas. O mesmo acontece quando se joga lixo em uma calçada, quando se depreda uma praça, se não houver nenhuma providência, a situação vai piorando, o lixo vai se acumulando no local. Logo, consertar o que foi depredado e limpar rapidamente as calçadas, revitalizar as praças faz com que os espaços públicos permaneçam organizados.

Na Europa, em cidades como Barcelona, Madri, Lisboa, a cidade do Porto encontramos uma característica similar ao citado na "Teoria das Janelas Quebradas", o poder público adota a estratégia da manutenção constante do mobiliário público. Antes, havia um número crescente de depredações dos pontos de ônibus e conseqüentemente, esses espaços acabavam se destacando de maneira negativa para o público. A solução encontrada foi criar equipamentos de mobiliário público, modulares, bonitos, práticos e funcionais, que facilitem a manutenção e reposição de peças que, por ventura, estejam danificadas. Tão importante quanto adotar o uso de peças de fácil reposição, foi aderir a manutenção regular constante dos espaços. Dessa maneira, quanto mais organizado o espaço se encontra, menos depredação haverá, já que este não estará em estado de abandono (SANTOS, 2016, p. 2).

No Brasil, situações de abandono e vandalismo dos espaços públicos é também uma realidade. É comum observar praças, parques e ruas em situação de total desleixo que afeta desde o paisagismo (árvores sem poda), até a falta de iluminação, em decorrência da não reposição das lâmpadas queimada e calçadas quebradas, situação que contribui para a sensação de insegurança, inibindo os vínculos com os espaços que os tornam mais sociais e agregadores de sentimento e alma à cidade (SANTOS, 2016).

3.4.2.2 Falando sobre a forma de uso das praças

Interpelados sobre como faziam uso das praças ou como se apropriavam desses espaços, os participantes da pesquisa responderam afirmando:

“Eu usava para passeio, as vezes para merendar, tem praça que vende comida gostosa, para levar as crianças para se distraírem. Toda criança gosta de praça, pois nela elas têm um pouco de liberdade para brincar” (SV).

“Quando meus filhos eram crianças, eu levava eles para brincarem, para se divertirem. Naquela época as praças tinham parque de diversão, tinham brinquedos como escorregador, balanço, gangorra; tinha arraial, quermesse, bingo. A gente ia para praça até mesmo para apreciar o movimento, encontrar amigos, conversar, comer. Era o lugar da diversão e brincadeira deles. Naquela época, apesar da praça ser aberta, tinha segurança, não tinha perigo. Era um lugar que outros pais levavam seus filhos, era seguro. Até antes da pandemia, eu fui com meu neto, levar meu bisneto pra brincar no pula-pula, mas a gente paga pra criança brincar e tem que ficar olhando com atenção porque a praça não é mais segura” (LV).

“Antigamente eu fazia visitas as praças com meus alunos da pré-escola, às vezes fazíamos pique nique, também passeava pelas praças com meus filhos. Hoje, infelizmente não se pode mais fazer isso, pois a violência cresceu. Fazíamos desfile cívico escolar com nossos alunos nas praças, porém, hoje, já não é tão seguro fazermos isso. Até 2019, eu e um grupo de pessoas, íamos as praças fazer culto ao ar livre. A praça sempre foi um lugar de encontro, de lazer, lugar que levava meus filhos para brincar” (MM).

“Quando eu era mais jovem, ia para as praças para brincar, para observar as moças e até para namorar. Depois, que eu casei, passei a levar meus filhos para brincarem nas praças.

Hoje são poucas as praças que podemos ir com segurança, é difícil levar meu neto em qualquer praça” (CS).

“Eu sempre costumava passear nas praças do centro para observar o movimento, merendar e conversar com amigos. As praças às vezes servem até de refúgio para a gente pensar na vida. Costumava fazer isso quando era mais jovem” (PN).

“Quando era jovem as praças eram para mim locais de encontro com os amigos, de gente passeando, rindo, se divertindo. Atualmente eu não faço uso e nem me apropriado de espaços públicos” (BL).

“Eu gosto das praças para sentar em um banco, relaxar, apreciar o movimento, o vai-e-vem das pessoas. Eu gosto muito da Praça São Sebastião, gosto muito de ir lá, as vezes de passear e levar meus netos para brincar. As crianças hoje precisam de espaços para brincar e as praças ainda oferecem condição de brincar” (VB).

Os idosos, portanto, em tempos outros, mantinham uma relação de convivência mais ativa e intensa com as praças, seja para encontrar amigos, seja para observar o movimento das pessoas, namorar, merendar, fazer piquenique com alunos, para refugiar-se e pensar na vida, para relaxar, mas principalmente, viam este logradouro como espaço lúdico, para onde levavam os filhos – e agora os netos e bisnetos – para brincar.

As praças, desde tempos mais remotos são vistas como um espaço de transmissão de conhecimento e cultura e com grande potencial recreativo e educativo. Enquanto local aglutinador de diversos grupos e pessoas, as praças ajudam descobrir da memória, histórias e culturas locais. Para ela convergem as pessoas para o lazer, jogar dominó, comercializar produtos, trocar ideias, promover encontros românticos, enfim para o desempenho da vida ao ar livre. Logo, a praça permite o exercício da cidadania, pois tudo que nela se discute ou se expressa pode representar uma oportunidade de reflexão e de descoberta (GUIMARÃES, 2007).

Considerada como um dos espaços públicos mais expostos no âmbito urbano, as praças sofreram no decorrer do tempo muitas transformações. Na modernidade as praças privilegiam o lazer contemplativo, o lazer esportivo, com o surgimento de equipamentos, quadras esportivas e a recreação infantil, com a implantação de playgrounds e brinquedos infantis. Nos últimos tempos não são

considerados locais seguros e por vezes são usadas para atos ilícitos, uma condição que vem impedindo a vivência coletiva de pessoas e crianças nesses espaços (GUIMARÃES, 2007; LUZ, e KUHNNEN, 2013).

Transferindo a situação para a Praça 14 de Janeiro, esse espaço público também foi afetado pelas transformações provocadas pela modernidade na paisagem urbana cujos cenários antigos acabam ficando apenas nas lembranças e na memória de antigos moradores da localidade. Na década de 1970 e início de 1980, por exemplo, era comum observar jovens casais de namorados nos fundos ou na lateral da Igreja Nossa Senhora de Fátima. Esse clima de romance ali estabelecido, ocorria aos sábados e domingos após as missas. Muitos desses namoros eram oficializados e era possível ver estes casais na igreja, assistindo as missas e pode-se até dizer que algumas famílias surgiram desses “namoricos” iniciados no entorno da igreja e isso se comprova com o depoimento de uma das idosas que disse: “Muita gente do nosso tempo conheceu marido ou esposa na praça (riso) Era na praça que os amores floriam. Hoje as praças perderam essa coisa de reunir pessoas. Ninguém mais vai para a praça namorar, passear, se divertir”. (MM).

De fato, nos dias de hoje não se vê mais, como antigamente, namoros na praça nem estudantes, que eram frequentadores assíduos do local, circulando pelos arredores da igreja e da praça e nem crianças brincando nos entornos ao redor. Até o início do ano 2020, ainda era possível observar comerciantes fazendo negociação de compra e venda de carros na esquina da rua Emílio Moreira com Avenida Tarumã. Nesses momentos, a praça transformava-se em um escritório a céu aberto, em um mercado de compra e venda de automóveis. Aparentemente o negócio era rentável, pois havia um movimento muito grande de pessoas interessadas nessas negociações.

Outro fato interessante era que, de forma não muito velada, até por volta de 2019, era possível ouvir falar da hora oficial da maconha, na Praça 14 de Janeiro, no horário das 10h e 40min, no período da manhã e no horário das 16h e 40min, no período da tarde. Algumas pessoas se reuniam para consumir drogas e isso ocorria

sem a menor constrangimento e sem repreensão, pois não havia policiamento na praça.

Hoje esses acontecimentos fazem parte do passado da Praça 14 de Janeiro e o uso desse espaço limitou-se às pessoas que frequentam a igreja para assistir missão ou outro evento religioso. Mas a praça se mantém na memória dos antigos moradores como espaço importante de sua vida social em outros tempos.

3.4.2.3 O discurso sobre as praças e sua importância para a preservação de traços e vestígios da memória social

Ao serem questionados sobre a importância das praças como espaços garantidores da preservação de traços e vestígios da memória social, os participantes expressaram-se dizendo:

“Sim, as praças são importantes, mas não cuidam delas, antigamente elas eram bonitas. Esses meninos de hoje não conhecem as praças, só querem ficar no celular. Eles têm que conhecer as nossas coisas, o nosso bairro. Antigamente, nos dias de domingo, íamos as praças, tinha praça que tinha coreto, acabou tudo isso, íamos conversar, fazer um passeio, levar as crianças. As praças deviam ser valorizadas. Olha a praça do nosso bairro, ela é o berço do samba, acho que é uma das mais antigas da cidade. Mas as pessoas não dão importância para isso. Só é lembrada no dia do seu aniversário” (SV).

“Eu acho que sim, porque elas sempre trazem lembranças importantes para os moradores. A praça 14 é muito importante para nós e para a cidade. Tem o Santuário de Fátima, a Quadra da Escola de Samba Vitória Regia. Antigamente, no dia de hoje tinha muita festa, quermesse, bingo de boi, reza, ladainha. Era um momento que reunia muita gente, principalmente os devotos de Fátima, Manaus toda sabia que havia festa no bairro, na Praça 14. Lembro também que quando criança, aos domingos, a gente sempre passava na Praça da Matriz, tinha viveiro, tinha uns animais e umas plantas, tinha peixes, lembro bem do peixe boi e do pirarucu, tinha aves também. Até a época que meus filhos eram criança ainda tinha isso na Praça da Matriz. Isso são memórias boas de guardar” (LV).

“Sim. As praças Públicas são importantes, olha a Praça 14 de Janeiro, já foi muito importante para a cidade de Manaus, hoje

ela perdeu muito de sua importância, por isso é preciso fazer um resgate de sua importância. Ela fica localizada no tradicional bairro da Praça 14 de Janeiro, que é um dos bairros tradicionais de Manaus. Mas acho que devido ao crescimento da população, da insegurança, do desenvolvimento de novas tecnologias, as pessoas não fazem mais questão de estarem nas praças, as que podem ficam em seus condomínios fechados, ou nos shopping centers. O medo da violência faz com que as pessoas se distanciem das praças. Nas praças onde há policiamento, a população se sente mais segura, é preciso oferecer segurança à população e preservar os traço e vestígios da memória social” (MM)

“Com certeza absoluta. Em todos os países do mundo existem praças públicas. Hoje, resolveram a nível de Brasil, criar nas novas praças públicas a praça de alimentação, tirando da população o ar puro que se podia livremente respirar, restringindo também seu espaço. A praça é muito importante para garantir a memória social. A nossa praça é o berço do samba, mas não é só isso. Existem várias escolas públicas no bairro e essas escolas prestam um grande serviço à comunidade. A Praça 14 de Janeiro, apesar de não está no centro histórico de Manaus, tem importância histórica, é uma praça antiga e deveria ter seu passado resgatado. Tem uma praça que marcou a minha vida, é a Praça da Polícia, não lembro o nome dela agora, fica no centro, lá aos domingos as famílias iam passear de tarde, tinha um coreto, ainda tem, onde a banda marcial da polícia militar tocava, era muito bonito. Eu gostava de ir para lá. Ah! Já estava esquecendo, tinha a Praça da Matriz, que era o cartão postal da cidade, quem chegava de barco podia ver nossa catedral, do lado dela tinha um zoológico, não sei se era bem um zoológico, mas lá tinha animais, aves e plantas e podíamos visitar, lá tinha peixe-boi. Eu não sei porque fecharam” (CS).

“Com certeza são muito importantes, elas ficam na memória do povo, elas embelezam a cidades, elas são lugares de encontro, de boa conversa. A Praça 14 de Janeiro é uma praça tradicional, fica localizada num dos bairros mais antigos de Manaus, no bairro Praça 14 de Janeiro, falar de Praça 14 de Janeiro é falar de memórias, de tradições, de cultura. Ela é muito importante (PN).

“Eu acredito que são importantes sim. Eu acho que a Praça 14 de Janeiro representa muita coisa porque o bairro Praça 14 de Janeiro é um dois mais antigos da cidade de Manaus e a Praça 14 de Janeiro também é antiga. Quando eu estudava no Grupo Escolar Teonila Pessoa, tinha ali os negros, que moravam na Rua Japurá, tinha a professora Sofia Soeiro, que era diretora do grupo escolar, tinha a mana Zefa que fazia o lanche da

escola, fazia nosso mingau, os filhos dela estudavam com a gente, tinha o mestre Antão, aquele povo todo que faz parte da história do bairro da Praça 14 de Janeiro. Tenho também boas lembranças da Praça da Polícia, de manhã cedo, todos os dias tinha desfile da Polícia Militar do Amazonas. Eu tenho lembranças também da Praça da Matriz, onde eu quando criança ia com meu pai e meus irmãos, ali nós tirávamos foto, tinha um senhor alto, branco, não lembro o nome dele, mas era Foto Caldas. A gente passeava ali, tinha um aviaquário, próximo da Praça da Matriz, tudo isso não existe mais. Então são traços que ficam na memória da gente, que eu gostaria que fosse preservado, principalmente o aviaquário. A pouco tempo eu fui lá e o que tinha? Tudo abandonado, tudo alagado por conta da cheia, a praça estava simplesmente abandonada” (BL).

“Sim, são, olha o caso da Praça 14 de Janeiro, ela é muito importante para o bairro, que é muito antigo e muito querido. A minha mãe nasceu aqui no bairro, a minha família nasceu aqui, é um bairro que eu gosto de mais, temos aqui no bairro o quilombo, que eu faço parte, eu acho que é muito importante para Manaus. A praça 14 de Janeiro é um centro cultural importante, temos aqui a nossa Vitória Régia, nossa escola de samba, nossa Praça 14 de Janeiro é muito importante. Tem também a praça da Matriz, onde trabalhei por mais de 30 anos vendendo comida. Quando chegamos lá não havia camelô, hoje a praça está jogada as traças, não tem ninguém que cuide, é muito roubo, muito assalto, muito pedinte e até morte. É um risco de vida trabalhar lá, é inseguro, quase ninguém quer ir para as praças. Nós estamos ainda lá porque precisamos, mas não é como antigamente. Um dia desse o prefeito reinaugurou a praça, mas ela está à mercê de ladrões, bandidos, é muito perigoso (VB).

Para esses idosos, as praças são espaço de preservação da memória social e dão como exemplo a Praça da Matriz, com seu viveiro de peixes, suas aves e plantas que aos domingos recebia famílias para visitaçãõ; a Praça da Polícia, hoje Praça Heliodoro Balbi, com seu coreto e banda da polícia militar, que abrigou e acolheu gerações, sem esquecer a Praça 14 de Janeiro, que tem muita história para contar, mas que precisa ser valorizada e, como disse um dos idosos, ter seu passado resgatado, pois se trata de uma praça antiga, com muitas tradições, berço do samba e local onde vive a maior comunidade negra de Manaus, o Quilombo Urbano de São Benedito.

Os depoimentos mostram que os idosos dão um sentido especial as praças antigas, que foram no passado bastante frequentadas pela população de Manaus. Na atualidade, o cenário acolhedor das praças desapareceu. Para alguns desses idosos, as praças de Manaus encontram-se abandonadas, tornaram-se locais perigosos de se visitar, carecem de segurança.

Exemplo disso é o que vem ocorrendo com a Praça XV de Novembro, conhecida como Praça da Matriz, vem sofrendo com as ações de vândalos que circulam pelo centro da cidade, sendo inclusive acusados de roubar utensílios do chafariz da praça, de origem escocesa e datado do final do século 19. A praça, considerada uma das mais bonitas e cartão postal da capital, em 2017 passou por processo de restauração e conservação, mas as depredações persistem, incidindo diretamente na qualidade desses espaços, na perda de suas funções, além de oferecerem riscos aos seus usuários (GOMES e MARTIN, 2017; SENA, 2018).

3.4.2.4 Considerações sobre a Praça 14 de Janeiro

Prosseguindo na conversação, solicitou-se que se posicionassem sobre a importância da Praça 14 como lugar de vivências antigas e atuais e suas respostas foram as seguintes:

“Eu nasci no bairro da Praça 14 de Janeiro, casei e continuei morando aqui, um bairro que tem a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, eu gostava das missas lá. Esta praça é muito importante para mim, é um lugar animado, já foi muito mais animado, com a sua Escola de Samba da Vitória Régia, eu sou baiana da escola, eu participava da ala das baianas, mas agora não tem carnaval” (SV).

“Ah, é muito importante! Namorei muito nesta praça (riso). Casei e como tive quatro filhos, não podia ir pra muito longe com quatro crianças, a Praça 14 fica perto da minha casa, então eu levava meus filhos pra brincar lá com outras crianças também, nos sábados ou domingos, era o lugar da diversão e brincadeira deles. Naquela época, tinha segurança, não tinha perigo. Era um lugar que outros pais levavam seus filhos, era seguro. Até antes da pandemia, eu fui com meu neto, levar meu bisneto pra brincar no pula-pula, mas a gente paga pra criança brincar e tem que ficar olhando com atenção porque a praça não é mais segura” (LV).

“Nasci e moro no bairro da Praça 14 de Janeiro há 73 anos. A Praça 14 de Janeiro é o lugar das minhas boas memórias, lá em brincava com meus irmãos, lá eu fazia novos amigos, lá eu levava meus filhos para brincarem” (MM).

“É muito importante na ordem sentimental porque pude levar meus filhos para brincarem na Praça 14 de Janeiro, respirar ar puro, quando o ar era puro. Hoje respiramos muito monóxido de carbono na cidade toda” (CS).

“Ela é muito importante na minha vida, traz muitas recordações! Recordo de coisas do passado e do presente. Lá a gente pode fazer um passeio, se bem que agora, a principal parte dela, sua frente o padre fechou com grandes, mais quando tem coisas da igreja ele abre e a gente pode entrar e participar” (PN).

“Sua importância acontece pelas lembranças da minha infância, da minha juventude, muita lembrança boa, muito importante na minha vida. Na minha opinião, esse é o melhor bairro para se viver. Sinto orgulho de viver aqui” (BL).

“Essa praça faz parte da minha vida. Antigamente eu era mais presente na Praça 14 de Janeiro, eu também participava das atividades do quilombo, mas hoje é mais difícil de participar, teve essa pandemia, eu já ia pouco e com a pandemia eu vou menos ainda; eu vou mais na igreja, eu frequento a Igreja Nossa Senhora de Fátima, faço parte da liturgia, sou congregada lá. Isso é muito importante pra mim, nos domingos eu participo de reuniões, eu participo das missas, eu estou muito integrada nas atividades da igreja, na comunidade. Apesar de não frequentar muito a Praça 14 de Janeiro ela é muito importante para mim, faz parte da minha história de vida” (VB).

As falas desses idosos deixam claro que a Praça 14 de Janeiro tem grande significado, pois foi espaço para suas vivências juvenis, suas experiências religiosas e culturais e ainda hoje, findo os anos de juventude, permanecem ligados sentimentalmente com este espaço, elegendo-o como parte de seu passado e procurando manter com ele as mesmas interações sociais.

Conforme Persi (2014, p. 203), intensa é a ligação entre os indivíduos e os lugares, com seus patrimônios culturais e as emoções que eles provocam. “Quando o sentir é comunicado e compartilhado, o isolamento individual se rompe e o homem

se une ao universo, utilizando e organizando os espaços humanos e os contextos ambientais”, assinala a autora comentando também que:

Os lugares são como as pessoas: é a emoção que nos faz descobri-los. Se deseja um lugar como se deseja um ser amado... É possível, literalmente, apaixonar-se por um lugar. E porque os lugares recolhem as nossas memórias e os nossos desejos profundos, podemos dizer que se viaja para descobrir a própria geografia interior” (PERSI, 2014, p. 216).

As praças são lugares especiais por serem espaços carregados de símbolos, de transformações históricas e socioculturais. As praças, como mostram as diversas abordagens que tratam da questão, são espaço público com a função de acolher as classes sociais para suas manifestações públicas, local de usufruição da comunidade, espaço de encontro da vida cotidiana, tecido urbano de expressão das reações sociais e onde a cidadania é uma conquista. Nas observações de Alvarez (2008, p. 48):

É na praça que se dão simultaneamente, processos de identidade e alteridade, se potencializam racionalidades não hegemônicas, cotidianas e comunicativas. O contato interpessoal estabelece uma racionalidade intersubjetiva que não exclui, no processo, a emoção, ainda que mediada pelos filtros socioculturais introjetados em cada interlocutor.

Nesta ótica, as praças representam as espacialidades do cotidiano, mostram sua capacidade de assimilação e transformação das racionalidades hegemônicas pelas populações, que garantem sua sobrevivência cotidiana; áreas que são ocupadas sobretudo pela população de baixa renda, uma vez que estes locais quase nunca são apropriados ou vivenciados pela classe mais abastada, que têm como centro de lazer os shoppings, os bares, boates, entre outros (BARROS, 2006).

3.4.2.5 Examinando as lembranças marcantes da Praça 14 de Janeiro

Indagou-se dos participantes da pesquisa, o que lhes vinha à mente quando evocavam suas lembranças envolvendo a Praça 14 de Janeiro e eles se posicionaram dizendo:

“Eu me lembro dos moradores antigos, muitos deles já faleceram, eu ia pra Praça 14 de Janeiro e encontrava com eles, conversava com eles” (SV).

“Eu lembro de muitas coisas, por exemplo, teve um ano que no dia do aniversário do bairro da Praça 14 de Janeiro a banda marcial da polícia militar, tocou os parabéns para a praça, a meia noite teve uma salva de fogos e em seguida a escola de samba Vitória Regia, desfilou com seus brincantes e moradores pelas ruas do bairro. A Praça 14 de Janeiro é lugar de boas lembranças, mas precisa ser cuidada pelo prefeito” (LV).

“Eu me lembro da primeira igreja católica construída de madeira, localizada na rua Jonathas Pedrosa, quando as cinco horas da manhã, dona Sofia Soeiro do Nascimento, tocava o sino, chamando os fies para a missa. Me lembro dos arraiais, das festas juninas, do novenário de Fátima, do concurso de Boneca Viva para levantar fundos pra a construção da igreja de alvenaria. Lembro também do parquinho, da roda gigante, do circo, do encontro dos bois rivais Corre-Campo e Caprichoso, havia rivalidade entre eles, meu pai foi catirina do boi Caprichoso e um dia ele foi ferido com um golpe de punhal, felizmente o corte não foi profundo. Lembro ainda que na Praça 14 de Janeiro, na Avenida Tarumã e Rua Emilio Moreira, na esquina, ficava o mercado do bairro, as famílias faziam compras lá, era possível comprar carnes dos magarafes” (MM).

“Eu me lembro do futebol que se jogava à tarde. Eu lembro que os comerciantes do bairro faziam na Praça 14 de Janeiro competições entre crianças e jovens, havia corrida pedestre, corrida de ciclista e campeonato de futebol” (CS).

“Na época da minha infância lembro de um parquinho o Parque 3000 e dos circos que ficavam na frente da igreja de Nossa Senhora de Fatima, ou ao lado, onde antigamente ficava o Zizas Lanche. A gente brincava de bola, de futebol, quando a gente saía do grupo escolar, de cemitério⁹, quem deixava a bola cair estava morto” (PN).

“Eu lembro dos meus estudos primários. Houve uma época que teve um conflito entre as pessoas do bairro por causa da direção do Grupo Escolar Luízinha Nascimento, isso aconteceu na Praça 14 de Janeiro, uns queriam a professora Sofia como

⁹Brincadeira antiga, também chamada de Queimada formada por duas equipes. Cada equipe possui seu cemitério. Os brincantes de uma das equipes chegam na fronteira (uma linha traçada no meio do campo) e atiram a bola, que se acertar em uma criança da outra equipe, esta irá para o cemitério. Ganha o jogo a equipe que mandar mais adversários para o cemitério. A bola é atirada com a mão (BIOMANIA, 2021).

diretora e outros queriam a professora Almerinda. Isso é uma coisa que vem sempre na minha lembrança. Quem acabou assumindo a direção do grupo escolar foi a professora Sofia Soeiro” (BL).

Verifica-se que muitas são as reminiscências dos participantes com relação a Praça 14 de Janeiro. Lembranças de amigos que já morreram, dos antigos aniversários da praça com a banda da polícia militar, salva de fogos e desfile da escola de samba; lembrança da primeira igreja católica construída de madeira, do sino que tocava pela manhã chamando os fiéis para a missa, dos arraiais, das festas juninas, do novenário de Fátima, do concurso de Boneca Viva para levantar fundo para construir a nova igreja de alvenaria, do encontro dos bois-bumbás rivais, do futebol que acontecia todas as tardes, das competições entre crianças, das corridas pedestres e de ciclistas, do parque que ficava na frente da igreja, dos conflitos envolvendo duas professoras que disputavam a direção de um grupo escolar.

Enfim, de forma lúcida, os idosos revivem passagens da vida na praça, lembrando com certo saudosismo dos acontecimentos que ali presenciaram e vivenciaram recorrendo à memória, que segundo Bosi (1994), ainda que mínima não deixa para trás essas coisas como se fossem desnecessárias. Pelo contrário, desperta vontade de reviver, desperta o que passou do seu caráter transitório, fazendo com que o passado invada o presente para pôr em evidência histórias para recordar das pessoas que se perdeu, das conversas e das esperanças.

Com efeito, memória é lembrança, retenção de experiências vividas. E a pessoa idosa, mais do que outra pessoa trabalha com a memória, retrocedendo sempre a um passado, às vezes, muito distante, longínquo, que lhe traz conforto e prazer. Nos comentários de Fernandes e Oliveira (2020, p. 4):

Costumamos definir a memória como a capacidade de recordar o passado, revisitando as nossas experiências e lhes atribuindo um novo significado. Rememorar o vivido nos permite trazer à nossa consciência os mundos que ficaram obliterados. Nesse sentido, a memória se constitui como uma cadeia narrativa, na qual o ser humano reconstrói suas pegadas no mundo, compreende os trâmites de sua própria história e conscientiza-se da construção de sua identidade. Por isso, a memória é vista como um mecanismo no qual o homem se assenhora de si mesmo, assumindo o papel de narrador e protagonista, lançando mão de suas experiências e incorporando à sua narrativa também a experiência dos outros.

Dessa maneira, recordar acontecimentos que estão guardados na memória possibilita ao indivíduo reafirmar sua existência, ajudando-o também a reconhecer a si mesmo por meio das transformações vividas com a passagem do tempo. No caso dos idosos, esse elo com outros tempos, provoca neles certa alegria, pois vêm nisso uma chance de mostrar sua competência social. Diante de antigas lembranças, sua vida ganha propósito, suas referências de pertencimento se fortalecem, já não se sente mais deslocado do mundo dos significados sociais e nem fragmentado como sujeito (BOSI, 1998; STRECK e FRISON, 1999).

O fato é que, conforme Marinho (2016, p. 121) a memória possui relevante papel na vida das pessoas, pois é ela que permite a criação de vínculos e significados ao longo dos tempos. É a memória que busca a construção e o reconhecimento da identidade dos que viveram no passado; que faz o indivíduo perceber e sentir a noção de pertencimento e por meio dela construir significados a sua vida presente. “Se existe algo de valioso, de precioso e que podemos chamar de patrimônio pessoal [...], do qual todos devem zelar e preservar, é a história que estão inscritas nas lembranças, na memória de cada indivíduo”, assevera o autor, complementando que a memória é a ferramenta, o recurso, sem o qual seria impossível construir uma narrativa consistente e coerente, com o sentido de buscar a compreensão da existência humana cuja história se inscreve no tempo e na dinâmica do presente.

3.4.2.6 Relembrando acontecimentos históricos da Praça 14 de Janeiro

Questionados sobre se haviam testemunhado algum acontecimento histórico cultural importante ocorrido na praça, os idosos responderam dizendo:

“Sim. Quando a Vitória Régia tirava o primeiro lugar no carnaval, quando ela era campeã, sempre tinha uma grande festa. Nós moradores do bairro comemorávamos, seguindo a escola de samba desfilando pelas ruas dos bairros. A concentração era na Praça 14 de Janeiro. Ah! Lembrei de outra coisa, os comícios do Gilberto Mestrinho e do Plínio Coelho, me lembro até hoje, a Praça 14 ficava lotada, era muito bonito. Eles que abriram nossa rua. Quando o Gilberto era candidato, eu votava nele” (SV).

“Sim, shows, comícios. Vi o show do Fábio JR na Praça 14 de Janeiro, tinha gente do bairro lá e de outros bairros como Aparecida, Educandos, Morro Da Liberdade, Betânia, Crespo, Matinha. Vi o comício do ex-prefeito Jorge Teixeira, tinha muita gente lá. Eu lembro de um projeto da Rede Amazônica, chamado Praça Iluminada, que acontecia aos domingos e que trazia cantores do Brasil e de Manaus para fazerem shows, era muito animado, vinha gente de toda Manaus assistir” (LV).

“Testemunhei a inauguração do Colégio Luizinha Nascimento, hoje Escola Estadual Luizinha Nascimento. Naquele dia houve uma grande confusão, uma disputa pela direção da escola entre as duas professoras. Testemunhei a passagem do Papa João Paulo II (João de Deus), na Praça 14 de Janeiro, em julho de 1980, lá eu estava com meus alunos, todos fardados, todos com a bandeira do Brasil e balões brancos. Foi um dia de grande emoção. Testemunhei vários comícios, mas os comícios do Gilberto Mestrinho se destacavam, a multidão lotava a praça que naquela época era aberta, hoje, no entorno da igreja tudo está cercado com grades” (MM).

“Sim, um comício nos anos de 1970 e outros, mais este foi marcante porque um ex-governador, candidato ao senado pelo estado do Amazonas, no afã de angariar votos, chamou a professora, que era negra de “negra de alma branca”. A professora era mãe de um ativista do Movimento Alma Negra (MOAN), que lutava contra o preconceito racial. E no bairro da Praça 14 de Janeiro tínhamos um grande remanescente de afrodescendentes, inclusive hoje temos no bairro o segundo quilombo urbano do Brasil, o Quilombo de São Benedito, que todo ano é celebrado com festa religiosa, com procissão, danças, comidas” (CS).

“Sim, a inauguração da quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Vitória Régia. Antes a escola de samba não tinha uma quadra, ela se reunia na rua Jonathas Pedrosa, entre a rua Doutor Machado e rua Leonardo Malcher. Também vi a fundação de uma tribo folclórica, chamada Tribo Saterê Mauê, a Quadilha Aruama na Roça que se apresentou na Praça 14 de Janeiro, num festival folclórico. Testemunhei as festas de aniversário do bairro Praça 14 de Janeiro que ocorriam e ocorrem na Praça 14 de Janeiro, há meia-noite havia queima de fogos e a banda da polícia militar tocava os parabéns, em seguida a escola de samba Vitória Régia batucava e os moradores seguiam a escola de samba pelas principais ruas do bairro. Eu acho que este negócio de comemorar aniversário de bairro começou na Praça 14 de Janeiro” (PN).

“Um comício do Gilberto Mestrinho” (BL).

“A Praça Iluminada. Logo no início, quando começou eu gostava muito, eu participava muito, não tinha briga, confusão. Eu também participava de comícios, em época de eleição sempre tinha comícios na Praça 14 de Janeiro, lá a gente via alguns políticos como o Gilberto Mestrinho, o Plínio Coelho, o senador Fabio Lucena que tinha um discurso bonito, o Amazonino. A mamãe colocava a banca, a banca na praça nos dias de comício, ela gostava de vender nestes dias” (VB).

Uma das características das praças é que elas geralmente são espaços de acontecimentos culturais e políticos e quanto mais antiga, mais guardam histórias. Na Praça 14 de Janeiro, os idosos, destacam como manifestações históricas, e culturais, as festas de aniversário do bairro, desfile de escolas de samba pelas ruas principais no entorno da praça, Festa de São Benedito, projeto Praça Iluminada, que acontecia aos domingos, trazendo cantores de Manaus e de outros estados do Brasil e festivais folclóricos, e como acontecimentos políticos, citam os comícios de Gilberto Mestrinho, de Plínio Coelho, Amazonino Mendes, do ex-prefeito Jorge Teixeira e os discursos do senador Fabio Lucena, com um dos idosos fazendo referência a uma professora negra, mãe de um ativista do Movimento Alma Negra (MOAN). Este ativista era Nestor Nascimento, nascido em dezembro de 1947 e falecido em 2003. “Nestor Nascimento [...] deixou o legado de uma militância em defesa da causa dos negros”, assinala Rosa (2018, p. 51).

O Movimento Alma Negra (MOAN), fundado em 1979, foi a primeira organização direcionada às causas negras no Estado do Amazonas. Nela eram sistematizadas, formuladas e pautadas as causas de demandas do povo preto no estado, divulgar sua cultura, reivindicar seus direitos sociais, realizar atos públicos de pedidos de eleições diretas, discutir temas diversos como a fome, a miséria, o analfabetismo na sociedade amazonense e combater a prática de discriminação racial (ROSA, 2018).

Além disso o movimento promovia debate e divulgava a prática de capoeira com grupos e academias do segmento na cidade, e trabalhava para solidificar a valorização da religião dos povos tradicionais de terreiros e proporcionar aos seus sacerdotes, oportunidades de intercâmbio, participando também da comemoração da Festa de São Benedito (ROSA, 2018).

O bairro da Praça 14 de Janeiro, deu a uma de suas praças, o nome de Nestor Nascimento, que foi morador do bairro. A praça, que se localiza na esquina da Rua Afonso Pena com a Avenida Japurá, passou por processo de revitalização, no segundo semestre de 2021, ganhando novos bancos, paisagismo, mosaico e nova iluminação. Segundo o titular da Secretaria Municipal de Limpeza Pública (Semulsp), o trabalho de revitalização da Praça Nestor Nascimento representa “o resgate social da história de um grande homem, que morou nessa região e atuou de forma positiva em benefício da sociedade” (ALCÂNTARA, 2021).

3.4.2.7 Opinando sobre a praça 14 de Janeiro e as pessoas na atualidade

Questionados sobre se a relação das pessoas com a praça 14 na atualidade havia mudado, os idosos se posicionaram afirmando:

“Mudou muito, muito mesmo. Antigamente, as moças, as senhoras casadas vestiam seus melhores vestidos para ir à praça, as mulheres que tinham filhos também os levavam todos arrumadinhos. Hoje ninguém sabe quem é quem. Ninguém pode mais conversar na praça, pode ter ladrão solto, não tem segurança. Hoje, até nas casas a gente fica trancado, eu não abro a minha casa” (SV).

“Mudou sim, hoje não tem mais bancos nas praças, onde podíamos sentar e conversar com amigos, conhecidos, ficamos sem liberdade de usar as praças, por falta de segurança” (LV).

“Sim, mudou muito, até pela própria dinâmica da vida, as pessoas estão mais ocupadas, parece que não tem mais tempo para o lazer, para uma conversa. Tem praças que não oferecem condições aos usuários, não existem nem bancos e tem outras praças que em plena luz do dia dependentes químicos estão se drogando e ninguém toma uma providência. Hoje em dia as pessoas no final da tarde de sábado ou domingo não vestem suas melhores roupas para irem à praça, têm medo de serem roubadas” (CS).

“Mudou muito. As pessoas aproveitavam para se conhecerem nas praças, para iniciar uma paquerinha que podia se transformar num compromisso mais sério; tinha praça que dava até para jogar um futebol, hoje em dia não existe mais isso” (MM).

“Em parte mudou. Antes eu acho que as pessoas iam mais para as praças, elas sentavam nos bancos, conversavam, observavam a natureza, a arquitetura. Havia na praça barracas

vendendo comidas, aí a gente podia fazer uma merenda. Hoje as praças estão vazias, além do desinteresse pelas praças, há o medo da violência” (PN).

“Ah, mudou sim! Antigamente era comum as famílias indo passear na praça, os estudantes também. Hoje em dia simplesmente a família não vai mais à praça, não tem segurança” (BL).

“Sim, mudou e muito porque antigamente a gente ia para as praças conversar com os outros, os casais podiam namorar, podíamos levar as crianças para passear, jogávamos dama, dominó, baralho. Agora não tem nada disso, é um perigo, quando vamos as praças não podemos ficar até tarde porque é perigoso” (VB).

No entendimento dos desses idosos, a relação das pessoas com a Praça 14 de Janeiro na atualidade mudou e por diversos fatores. Para uns as praças, no geral, não oferecem estruturas para os usuários, como bancos para sentar; para outros, isso acontece porque as pessoas na modernidade não têm mais tempo para se dedicar ao lazer. Para a maioria, as praças não oferecem mais segurança para serem vivenciadas como antigamente, ou seja, o medo da violência urbana vem afastando as pessoas desses espaços públicos.

As praças, como citado anteriormente, de fato, estão deixando de ser espaços seguros para a visitação e o bem-estar coletivo. Suas condições de uso estão sendo prejudicadas pelo avanço da violência nas grandes cidades brasileiras, além de serem locais para consumo de drogas.

De acordo com as observações de Ali *et al.* (2020, p. 68), as pessoas têm o direito de experienciar os espaços públicos da cidade de forma plena, igualitária e saudável. Mas o medo da violência e dos crimes que vêm aumentando, influenciam no interesse das pessoas por esses locais. “Com o aumento da violência urbana, os espaços livres de uso público, principalmente aqueles sem qualidade e atrativos, estão sendo cada vez mais esquecidos pela população” comenta a autora, acrescentando que a sensação de insegurança e seus diversos fatores, é hoje uma das principais barreiras para a integração social nos espaços públicos, como as praças que cada vez mais deixam de ser espaços de sociabilidade.

Corroborando com esta assertiva, Duarte (2019, p. 37) comenta que embora os habitantes das cidades compartilhem ambientes e procurem viver em harmonia, os conflitos estão sempre presentes e os atos de violência são exemplos concretos do caos vivenciados pelos moradores. “Esses atos violentos marcam os espaços e constroem um mosaico de paisagens seguras e inseguras que permeiam a memória dos moradores”, avalia o autor.

Nas premissas de Bauman (2005, p. 33), a arquitetura do medo e da intimidação espalha-se pelos espaços públicos das cidades, a insegurança aumenta o medo e em meio a esse clima de insegurança estão destinadas a desaparecer das ruas e das praças, a espontaneidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, enfim, todos os atrativos da vida urbana. “A alternativa à insegurança não é a beatitude da tranquilidade, mas a maldição do tédio”, assevera o autor, complementando que vencer o medo talvez seja o maior dilema que arquitetos e planejadores têm de enfrentar, um dilema para o qual ainda não foi encontrada uma solução convincente e adequada.

Diante disso, resta a esperança de que o enfrentamento da violência, em diferentes contextos, seja abordado com seriedade, uma vez que se trata de um fenômeno silencioso, que atinge sobremaneira a rotina das pessoas, que passam a conviver com uma sensação de desconforto ante a possibilidade de ser a próxima vítima, situação que vem gerando cada vez mais o isolamento das pessoas.

3.4.2.8 As praças em tempo de pandemia e isolamento social

A respeito das praças nesses tempos de pandemia e isolamento social, os idosos avaliaram a situação sob a seguinte perspectiva:

“Tenho vontade de chorar quando falo nisso. A gente não pode sair, eu sinto falta, eu gosto de sair, gosto de andar, de falar com meus vizinhos, gosto de tomar tacacá na praça, de comer umas guloseimas. Só há silêncio e solidão nas praças” (SV).

“Eu não sei muito que dizer porque não estou saindo de casa, já tomei as duas doses da vacina, mas meus filhos dizem que é melhor que eu fique em casa. Mas as vezes eu vejo na televisão, no jornal, que algumas estão abandonadas, precisando de cuidados, acho que o prefeito devia cuidar delas

todas. A pandemia afastou todo mundo, as praças estão abandonadas” (LV).

“No momento as praças não estão recebendo as pessoas devido as recomendações da Organização Mundial da Saúde relacionadas a pandemia; eu gostaria que o poder público fizesse melhorias nas praças, principalmente na Praça 14 de Janeiro que está suja e abandonada” (MM).

“O que eu tenho a dizer é que as praças se esvaziaram de vez. O jeito é esperar que essa pandemia passe, que as praças sejam mais cuidadas e que a gente volte a frequentar as praças como antigamente” (CS).

“As praças ficaram vazias, a cidade ficou triste, nós tivemos que ficar em casa. Isso é muito triste, porque a gente tava acostumado com a rua, a gente gostava de ir pra lá e pra cá. O vírus mudou nossa rotina e nos afastou até mesmo de nossos parentes” (PN).

“Simplesmente as praças perderam seu valor. Com o isolamento social ninguém mais pode se reunir nas praças, se elas já estavam abandonadas antes da pandemia, com a falta de segurança, com a pandemia ficou pior a situação”. Eu espero que depois de tudo isso, a gente possa voltar às ruas, às praças, ter uma vida normal” (BL).

“Nesses tempos de pandemia, eu não frequentei quase nada, eu fiquei em casa; em primeiro lugar a praça que eu trabalhava ficou fechada, nós ficamos praticamente três meses sem trabalhar e eu como sou de idade, tenho idade de risco, aí mesmo que eu não fui, eu fiquei recolhida em minha casa e até hoje não tenho saído muito de casa” (VB).

Para esses idosos, nesse tempo de pandemia e com o isolamento social, as praças se esvaziaram, silenciaram, ficaram solitárias. Como disse um dos idosos: “A pandemia afastou todo mundo, as praças estão abandonadas”.

As primeiras notícias sobre a Covid-19 provocada pelo SARS-Cov-2 ou Novo Coronavírus começaram a aparecer no começo de 2020, mas rapidamente o vírus se espalhou pelo mundo todo, chegando ao Brasil em fevereiro do mesmo ano. Em sua escalada, a pandemia gerou repercussões tanto de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, como impactos sociais, econômicos, políticos e culturais, sem precedentes na história das epidemias (BONAVIDES, 2020; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2021).

Hábitos tiveram que ser rapidamente modificados. A saúde e a preservação da vida da população passaram a ser os interesses mais prevalentes e o cuidado com os grupos de maior risco como os idosos dobrou. As pessoas foram orientadas a ficar em casa e as cidades ficaram vazias, em *lockdown*, todos foram orientados a permanecerem em suas casas. O impacto gerado pela pandemia covid-19 provocou consequências profundas na vida, nos hábitos e comportamentos do cotidiano nas cidades, mudando a paisagem urbana (BONAVIDES, 2020; XIMENES e MAGLIO, 2020).

No estado do Amazonas, Manaus transformou-se no epicentro da pandemia, com a explosão repentina de contaminações e mortes, apresentando total esgotamento da rede pública hospitalar. A cidade parou, por conta de um *lockdown* imposto pelos governantes para conter a enorme contaminação que se espalhava por todo os espaços e evitar as mortes. Como na maioria das cidades brasileira, a população da região ficou sob restrição de circulação. Nos comentários de Endlich (2020), as transformações foram bastante profundas, com a normalidade se desvanecendo e o novo normal, que começou a ser esperado, era um completo desconhecido.

Os impactos da pandemia da covid-19, que mudaram radicalmente a dinâmica da vida urbana, geraram muitas indagações sobre a apropriação dos espaços públicos inseguros e esvaziados de pessoas. Nas argumentações de Ximenes e Maglio (2020) é preciso repensar as cidades fortalecer a vida urbana e com um novo olhar no seu planejamento; resgatar a dimensão humana das cidades para acomodar as pessoas em espaços públicos suficientes e projetados na escala do homem, de forma agradável, segura e sustentável, possibilitando o convívio social com atividades de lazer, cultura e esporte.

Para Ximenes *et al.* (2020), o grande desafio e a questão que se coloca é o de, vencida a pandemia, estimular novos paradigma, influenciando políticas públicas, estimular novos hábitos e opções sustentáveis que contribuam para tornar a cidade mais inclusiva, saudável e segura, com maior valorização das áreas verdes e espaços públicos, especialmente os abertos, destinados a inúmeras atividades.

Finalmente, a pandemia da covid-19 mudou a relação das pessoas com a cidade. Mas as praças permanecem sendo lugares que fazem parte da paisagem urbana. Ao fazer parte do cotidiano e da história das cidades, esses logradouros se transformam em lugares de valor simbólico para aqueles que a frequentaram um dia para passear, namorar, conhecer novas pessoas, comemorar. Nas premissas de Arantes (1995), nesse lugar comum, rotineiramente trilhado, vão sendo edificadas as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, ou ordenam as categorias e os grupos sociais em mútuas relações.

Nas premissas de Rocha (2003, p. 122):

Toda cidade deve ter sua praça, por menor que seja. É na praça ou nas praças, por ser um espaço público, que as pessoas transitam livremente, chegam e saem à hora que quiserem, sem que sejam molestadas, pois a praça é do povo. Lugar de ajuntamento, de passagem, de comércio informal, de discursos, de pregações religiosas, de apregoar virtudes de raízes e simpatias, do mendigo, do sem-teto. Lugar de todos. Lugar de ninguém. Praças são espaços vitais para o encontro, o lazer, a descontração, o alívio do stress, as manifestações políticas, sociais, religiosas e culturais.

As praças, portanto, são locais onde, segundo Magalhães (2013, p. 3), variados atores sociais tomam como espaço de realização de manifestações de múltiplas características, seja para expor reivindicações, seja para expressar opiniões políticas ou celebrar uma comemoração. “Diversos momentos significativos da história foram contados e cantados a plenos pulmões nas praças das cidades”, comenta o autor.

Em suma, como afirma Morán (2005, p.100):

Manifestarse significa esencialmente «salir a la calle», ocupar un espacio público que sea visible para el mayor número de personas posible, y desfilar por él. La idea de movimiento, de desplazamiento, es consustancial a la manifestación; y a ser posible debe hacerse por el espacio por excelencia [...] Los lugares concretos en donde se desarrollan las manifestaciones tienen también una gran importancia. Deben gozar de una gran visibilidad y, además, estar cargados con un fuerte contenido simbólico. De ahí la preferencia por «invadir» ciertas calles o plazas del centro histórico, así como por trasladar la celebración de muchas manifestaciones [...] a ciudades importantes, preferiblemente aquellas en las que se concentra el poder político [...] Congregarse, mostrarse juntos, ser protagonistas y participantes «en primera persona» son dimensiones constitutivas de la manifestación.

De ahí que participar en una de ellas sea una experiencia ciudadana única con una evidente función de aprendizaje. La importancia de «hacerse visible» explica que sea una de las prácticas de ciudadanía preferidas para aquellos grupos que luchan por su reconocimiento e inclusión dentro de la comunidad de ciudadanos¹⁰ [...].

Assim, tanto no passado como no presente, as praças em muitas ocasiões se transformam em espaços significativos para manifestação de eventos culturais e atos políticos. A modernidade, afirma Magalhães (2013) não esgotou esse repertório, embora se perceba um esvaziamento dessas concentrações nos últimos tempos, muito mais com por conta das restrições impostas pelo coronavírus.

Todavía, a vinculação afetiva com relação a estes espaços continua gerando um sentimento de identidade coletiva cuja referência espacial vai além do seu caráter físico: assume uma perspectiva social, perpassando por valores e simbologias. “Há um movimento dialógico entre os processos de identificação com os lugares, os significados atribuídos a eles e as relações de afeto que alimentam e são alimentadas por tal identificação”, argumenta Klein (2016, p. 47).

Sob este ponto de vista, a relação com as praças não significa apenas ocupação física, mas é também, especialmente uma forma ativa de atribuição de sentidos, porque como diz Klein (2016, p. 47): “Os afetos pelos lugares dão tonalidade às experiências de vida das pessoas, e fazem parte da constituição da identidade de lugar nos indivíduos”. Em outros termos, os espaços como as praças, afirma a autora, vão além da familiaridade, implica o sentimento de encontra-se entre os pares, de sentir-se seguro e de possui experiência sociais compartilhadas.

¹⁰**Tradução:** Manifestar-se significa essencialmente “sair para a rua”, ocupar um espaço público visível para o maior número de pessoas possível e desfilar por ele. A ideia de movimento, de deslocamento, é inerente à manifestação, e se possível, deve ser feito pelo espaço por excelência [...]. Os locais específicos onde as manifestações acontecem também são de grande importância. Devem ser bem visíveis e, além disso, carregados de forte conteúdo simbólico. Daí a preferência por “invadir” certas ruas ou praças do centro histórico, bem como transferir a celebração de muitas manifestações [...] para cidades importantes, de preferência aquelas em que se concentra o poder político [...]. Reunir-se, aparecer juntos, ser protagonistas e participantes “na primeira pessoa” são dimensões constitutivas da manifestação. Portanto, participar de um deles é uma experiência cidadã única com uma função óbvia de aprendizado. A importância de “tornar-se visível” explica porque é uma das práticas de cidadania preferidas dos grupos que lutam pelo seu reconhecimento e inclusão na comunidade de cidadãos [...].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar representação histórica, cultural, social e lúdica da Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus, particularmente a partir da memória dos idosos que a conheceram em um passado mais distante. Evidentemente que o desenvolvimento do estudo não ficou isento de dificuldades inerentes a qualquer trabalho dessa natureza porque, embora o ato de escrever seja uma aventura fascinante, é repleta de desafios, exige coragem para seguir em frente, mesmo sob o peso do cansaço das longas horas em busca da melhor palavra, da frase certa que vai materializar a ideia, do maior empenho para pôr o pensamento em ordem, para que o texto surja claro, objetivo

Assim, trilhar os caminhos sinuosos da pesquisa requer determinação e foi com a determinação de alcançar a meta traçada e chegar à resposta final da problemática, que se conseguiu alcançar alguns resultados neste estudo, obtidos por meio de uma pesquisa exploratória-descritiva, bibliográfica e de campo, desenvolvida junto a um grupo de idosos que residem no bairro Praça 14 de Janeiro cujos primeiros contatos tiveram que ser adiados e reprogramados em decorrência da pandemia, mas que acabou se concretizando e de maneira satisfatória, por conta da enorme receptividade dos idosos contactados.

Desse modo, a questão norteadora do presente estudo está na Praça 14 de Janeiro, uma das praças mais antigas de Manaus, situada no bairro de mesmo nome, na zona sul de Manaus. O bairro, tem sua origem marcada pela ocupação dos negros alforriados do Estado do Maranhão. Na atualidade é considerado como o berço do samba, dos folguedos populares, dos festejos a São Benedito; local onde se encontra a segunda comunidade quilombola em área urbana do país; bairro que como sua praça guarda histórias de lutas, de tradições, costumes e crenças que permanecem vivas na memória dos moradores mais antigos.

Assim, no desenvolvimento do estudo viu-se, no plano teórico que os espaços públicos, são demarcados por dinâmicas construídas nas relações sociais, aberto a todas as etnias, idades, gêneros e classes que convivem e mantêm suas trajetórias, tecem suas teias de comunicação, articulam seus encontros, experiências e vivências e que as paisagens, têm sido para geógrafos e estudiosos de outras

áreas, o ponto de partida para a compreensão das complexas relações entre o homem e a natureza, assim como os lugares, a partir do qual “é possível aprender as mais diversas escalas geográficas entre o mundo e o indivíduo”.

No caso das cidades, as principais ideias e conceituações mostram que estas simbolizam o cenário exato das relações sociais entre as pessoas no decorrer de suas vivências, como a cidade de Manaus, que até meados do século XIX, não passava de um povoado incrustado no meio da floresta e rodeado pelas escuras águas do rio Negro e que depois de passar por diversos ciclos de desenvolvimento, como o da borracha que deu a cidade nova feição urbanística, transformando o pequeno vilarejo em cidade moderna e ajustada às noções de progresso da época e que na atualidade, com a implantação Zona Franca e do Polo Industrial, que abriga empresas com elevados índices de inovação tecnológica, competitividade e produtividade, vive um novo ciclo econômico que favoreceu mudança nos padrões de consumo e de vida e importantes modificações na estrutura social e institucional.

Na outra linha de análise constatou-se que as praças são espaços que se alicerçam por meio do entrelaçamento das relações entre os indivíduos e o meio social, em um processo de contínua construção e reconstrução, por serem locais de encontros intencionais ou não, de acontecimentos e práticas sociais significativas, se configurando ainda como espaço de memória ou experiências vivenciadas por diferentes pessoas, inserindo-se neste contexto a Praça 14 de Janeiro, que tem sido espaço de acontecimentos sociais, culturais, lúdicos e históricos, como mostram as informações colhidas na pesquisa de campo, que traz o depoimento de seus antigos moradores: os idosos que demonstram ter por esta praça um forte elo afetivo.

Como uma tentativa de resposta aos objetivos do estudo, os resultados mostram que, com relação às transformações e ordenações dos espaços públicos, que teve como enfoque a cidade de Manaus na atualidade, os idosos abordados avaliaram os espaços públicos do município como transformados, vandalizados, abandonados, esvaziados da presença de pessoas, sujos e sem segurança, ocupados por usuários de drogas, carecendo de maior cuidado por parte do poder público

No que se refere aos diferentes usos e formas de apropriação das praças na cidade de Manaus, conforme os depoimentos, as praças eram usadas para encontrar amigos, observar o movimento das pessoas, namorar, merendar, fazer piquenique com alunos, para refugiar-se e pensar na vida, para relaxar. Sobre a importância desses espaços para a preservação de traços e rastros da memória social, foram dados como exemplo de vestígios do passado que continuam em suas memórias, a Praça da Matriz com seu viveiro de peixes, suas aves e plantas que aos domingos recebia famílias para visitação; a Praça da Polícia, hoje Praça Heliodoro Balbi, com seu coreto e banda da polícia militar, que abrigou e acolheu gerações e a Praça 14 de Janeiro, que sempre fez parte da vida dessas pessoas, com suas tradições culturais e religiosas, ou seja, uma praça que tem muitas histórias para contar.

Assim, pode-se dizer que a representatividade histórica e cultural da Praça 14 de Janeiro, está no fato da praça ter sido espaço e acontecimentos culturais importantes como as festas de aniversário do bairro, desfile de escolas de samba pelas ruas principais, Festa de São Benedito, na Comunidade do Quilombo do Barranco, Projeto Praça Iluminada, que acontecia aos domingos, trazendo cantores de Manaus e de outros estados do Brasil e festivais folclóricos. No campo político, destacam-se acontecimentos que marca a história da praça como os comícios de Gilberto Mestrinho, de Plínio Coelho, de Amazonino Mendes, do ex-prefeito Jorge Teixeira, e os discursos do senador Fabio Lucena.

No que se refere a representação social e lúdica, este logradouro público, tem grande significado, especialmente para os moradores mais antigos do bairro, onde muitos deles nasceram, cresceram, formaram famílias, criaram seus filhos. Para esses idosos, a praça foi espaço para suas vivências juvenis, para desenvolvimento de suas crenças religiosas, para se divertir com os filhos enquanto crianças, para experiências culturais, como apreciar e dançar na escola de samba famosa do bairro, enfim para suas intera es sociais, que hoje fazem parte de suas memórias onde guardam a lembrança de amigos que já morreram, da primeira igreja católica construída de madeira, do sino que tocava pela manhã chamando os fiéis, do concurso de Boneca Viva, dos arraiais, das festas juninas, do novenário de Fátima, do encontro dos bois-bumbás rivais, do futebol que acontecia todas as tardes, das

competições entre crianças, das corridas pedestres e de ciclistas, do parque que ficava na frente da igreja, entre tantas outras reminiscências.

Na atualidade, a relação das pessoas com a Praça 14 de Janeiro, mudou, como mudou para todas as praças de Manaus, quiçá do Brasil, tanto pela falta de estruturas que se observa nesses espaços públicos, quanto pela falta de tempo das pessoas para se dedicar ao lazer e por conta do medo da violência urbana, que afasta cada vez mais as pessoas desses lugares. Com a pandemia e com o isolamento social, as praças se tornaram ainda mais vazias e abandonadas.

Para concluir, apenas uma última observação: apesar das mudanças que esses espaços públicos vêm sofrendo por conta da modernidade que transformou e até impactou antigos valores históricos envolvendo os equipamentos urbanos, no contexto na existência humana, espaços como a Praça 14 de Janeiro tendem a ter lugar de destaque na memória coletiva e isso é uma maneira de valorizar as tradições, as experiências e a vivência de pessoas e grupos, que testemunharam a plenitude da vida nesse importante logradouro público.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Cidade brasileira: 1870-1930**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/pdf>. Acesso em 28 de junho de 2021.

ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade da geografia no brasil: percursos, crises, superações. **In.:** OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 42-59.

AGÊNCIA IBGE. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta para 76,3 anos em 2018**. Publicado em novembro de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em 01 de janeiro de 2022.

AGUIAR, José Vicente de Souza. **Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60**. Manaus: Valer, 2002.

ALCÂNTARA, Altemar. **Praça Nestor Nascimento é revitalizada e entregue à população**. Publicado em agosto de 2021. Disponível em: <https://amazonasnoticias.com.br>. Acesso em 24 de dezembro de 2021.

ALI, Pamella Cosme; JESUS, Luciana Aparecida Netto de; RAMOS, Larissa Letícia Andara. Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 67-86, julho/setembro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/PCKy>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

ALVES, Lidiane Aparecida. Representações das transformações espaciais: breves considerações sobre a paisagem urbana. **Revista Para Onde!?** v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view>. Acesso em 18 de novembro de 2021.

ALVISI, Terêsa Cristina. **Baila Comigo: Os Velhos que dançam na Praça de Poços de Caldas**. Dissertação [Mestrado em Gerontologia]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

ALVAREZ, Karla Lopez Blanco. **O projeto de espaços públicos na periferia de São Paulo: uma questão sócio-ambiental**. Dissertação [Mestrado em Arquitetura]. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/pdf>. Acesso em 26 de agosto de 2021.

AMAZONAS ATUAL. **Novena de São José será celebrada com 30% da capacidade do santuário**. Publicado em junho de 2020. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

AMAZONAS ATUAL. **Revitalizada, Praça da Matriz é reaberta à população de Manaus.** Publicado em 17 de novembro de 2021. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/revitalizada-praca-da-matriz>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos Sociologia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. XXIX, p. 129-146, 2015. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/pdf>. Acesso em 03.10.2018.

ANGELIS, B. L. D. **A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá-PR.** 2000. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: <https://pos.fflch.usp.br/node/44719>. Acesso em 22 de junho de 2021.

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; ANGELIS NETO, Generoso De. A vegetação e as praças na cidade de Maringá/PR. **Revista Acta Scientiarum**, v. 22, n.5, p. 1455-1461, 2000. Disponível em:

ANAIS DO VII CBG. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFO. **Paul Vidal de la Blache e sua contribuição no pensamento geográfico.** Vitória-ES, de 10 a 16 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.cbg/agb.org.br/resources/anais>. Acesso em 13 de junho de 2021.

ANTUNES, Lia Pereira Saraiva Gil. Movimentar é preciso. **Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud.** Campinas (SP), v.7, n. 2, p.97-119, agosto/dezembro, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em 29 de junho de 2021.

ARAÚJO, Osny. **Bairro da Praça 14 de Janeiro, comemora neste domingo, 133 anos.** Publicado em janeiro de 2018. Disponível em: <https://amazonianarede.com.br>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos.** 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

ARRUDA, Deborah. **Conheça a história da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, em Manaus.** Publicado em agosto de 2020. Disponível em: <https://emtempo.com.br/amazonas> . Acesso em 22 de dezembro de 2021.

ASSAD, Tâmera Maciel. **A problemática das “invasões” na cidade de Manaus: perspectivas de legalização fundiária à luz do estatuto da cidade.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/pdf>. Acesso em 16 de dezembro de 2021.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Bairro como lugar do vivido. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 40-50, julho/dezembro, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja>. Acesso em 23 de outubro de 2021

AZEVEDO, Mariângela Oliveira de; OLANDA, Elson Rodrigues. O ensino do lugar: reflexões sobre o conceito de lugar na Geografia. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 13, n. 3, dezembro, p. 136-156, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br>. Acesso em 13 de junho de 2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. São Paulo: Zahar, 2005.

BARROS, Iolanda. **O Lazer Na Periferia**. Revista Unifacs, v. 10, n. 1, 2006. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/article>. Acesso em 26 de agosto de 2021.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice da Idade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BECKER, Elsbeth Leia Spode. A Geografia e o Método Dialético. **Revista Vidya**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 51-58, julho/dezembro, 2005 - Santa Maria, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/article>. Acesso em 30 de julho de 2021.

BECKER, Bertha Koiffmann. Surtos de Crescimento de Manaus. **Revista Espaço Aberto, PPGG - UFRJ**, v. 3, n.1, p. 19-44, 2013.

BELTRÃO, Otto, BELTRÃO, Francisco. **Realidades do Amazonas**. Manaus: Distribuidora de Livros Brasil Ltda, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENEVIDES, Taina. **Reinauguração da Praça da Matriz resgata importância histórica do Centro de Manaus**. Publicado em novembro de 2017. Disponível em: <https://emtempo.com.br/cultura>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

BENTES, Dorinethe dos Santos. **Outras faces da história: Manaus de 1910-1940**. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Manaus, 2008. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp100571.pdf>. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

BERTARELLI, Maria Eugenia. **Teatro Amazonas**. Publicado janeiro de 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/pdf>. Acesso em 14 de julho de 2021.

BESSA, Indiara. **Av. Eduardo Ribeiro, principal via do Centro de Manaus já foi 'braço' do Rio Negro; conheça história**. Publicado em outubro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas>. Acesso em 05 de julho de 2021.

BIOMANIA. **Brincadeiras populares**. Disponível em: <https://biomania.com.br/artigo>. Acesso em 30 de setembro de 2021.

BONAVIDES, Samia Saad Gallotti. Apresentação. In.: CAMBI, Eduardo. **Pandemia da Covid-19: reflexões sobre a sociedade e o planeta** [recurso eletrônico] Curitiba: Escola Superior do MPPR, 2020, p. 1-7.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** – Lembranças de velhos; 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BUSSE, Ewald W. **O mito, história e ciência do envelhecimento**. Tradução Anilde Werneck. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BRAGA, Bruno Miranda. A cidade e sua composição: um retrato de Manáos no fim do século XIX. **Revista Em Perspectiva [On Line]**, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/pdf>. Acesso em 03 de julho de 2021.

BRAGA, Bruno Miranda. A cidade, os índios e a belle époque: Manaus no final do Século XIX (Amazonas – Brasil). **Revista Hist. UEG**, Anápolis, v. 5, n. 1, p. 103-123, janeiro/ julho, 2016. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php>. Acesso em 05 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abril e outubro de 2007.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. Tese [Doutorado em História] Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/pdf>. Acesso em 01.10.2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS. **Lei 1401/10 | Lei nº 1401 de 14 de janeiro de 2010**. Disponível em: <https://implurb.manaus.am.gov.br/bairros-de-manaus>. Acesso em 08 de agosto de 2021.

CAPELATO, Rodrigo; CARDOSO, Renata Carrero. **Manaus, crise e territorialidade: o espaço-tempo dilacerado**. Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict Regional Studies Association – Latin America Division Conference. São Paulo, Brazil, 22 may, 2017. Disponível em: <https://3ftfah3bhjub3knerv1hneul-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/pdf>. Acesso em 17 de dezembro de 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARRARA, Orson Peter. **Murmúrio de memórias**. Publicado agosto de 2007. Publicado em: [mhttps://www.recantodasletras.com.br/artigos](https://www.recantodasletras.com.br/artigos). Acesso em 20 de dezembro de 2021.

CASTRO, Márcia Honda Nascimento. **Reconstruindo a Belle Époque Manauara: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião**. Dissertação [Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia]. Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2006. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6490>. Acesso em 04 de julho de 2021.

CORREA, Eduardo Henrique Lopes Lima. **O lembrar e o esquecer. Memórias e histórias**. Monografia. [Bacharel em História]. Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/pdf>. Acesso em 20 de julho de 2021.

COSTA, Elisabeth Maria Sene. **Gerodrama: a velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade**: São Paulo Campos, 1998.

COSTA, Bárbara. **Cultura dos quilombolas vive por meio de 828 famílias no Amazonas**. Publicado em maio de 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br>. Acesso em 03 de novembro de 2021.

CURY, Vania Maria. Marx, Engels e as cidades no capitalismo. In. **Anais do IX Colóquio Internacional Marx e Engels**: Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)/Unicamp, de 17 a 20 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/pdf>. Acesso em 20 de junho de 2021.

CRUZ, Silvana; LIRA, Rosenir; CARVALHO, Aurilene; OLIVEIRA, Vera Gil de. O valor histórico-ambiental inserido na praça 5 de setembro conhecida como praça da saudade em Manaus: da Belle Époque à modernidade. In.: **Fórum Ambiental da Alta Paulista, Anap** – Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista, v. VI, Ano 2010. Disponível em: <https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br › article>. Acesso em 20 de dezembro de 2021

DAOU, Ana Maria Lima. Natureza e civilização: os painéis decorativos do Salão Nobre do Teatro Amazonas. **Revista História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, n. 14, suplemento, p.51-71, dezembro, 2007.

DIAS, Marina Simone; ESTEVES JÚNIOR, Milton. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 635-663, maio/agosto, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org>. Acesso em 03.10.2018.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRRN - Eduap, 2008.

DUBOIS-DUMÉE, Jean Pierre. **Envelhecer sem ficar velho – A aventura espiritual**. 6ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010. DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus: Ed. Mídia Ponto Com, 2009.

DUARTE, Risaldo Lima. **Percepção da criminalidade e da violência em Manaus: as paisagens do medo dos estudantes do ensino médio**. Dissertação [Mestrado em Geografia]. Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2019. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

ECKER, Vivian Dall'Igna. **A praça como locus da sociabilidade: estudo de caso da Praça da Cidadania, no Campus da UFSC**. Dissertação [Mestrado em Urbanismo]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle>. Acesso em 02 de julho de 2021.

ENDLICH, Angela Maria. Repensando as escalas geográficas em tempos de pandemia. In.: TÖWS, Ricardo Luiz; MALYSZ, Sandra Terezinha; ENDLICH, Angela Maria (Orgs.). **Pandemia, espaço e tempo: reflexões geográficas**. Maringá-PR: PGE, 2020, p. 45-62.

FEITOSA, Orange Matos; SAES, Alexandre Macchione. O plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimentismo e a negligência política ao Norte do Brasil, 1900-1915. **Revista América Latina en la historia económica**, México, v. 20, n. 3, sep./dic. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo>. Acesso em 17 de julho de 2021.

FERNANDES, Karoline Matos. **Gestão e uso de parques verdes urbanos como cenários sociais de proteção ambiental**. Dissertação [Mestrado em Ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia]. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2021.

FERNANDES, Alessandra Leila Borges Gomes; OLIVEIRA, Eliade Rose Menezes Ramos de. Esquecer e lembrar – dádiva e maldição em *Fazes-me falta*, de Inês Pedrosa. **Revista Potesi**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 04-21, janeiro/junho, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

FERRARA, Lucrecia D'alessio. **Leituras sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

FERRIGNO, José Carlos. O cidadão idoso: consumidor e produtor cultural. In.: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia GIACOMIN, Karla Cristina (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 343-357.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920** [Resenha]. Publicado em agosto de 2000. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>. Acesso em 18 de julho de 2021.

FONSECA, Maria Ana. **Lugar Da Fábrica: História e Evolução Urbanística**. Dissertação [Mestre em Arquitetura]. Universidade da beira Interior, Covilhã, Portugal, 2010. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/pdf>. Acesso em 29 de junho de 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br>. Acesso em 03 de setembro de 2021.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 106-115, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/7m7spdq5xm6vnyfqpdf>. Acesso em 03 de novembro de 2021.

FREITAS, Tânia Maria de; FERREIRA, Cleison Leite. **A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF**. In.: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos (Code), 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf>. Acesso em 18 de junho de 2021.

FROTA, Karla Patrícia Palmeira. Representação e memória ao ar livre: a Praça da Saudade em Manaus/AM. **Textos & Debates**, Boa Vista, n.18, p. 251-268, janeiro/junho, 2010. Disponível em: [https://ufrr.br > category > 4-anais-comunicacao](https://ufrr.br/category/4-anais-comunicacao). Acesso em 18 de junho de 2021.

FROTA, Karla Patrícia Palmeira. **Nas pegadas de um santo negro: a expressão feminina nos festejos de São Benedito na Praça Quatorze de Janeiro em Manaus, Amazonas**. Tese [Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia] Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

G1 AMAZONAS. **População idosa no AM cresce 3,5% em dez anos, aponta IBGE**. Publicado em dezembro de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

GARCIA NETO. **Praça 14 de Janeiro, 132 anos de tradição**. Publicado em janeiro de 2017. Disponível em: <https://portalgazetadoamazonas.com.br>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

GHIZZO, Márcio Roberto; ROCHA, Márcio Mendes. Considerações sobre a cidade, a polarização e a produção dos espaços de consumo: o caso de Maringá (PR). **Redes - Revista Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 136 -153, maio/agosto, 2012.

GIOMETTI, Ana Lúcia Bueno dos Reis; PITTON, Sandra Elisa Contri; ORTIGOZA, Sílvia Aparecida Guarnieri. **Leitura do Espaço Geográfico Através das**

Categorias: Lugar, Paisagem e Território. Publicado agosto de 2012. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/pdf>. Acesso em 13 de maio de 2021.

GOMES, Maria Rosângela; MARTIN, Encarnita Salas. Degradação das praças públicas e os fatores de riscos para a população: exemplos para a cidade de Natal/RN. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v.19, n. 20, maio/agosto, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/article>. Acesso em 24 de agosto de 2021.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. De largo a jardim: praças públicas no Brasil – algumas aproximações **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 101/120, 2007. Disponível em: <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>. Acesso em 01 de julho de 2021.

GONÇALVES, Teresinha Maria. A contribuição do pensamento dialético de Henri Lefebvre para a pesquisa interdisciplinar sobre a questão urbana. **Revista Tecnologia e Ambiente**, Criciúma, Santa Catarina, v. 22, 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/article>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

GONÇALVES, João Paulo. **Praça que representa mudança histórica da cidade será entregue na quarta-feira.** Publicado em novembro de 2017. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticia>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

GONÇALVES, António Custódio. **Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais.** Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/pdf>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

GONZALEZ REY, Fernando. **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia.** São Paulo: Thompson Learning, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Praça dos Remédios reaberta depois de obras de revitalização.** Publicado em outubro de 2014. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Comunidade quilombola na Praça 14 encerra festejos de São Benedito com intensa programação.** Publicado em abril de 2015. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br>. Acesso em 20 de outubro de 2021

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Festa do Quilombo de São Benedito terá participação especial do boi Caprichoso.** Publicado em abril de 2018. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Manaus 350 anos:** População cresceu 12%. Mulheres são maioria. Publicado em outubro de 2019. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2019/10/manaus>. Acesso em 02 de novembro de 2021.

GUERRA, Martha de Oliveira; CASTRO, Nancy Campi de. **Como fazer um Projeto de Pesquisa**; 2. ed. Juiz de Fora: EDUFJF, 2014.

GUIMARÃES, Elzimar Campos. Reflexão sobre a velhice. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p.11-23, 2007. <https://www.cesjf.br/revistas/pdf>. Acesso em 19 de julho de 2021

GUIMARÃES, Jussara Maria de Carvalho. **Ciranda das crianças fazendo ciência em um espaço público – A Praça Dr. Chaves Montes Claro (MG)**. Tese [Doutorado em Geografia]. Universidade Federal de Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

HAERTER, Leandro; NUNES, Georgina Helena Lima; CUNHA, Deise Teresinha Radmann. Refletindo acerca da contribuição da cultura quilombola aos currículos da educação básica brasileira, através da presença da história da África e Afrobrasileira. **Revista Identidade!** São Leopoldo, v.18 n. 3, ed. esp. p. 267-278, dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2021.

HOLLAND, Márcio; GURGEL, Angelo; CERQUEIRA, Claudia; SERIGATTI, Felipe; GELCER, Daniel et al. **Zona Franca de Manaus: impactos, efetividade e oportunidades**. Fundação Getulio Vargas, através da Escola de Economia de São Paulo (FGV), 2018. Disponível em: <https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos>. Acesso em 18 de julho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Acervo dos municípios brasileiros: Praça de São Sebastião**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Em Manaus (AM), Praça da Matriz é inaugurada após requalificação**. Publicado em novembro de 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

JORNAL A CRÍTICA. **Praça dos Remédios, no Centro, é reaberta nesta quinta (2) depois de obras de revitalização**. Publicado em outubro de 2014. Disponível em: <https://www.acritica.com>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

JORNAL DO COMMERCIO. **Praça 14 de Janeiro**. Publicado em janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

JORNAL EM TEMPO. **Praça 14: um bairro de samba, quilombolas e Nossa Senhora de Fátima**. Publicado em janeiro de 2019. Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/amazonas>. Acesso em 27 de agosto de 2021.

KLEIN, Camila. **Experiências afetivas urbanas**: a relação dos habitantes com sua praça central. Dissertação [Mestrado em Psicologia], Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2022

KLUCKHOHN, Florence R. O Método de “Observação Participante” no Estudo de Pequenas Comunidades. Sociabilidades Urbanas. **Revista de Antropologia e Sociologia**, v.2, n.5, p. 29-38, julho de 2018. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/grem/sociabilidadesurbanas/pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis v. 10 n. especial, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk>. Acesso em 30 de julho de 2021.

LIMA, Thiago Hernandes de Souza. As praças: história, usos e funções. **Revista de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unimar**, n. 12, 2008. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/estudos>. Acesso em 30 de junho de 2021.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **Revista GEOgraphia** Ano 1, n. 1, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/article>. Acesso em 18 de junho de 2021.

LIRA, Larissa Alves de. Vidal de la Blache historiador. **Revista Franco-Brasileira de Geografia (Confins)**, n. 21, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org>. Acesso em 16 de junho de 2021.

LIRA, Lúcia Maria Barbosa. **Construção identitária da Comunidade do Barranco**: Festa de São Benedito. Tese [Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia] Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6821>. Acesso em 03 de novembro de 2021.

LOPES, Luís Carlos. Artefatos de memória e representações nas mídias. **C-Legenda - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, n. 07, fevereiro de 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>. Acesso em 10 de junho de 2021.

LOPES, Fabrício. **Manaus**: Praça da Saudade, com o monumento a Tenreiro Aranha. Primeiro Governador da Província do Amazonas. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin>. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

LOUREIRO, Maurício Elísio Martins. O papel estratégico da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento da Amazônia. **Revista T&C Amazônia**, Manaus, ano 1, n. 1, p.

36-41, 2003. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/estrategico>. Acesso em 16 de dezembro de 2021.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996, p. 63-201.

LUCENA, Célia Toledo. **Memórias de famílias migrantes**: imagens do lugar de origem. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1996, p. 397-439, 2013.

LUZ, Giordana Machado da; KUHNEN, Ariane. O Uso dos Espaços Urbanos pelas Crianças: Explorando o Comportamento do Brincar em Praças Públicas. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 26, n. 3, p. 552-560, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa de. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, v. 12, p. 7-35, janeiro/junho 2013. Disponível em: [https://periodicos.ufpel.edu.br > article](https://periodicos.ufpel.edu.br/article). Acesso em 28 de agosto de 2021.

MAIA, Gabriela Felten da. Corpo e velhice na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ**, RJ, ano 8, n. 3, p. 704-711, 2ª semestre de 2008. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/pdf>. Acesso em 18 de julho de 2021.

MANAUS DE ANTIGAMENTE. **avenida Sete de Setembro em Manaus antiga 1865**. Publicado em setembro de 2015. Disponível em: <https://manausdeantigamente.blogspot.com>. Acesso em dezembro de 2021.

MANAUS DE ANTIGAMENTE. **Praça da Saudade**. Publicado em maio de 2016. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/Manausdeantigamente/photos>. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

MARIETTO, Marcio Luiz. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia (RIAE)**, São Paulo, v.17, n. 4, p. 5-18, outubro/dezembro, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>. Acesso em 31 de julho de 2021.

MARINHO, Maykon dos Santos. Memória e envelhecimento: uma breve reflexão sobre a função da memória na velhice. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 178, março, 2016.

MARTINIANO, Jhonathan Nogueira; FILIPPINI, Elizabeth. Memórias do Largo de São Sebastião. **Revista Eletrônica Aboré**, Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo, edição 03, 2007. Disponível em: <https://silo.tips/queue/memorias-do-largo-de-sao-sebastiao>. Acesso em 223 de dezembro de 2021.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, setembro/outubro, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

MASSEI, Roberto. **Do direito à memória**. São Paulo. Disponível em: <http://www.patio.com.br/labirinto>. Acesso em 07/02/2005.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG; CASTRO, PA (Orgs). **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83.

MAZZOLA, Mirela; GOMES, Beatriz Ferro; FERNANDES, Elisangela; MONTEIRO, Eriana; ALBUQUERQUE, Liege *et al.* **Bar do Armando: o melhor boteco de Manaus**. Publicado em dezembro de 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura>. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

MEIRELLES FILHO, João. **Grandes Expedições à Amazônia Brasileira – 1500 - 1930**. São Paulo: Metalivros, 2009)

MELO, Mencius. Manaus completa 351 anos de história entre o surrealismo e o idealismo. **Revista Cenarium**, 24 de outubro de 2020. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/manaus>. Acesso em 30 de julho de 2021.

MENDES, Raquel Almeida; SOUSA, Elaine da Silva; PEREIRA, Aires José. Importância da categoria lugar no ensino de Geografia: um estudo de caso na escola Estadual Modelo em Araguaína – TO. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), Ano 06, n. 11, setembro/dezembro, 2017.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine: O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900)**. Tese [Doutorado em História]. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/pdf>. Acesso em 06 de julho de 2021.

MÓNICO, Lisete S.; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Revista Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

MORAES, Edgar Nunes de; MORAES, Flávia Lanna de; LIMA, Simone de Paula Pessoa. Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. **Rev Med Minas Gerais**, v.20, n. 1, p. 67-73, 2010. Disponível em: <http://www.observatorionacional/fiocruz.br/biblioteca/pdf>. Acesso em 19 de julho de 2021.

MORAIS, Pedro. Modernização urbana entre técnicas e teorias. Alguns apontamentos teóricos sobre a cidade industrial. **Revista Paranoá**, Brasília, n. 13,

2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>. Acesso em 29 de junho de 2021.

MORÁN María Luz. Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía: la manifestación del 15 de febrero de 2003 en Madrid. **Revista Política y Sociedad**, Madrid, v. 42, n.2, 2005, p. 95-113. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2021.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**, n. 14. v.2, p.48-60, 2007. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/pdf>. Acesso em 15 de junho de 2021.

MOTA, Vanderlan Santos. **Espaços públicos de lazer em Manaus**: o papel das políticas públicas. Manaus: Valer, 2008.

MOURA, Cristina Patriota de. **A Fortificação Preventiva e a Urbanidade como Perigo**. Série Antropologia, v. 407, Brasília: DAN/UnB, 2006.

NOBRE, Paulo José Lisboa. Patrimônio-paisagem: função social da cidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 282-295, ago. 2007. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n2/artigos/pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

NASCIMENTO, Lidiane Alves do; RAMOS, Marilúcia Mendes. A memória dos velhos e a valorização da tradição na literatura africana: algumas leituras. **Revista Crítica Cultural (Critic)**, Palhoça, SC, v. 6, n. 2, p. 453-467, julho/dezembro, 2011. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index>. Acesso em 20 de julho de 2021.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **A Geografia do espaço vivido**. Boletim Amazonense de geografia. Manaus: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1995.

NOVAES, Raquel Santos de. **A dinâmica de uso da Praça Olavo Bilac no contexto da cidade de Belém**. Dissertação [Mestrado em Serviço Social]. Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://ppgss.ufpa.br/arquivos/dissertacoes>. Acesso em 30.09.2018.

NUNES, Paulo André. **Conheça a história do bairro Praça 14 de Janeiro, berço do samba de Manaus**. Publicado em janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/especiais/news>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Produção do urbano na periferia**: a decadência da Manaus da Belle Époque. In.: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, de 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/pdf>. Acesso em 17 de julho de 2021.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Espaço-tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 23, p. 33-41, janeiro/ junho de 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em 20 de julho de 2021.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Terceira Idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas, 1999 (Coleção Terceira Idade).

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; OLIVEIRA, Flávia da Silva. Ressignificando a Velhice: a Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Revista Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 103-108, agosto/dezembro, 2006.

PADOVANI, Eliane Guerreiro Rossetti. A cidade: o espaço, o tempo e o lazer. **Revista Ambientes: estudo de Geografia**, 2003. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/pdf>. Acesso em 11 de julho de 2021.

PADUA, Rafael Faleiros de. A valorização de espaços de desindustrialização na metrópole: a produção do espaço como produção da segregação. **Revista GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 28, p. 105 - 124, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article>. Acesso em 10 de junho de 2021.

PAJEÚ, Hélio Márcio; SOBRAL, Ana Carolina Correia. A resignificação da praça pública e do sebo como lugares de mediação cultural. **Revista Em Questão**, v. 25, n. 1, janeiro/abril, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo>. Acesso em 03 de julho de 2021.

PALMA, Daniela. **Concreto e o imaginário**: uma praça e seus sentidos sociais. In.: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III Sidis), Campinas-SP, de 14 a 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

PARADEDA, Maria Regina. **Arquitetura da paisagem e modernidade**: Um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas (1860-1930). Dissertação [Mestrado em História]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

PEDROSO, Emmanuel Sá Resende; SOUZA, Isabella Cristina Aquino de; FERNANDES, Nívea de Fátima Scheffer. **A pessoa idosa e o espaço público**: a relação do idoso. Publicado em novembro de 2018. Disponível em: <https://www.ufjf.br/pdf>. Acesso em 25 de julho de 2021.

PEIXOTO, Clarice. A sociabilidade dos idosos cariocas e parisienses: A busca de estratégias para preencher o vazio. **Revista Brasileiro de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 27, 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/pdf>. Acesso em 30 de julho de 2021.

PELLEGRINI, Luis. **Janelas quebradas: uma teoria do crime que merece reflexão.** Disponível em: <https://jusbrasil.com.br/artigos>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

PERISSÉ, Camille; MARLI, Mônica; MELLO, Simone. **Idosos indicam caminhos para uma melhor idade.** Agência IBGE. Publicado março de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em 18 de julho de 2021.

PERSI, P. Geografia e emoções. pessoas e lugares: sentidos, sentimentos e emoções. Tradução Beatriz Helena Furlanetto. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 9, n. 1, p.200-218, junho/2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/article>. Acesso em 02 de setembro de 2021.

PESSOA, Marcus. **História da Praça da Saudade em Manaus.** Publicado em julho de 2016. Disponível em: <https://marcuspeessoa.com.br/conheca>. Acesso em 16 de dezembro de 2021.

PESSOA, Marcus. **Conheça a história do Santuário de Nossa Senhora de Fátima em Manaus.** Publicado em maio de 2017. Disponível em: <https://marcuspeessoa.com.br/conheca>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Qualitativa: um diálogo. In.: VARGAS, Maria Augusta Mundim; LUCIANO, Daniele (Orgs.). **Tempo e e espaços da pesquisa qualitativa.** Aracajú: Criação, 2018, p. 8-16.

PESSOA, Marcus. **Conheça a história do bairro Praça 14 de Janeiro em Manaus.** Disponível em: <https://marcuspeessoa.com.br/conheca>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

PEREIRA, Maria Madalena Dias Calhau Esquível. **Praças públicas sustentáveis: Caso de renovação das praças.** Dissertação [Mestrado em Arquitetura]. Universidade Técnica de Lisboa, 2008. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa>. Acesso em 28 de julho de 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, junho de 2007, Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em 19 de junho de 2021.

PINHEIRO, E. P. Haussmannização ou haussmannizações? In: **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 20 de julho de 2021.

PINHEIRO, Mônica Farias. **Lugar e memória: o velho e a imagem da cidade Manaus-AM.** Dissertação [Mestrado em Geografia]. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2022.

PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da Silva. **A Praça na História da Cidade: O Caso da Praça da Sé - Suas faces durante o século XX (1933 / 1999)**. Dissertação [Mestrado em Arquitetura e Urbanismo]. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/pdf>. Acesso em 02 de julho de 2021.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, agosto de 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

PONTES, Aldrin Bentes; PONTES, Joyce Karoline Pinto Oliveira. O direito à cultura religiosa: reflexões sobre a festividade de São Benedito em Manaus. In.: PASCUAL, Alejandra; CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de; TAVARES, Silvan a Beline (Orgs.). **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. [Recurso eletrônico online] Florianópolis: CONPEDI, 2016, p. 11-27.

PONTES, Taís Furtado; HEIMBECKER, Vlândia Pinheiro Cantanhede. **Configuração urbana de Manaus analisada a partir de seu sistema de espaços livres**. Publicado fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>. Acesso em 17 de dezembro de 2021.

PORTAL NO AMAZONAS É ASSIM. **História do Bairro Praça 14**. Publicado em janeiro de 2014. Disponível em: <https://noamazonaseassim.com/historia-do-bairro-praca-14>. Acesso em 15 de agosto 2021.

PORTAL VIVA MANAUS. **História**. Disponível em: <https://vivamanaus.com/historia>. Acesso em 03 de julho de 2021.

RANCIARO, Gabriel de Andrade. **Praça da Saudade: camadas de sentimentos soterrado**. Dissertação [Mestrado em Ciência da Comunicação]. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8124>. Acesso em 28 de dezembro de 2021.

ROÇAS, Vera. **A mais de 60: vida nova na terceira idade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ROCHA, Lurdes Bertol. **Praças do centro da cidade de Itabuna: aspectos histórico-geográficos, significado e funções**. Ilhéus-Bahia: Editora da UESC, 2003

ROSA, Vinícius Alves da. **A comunidade do barranco de São Benedito em Manaus: processos para o reconhecimento do território quilombola**. Dissertação [Mestrado em Ciências Humanas]. Universidade do Estado do Amazonas, 2018. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/pdf>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

ROSANA, Alessandro Pinto Ribeiro; GESSINGER, Maria. Instrumentos de coletas de dados em pesquisas: questionamentos e reflexões. In.: LIMA, Valderez Marina do Rosário; HARRES, João Batista Siqueira; PAULA, Marlúbia Corrêa de (Orgs).

Caminhos da pesquisa qualitativa no campo da educação em ciências: pressupostos, abordagens e possibilidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 93-128.

ROSANELI, Alessandro Filla; FRÓES, Ana Claudia Stangarlin; FURLAN, Débora Luiza Schumacher; GONÇALVES, Felipe Timmermann; SENGER, Sacha. Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8, n. 3, p. 359-374, setembro/dezembro, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/pdf>. Acesso em 03.10.2018.

ROCHA, Martins. **Escadaria da Igreja Nossa Senhora da Conceição**. Publicado em fevereiro de 2016. Disponível em: <http://jmartinsrocha.blogspot.com/da.htm>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

RODRIGUES, Caroline de Souza. **Entre sátiras e lascívia**s: devassando as zonas devassadas de Manaus (1901-1920). In.: VII Simpósio Nacional de História Cultural: Escritas, Circulação, Leituras e Recepções, Universidade de São Paulo – USP, de 10 a 14 de novembro de 2014. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2021.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço, o sagrado e o profano**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2018.

SALGADO, Marcelo Antonio. **A problemática da velhice**: algumas considerações sobre o seu significado no Brasil. São Paulo: SESC, 1991.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. A Geografia e o método dialético. **Revista Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, p. 97 - 114, janeiro/junho, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

SAMPAIO, César Augusto. Pelo resgate de um envelhecer sem estigmas. **Revista Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 01, n. Especial 2, julho/dezembro, 2017. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2017/suplementos/pdf>. Acesso em 18 de julho de 2021.

SANTIN, Wilmar. **Manaus – Praça Heliodoro Babi**. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

SANTOS, Marcos. **Os vários recantos (e encantos) do Largo São Sebastião**. Publicado em julho de 2014a. Disponível em: <https://www.amazonasemais.com.br/manaus>. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

SANTOS, Marcos. **Aniversário do bairro Praça 14 de Janeiro**. Publicado em janeiro de 2014b. Disponível em: <https://www.portalmarcossantos.com.br>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

SANTOS, Adrielly Vaz dos. **Praça da Matriz**: imagem, memória e sociabilidade. Dissertação [Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia] Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/pdf>. Acesso em 21 de dezembro de 2021.

SANTOS, Daniela Silva Dos. Território e territorialidade: o quilombo do Barranco de São Benedito - em Manaus. **Revista Zona de Impacto**, ano 19, v.2, julho/dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.revistazonadeimpacto.unir.br/pdf>. Acesso em 03 de novembro de 2021.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. **Manaus da Belle Époque**: tensões entre culturas, ideais e espaços sociais. In.: XXVII Simpósio Nacional de História, Natal-RN, de 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/pdf>. Acesso em 04 de julho de 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Coleção Documentos**, série Estudos sobre o Tempo, fascículo 2, fevereiro de 2001. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf>. Acesso em 18 de junho de 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Rafaela. **A importância da manutenção dos espaços públicos**. Publicado em julho de 2016. Disponível em: <https://soulurbanismo.com.br>. Acesso em 23 de agosto de 2021.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, outubro/dezembro, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/pdf>. Acesso em 18 de julho de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Manaus 350 anos**: População cresceu 12%. Mulheres são maioria. Publicado outubro de 2019. Disponível em: <http://www.sedecti.am.gov.br/manaus>. Acesso em setembro de 2021.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do Público**: jardins do Brasil. São Paulo: Nobel, 1996.
SENA, Lucas Vitor. **Praça da Matriz no Centro de Manaus sofre ação de vândalos**. Publicado em maio de 2018. Disponível em: <https://d.emtempo.com.br/amazonas>. Acesso em 29 de agosto de 2021.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia de Souto. **Pensando a cidade e o urbano**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Universidade Estadual da Paraíba, 2009. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/pdf>. Acesso em 29 de junho de 2021.

SILVA, Elisabete Edelvita Chaves da. **Gestão da conservação do patrimônio cultural no centro histórico de Manaus: 1997 – 2009**. Dissertação [Mestrado em Museologia e Patrimônio] Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br>. Acesso em 30 de julho de 2021.

SILVA, Marcia Alves Soares da. Sobre emoções e lugares: contribuições da Geografia das Emoções para um debate interdisciplinar. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 17, n. 50, p. 69-84, agosto de 2018. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/pdf>. Acesso em 01 de setembro de 2021.

SILVA, Ricardo Lima da. **Os “mandarins” amazonenses**: as representações da intelectualidade local sobre Zona Franca de Manaus e sua relação com a globalização. Dissertação [Mestrado em Sociologia]. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/tede/Disserta/pdf>. Acesso em 17 de dezembro de 2021.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. **Paisagem: um conceito chave na Geografia**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/pdf>. Acesso em 12 de maio de 2021.

SOTRATTI, Marcelo Antonio; MARAFON, Glaucio José. A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades. In.: MARAFON, Glaucio José; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel Angelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 191/206.

SOUSA, Rafael Oliveira de. **A praça como lugar da diversidade cultural**. In.: Forum de Educação e Diversidade – Anais Eletrônico, Unemat, 2010. http://need.unemat.br/4_forum/artigos/pdf. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

SOUZA, Ana Cláudia. **Cidade de Manaus no dizer dos viajantes**. In.: NPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/pdf>. Acesso em 30 de junho de 2021.

SOUZA, Reginaldo José de. **Paisagem e Socionatureza**: olhares geográfico-filosóficos. João Pessoa: UFFS Editora, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo; Editora Contexto, 1997.

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar Augusto. O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n.11, 2014.

STRACHULSKI, Juliano. O percurso do conceito de paisagem na Ciência Geográfica e perspectivas atuais. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais** –UEG/Câmpus delporá, v.4, n. 2, p. 03-33, julho/dezembro,

2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/pub>. Acesso em 121 de maio de 2021.

STRECK, Carla Fabiana; FRISON, Thizá Baptista. Lembranças de velhos: o mundo do trabalho na infância. **Estudos Interdiscipl. Envelhec.**, Porto Alegre, v. 1, p. 105-121, 1999. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/pdf>. Acesso em 26 de julho de 2021.

THOMPSON, Paul. (2000). **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005

TUAN, Yi Fu. **“Espaço e Lugar”**. Publicado em dezembro de 2011. Disponível em: <https://ciajgarcia.files.wordpress.com/pdf>. Acesso em 15 de junho de 2021.

VIANNA, Norma Fonseca. **Espaços coletivos**: Espaços privados com áreas coletivas. Dissertação [Mestrado em Arquitetura e Urbanismo]. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/pdf>. Acesso em 213 de dezembro de 2021

VITTE, Antonio Carlos. **As transformações do conceito de paisagem e seus vínculos com a geografia física e cultural**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

XIMENES, Deize Sbarai Sanches; MAGLIO, Ivan Carlos. **A vida urbana nos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia**. Publicado em agosto de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos>. Acesso em 03 de setembro de 2020.

XIMENES, Deize Sbarai Sanches; SILVA, Gérsica Moraes Nogueira da; MAGLIO, Ivan Carlos; CHIQUETTO, Júlio Barboza; AMATO-LOURENCO, Luís Fernando et al. A importância dos espaços públicos e áreas verdes pós-pandemia na cidade de São Paulo (SP). **Revista Labverde**, São Paulo, v. 10, n. 1dezembro, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>. Acesso em 09 de setembro de 2021.

ANEXO I / APÊNDICE A

ROTEIRO DE CONVERSA

Este instrumento de pesquisa tem como objetivo levantar algumas questões relacionadas com a representação social, cultural, política e lúdica da Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus. Os resultados serão utilizados em uma dissertação de mestrado. Não é preciso que você se identifique e todos os dados serão mantidos em sigilo. Pede-se, contudo, sua colaboração nesta pesquisa da forma mais sincera e completa possível, e desde já a pesquisadora agradece sua participação, que muito contribuirá para o aperfeiçoamento do estudo.

I. Identificação

- Sexo:
- Idade:

II - Questionamento

- 1 O que o(a) senhor(a) tem a dizer a respeito dos espaços públicos, como as praças e suas transformações na atualidade?
- 2 De que forma o(a) senhor(a) faz uso das praças ou como o(a) senhor(a) se apropria desses espaços?
- 3 Na sua concepção, as praças públicas são importantes para garantir a preservação de traços e vestígios da memória social? Justifique sua resposta.
- 4 Qual a importância da Praça 14 de Janeiro para o(a) senhor(a)?
- 5 Quando o(a) senhor(a) evoca suas lembranças, o que lhe vem à mente com mais frequência envolvendo a Praça 14 de Janeiro?
- 6 O senhor/senhora testemunhou algum acontecimento histórico cultural importante ocorrido na Praça 14 de Janeiro? Justifique sua resposta.
- 7 O que o(a) senhor(a) tem a dizer sobre a relação das pessoas com as praças na atualidade?
- 8 O que o(a) senhor(a) tem a dizer sobre as praças nesses tempos de pandemia e isolamento social?